



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA,  
DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO/PPGCS**

**ISIS KEIKO KATAOKA LIMA**

**LIDERANÇAS FEMININAS NO PSOL BAHIA: TRAJETÓRIAS DE RESISTÊNCIA**

**Cachoeira – BA**

**2023**

# LIDERANÇAS FEMININAS NO PSOL BAHIA: TRAJETÓRIAS DE RESISTÊNCIA

**ISIS KEIKO KATAOKA LIMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como avaliação para a qualificação.

**Linha de Pesquisa:**  
Desigualdades Sociais e Políticas de Desenvolvimento Territorial

**Cachoeira-BA**

**2023**

L732I Lima, Isis Keiko Kataoka.

Lideranças femininas no PSOL Bahia: Trajetórias de resistência. /Isis Keiko Kataoka Lima. Cachoeira, BA, 2023.  
144f.:Il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Inês Caetano Ferreira

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento, 2023.

1. Mulheres na política – Bahia. 2. Partido Socialismo e Liberdade - (PSOL). 3. Feminismo. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 324.98152

ISIS KEIKO KATAOKA LIMA

LIDERANÇAS FEMININAS NO PSOL BAHIA: TRAJETÓRIAS DE  
RESISTÊNCIA

Dissertação submetida à avaliação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Cachoeira, 28 de abril de 2023.

EXAMINADORES:

Prof<sup>ª</sup>. Dr. Maria Inês Caetano Ferreira (UFRB – Orientador)

Documento assinado digitalmente  
 MARIA INES CAETANO FERREIRA  
Data: 02/05/2023 16:02:50-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof<sup>ª</sup>. Dr. Monalisa Soares Lopes (UFC– Examinadora)

Documento assinado digitalmente  
 MONALISA SOARES LOPES  
Data: 04/05/2023 19:09:34-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas (UFPI – Examinador)

Documento assinado digitalmente  
 VITOR EDUARDO VERAS DE SANDES FREIT.  
Data: 05/05/2023 09:24:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CACHOEIRA/BA2023

## AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas que de alguma maneira, ao longo dos anos, colaboraram para que agora pudesse chegar a esse resultado.

Aos meus pais por sempre me guiarem no caminho dos estudos, me incentivando a sempre continuar.

A minha irmã, Taís Hana, por sempre me apoiar e me ajudar na correção rigorosa do presente trabalho. Ao meu grande amigo, Luciano, por me auxiliar e ser um suporte emocional, durante esse período.

Muitas outras pessoas ainda foram importantes ao longo do tempo. Então, para que eu não cometa injustiças, deixando de fora pessoas realmente importantes durante esta trajetória, deixo aqui o meu obrigado, geral, a todos que de alguma maneira me auxiliaram e me incentivaram a persistir.

A minha orientadora, Maria Inês, deixo aqui o meu agradecimento público por aceitar me guiar nesta pesquisa sobre um tema absolutamente necessário e instigante.

As entrevistadas, por se disponibilizarem e cederem um pouco do seu tempo e compartilharem comigo suas histórias de vida, viabilizando a construção do presente trabalho.

Deixo também os meus agradecimentos a CAPES, por contribuir e fomentar o desenvolvimento da presente pesquisa.

Por fim, encerro esses agradecimentos, que sem dúvidas não compreendem todos aqueles que o merecem, finalizo com a frase de Henry Thoreau, de que a felicidade é apenas real quando compartilhada, então, compartilho aqui a minha felicidade por ter chegado até aqui. Muito obrigada a todos.

## RESUMO

Mudanças e inovações legislativas buscam ampliar o número de mulheres ocupantes de cargos eletivos, em especial no poder legislativo pelo mundo, assim como no Brasil, em virtude da elevada sub-representação política feminina. A literatura especializada indica problemas relativos a questões institucionais dos sistemas eleitorais, assim como elementos da cultura política, e do, ainda, predomínio de práticas culturais patriarcais, que indicam modo de inserção diferentes para homens e mulheres na esfera pública. O presente estudo investiga as trajetórias de vida de três mulheres que ocupam cargos na Executiva no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) na Bahia, partido que, em sua plataforma, defende a inclusão de minorias sociais, como mulheres negras, por exemplo. A pesquisa é de caráter qualitativo, ancorando-se na análise de trajetórias de vida, inspirando-se, principalmente, no método de Bourdieu. Foram realizadas entrevistas em profundidade, cujo material foi sistematizado, possibilitando a criação de categorias de análise que descrevem as principais variáveis associadas aos obstáculos e aos processos de resistências das entrevistadas para a maior representação feminina dentro do PSOL/BA. Os resultados revelam que as trajetórias das três lideranças são marcadas por conflitos provocados pela desigualdade de gênero nas várias esferas da vida, como família, trabalho e esfera política. A construção da identidade de mulheres negras, estimulada por situações de preconceito e exclusão, é elemento central para luta política destas mulheres, que driblam obstáculos à lógica machista dos partidos políticos, possibilitando a construção de espaços para as mulheres negras/os. O PSOL/BA, embora defenda a inclusão das minorias, reproduz valores e ações pautados na desigualdade de gênero e raça, contudo, lideranças como as entrevistadas, encontram possibilidades de ampliar, sim a participação e a representação das minorias.

**Palavras-chave:** mulheres e política; sub-representação feminina; representação feminina; participação política feminina; PSOL; partidos políticos.

## ABSTRACT

Legislative changes and innovations seek to increase the number of women occupying elected positions, especially in the legislative branch, around the world, as well as in Brazil, due to the high female political underrepresentation. The specialized literature indicates problems related to institutional issues of electoral systems, as well as elements of political culture and the predominance of patriarchal cultural practices, which indicate different ways of insertion for men and women in the public sphere. The present study investigates the life trajectories of three women who occupy Executive positions in the PSOL in Bahia, a political party that, in its platform, defends the inclusion of social minorities, such as black women, for example. It is a qualitative study, anchored in the analysis of life trajectories, inspired mainly in the Bourdieu's method. In-depth interviews were carried out of which was systematized, enabling the creation that describe the main variables associated with the obstacles and processes of resistance of the interviewees to greater female representation within the PSOL/BA. The results reveal that the trajectories of the three leaders are marked by conflicts caused by gender inequality in the various spheres of life, such as family, work and politics. The construction of the identity of black women, stimulated by situations of prejudice and exclusion, is a central element in the political struggle of these women, who surpass obstacles to the sexist thinking of the political parties, enabling the construction of spaces for women and black people. The PSOL/BA, although defending the inclusion of minorities, reproduces values and actions based on gender and race inequality, however, leaders such as those interviewed do find possibilities to expand the participation and representation of minorities.

**Keywords:** women and politics; female underrepresentation; female representation; PSOL; political parties

## LISTA SIGLAS

CEP - Comitês de Ética em Pesquisa  
C-SOL – Coletivo Socialismo e Liberdade  
CST – Corrente Socialista dos Trabalhadores  
DCE – Diretório Central dos Estudantes  
EC – Emenda Constitucional  
ESD – Esquerda Socialista e Democrática  
FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino  
HGPE – Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional  
MES – Movimento Esquerda Socialista  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MTL – Movimento dos Sem Terra, Trabalho e Liberdade  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PMB – Partido da Mulher Brasileira  
PMDB – Movimento Democrático Brasileiro  
PRP – Partido Republicado Progressista  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrático  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades  
SR – Socialismo Revolucionário  
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFPI – Universidade Federal Piauí

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UND – União Democrática Nacional

UP – Unidade Popular

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Total de candidaturas femininas e masculinas, por sexo, no PSOL na Bahia, 2016 e 2020.....	60
---	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total de candidaturas deferidas e sucesso eleitoral, por sexo, no PSOL na Bahia, 2016.....	60
Tabela 2 – Total de candidaturas deferidas e sucesso eleitoral, por sexo, no PSOL na Bahia, 2020.....	61

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. CAPÍTULO I – CAMPO POLÍTICO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....</b>	<b>14</b>
2.1 Relações familiares e violência simbólica.....	22
2.2. Modo de participação política e desigualdades na representação .....	23
<b>3. CAPÍTULO II – CAMPO POLÍTICO: SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NA ESFERA PÚBLICA.....</b>	<b>24</b>
<b>4. CAPÍTULO III: ENTRAVES À PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA NO BRASIL.....</b>	<b>28</b>
4.1. Partidos políticos enquanto entrave à participação feminina na política institucional .....	32
<b>5. CAPÍTULO IV: REPRESENTAÇÃO INCLUSIVA DE GRUPOS QUALITATIVAMENTE MINORITÁRIOS .....</b>	<b>36</b>
<b>6. CAPÍTULO V: MULHERES NA POLÍTICA NO BRASIL: HISTÓRIAS, DESENVOLVIMENTO E O CENÁRIO ATUAL.....</b>	<b>41</b>
6.1. Ações afirmativas e inclusão feminina nos espaços decisórios .....	43
6.2. As cotas eleitorais e seu funcionamento no Brasil.....	44
<b>7. CAPÍTULO VI: A POLÍTICA NA BAHIA E O ESPAÇO DAS MULHERES NA POLÍTICA.....</b>	<b>48</b>
<b>8. CAPÍTULO VII: ORIGENS E ESTRUTURA DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL).....</b>	<b>54</b>
8.1. O PSOL em números .....	59
<b>9. CAPÍTULO VIII: METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....</b>	<b>62</b>
9.1. Trajetórias de lideranças femininas do PSOL Bahia.....	66
9.1.1. <i>Trajetória de Clarissa</i> .....	66
9.1.1.1. <i>Trajetória familiar</i> .....	66
9.1.1.2. <i>Trajetória estudantil</i> .....	69
9.1.1.3 <i>Trajetória nos movimentos sociais</i> .....	71
9.1.1.4 <i>Trajetória no PSOL</i> .....	73
9.1.2 <i>Trajetória de Berenice</i> .....	77
9.1.2.1 <i>Trajetória familiar</i> .....	78

9.1.2.2 Trajetória escolar .....	79
9.1.2.3 Trajetória nos movimentos sociais .....	80
9.1.2.3.1 Sindicato.....	80
9.1.2.3.2 Ocupação .....	81
9.1.2.3.3 Relação com o PT.....	83
9.1.2.4 Trajetória no PSOL.....	84
9.1.2.5 Trajetória política.....	86
9.1.2.5.1 Câmara Municipal de Salvador.....	88
9.1.2.5.2 Candidaturas coletivas .....	88
9.1.3 Trajetória de Joana.....	89
9.1.3.1 Trajetória familiar .....	89
9.1.3.2 Trajetória de trabalho.....	90
9.1.3.3 Trajetória estudantil .....	91
9.1.3.4 Trajetória nos movimentos estudantis e sociais .....	93
9.1.3.5 Relação com os partidos políticos .....	94
9.1.3.6 Relação com o PSOL .....	95
<b>9.2 Elementos centrais das trajetórias das lideranças entrevistadas do PSOL/BA .....</b>	<b>98</b>
9.2.1 Resumo trajetória Clarissa .....	98
9.2.2 Resumo trajetória Joana.....	101
9.2.3 Resumo trajetória Berenice .....	103
<b>9.3 Cotejo das trajetórias: pontos centrais .....</b>	<b>106</b>
<b>10. CAPÍTULO IX: INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....</b>	<b>108</b>
<b>10.1. Mulher e política .....</b>	<b>108</b>
<b>10.2. Mulher e movimento sociais.....</b>	<b>118</b>
<b>10.3. Mulher e sindicato.....</b>	<b>121</b>
<b>10.4. Mulher e raça.....</b>	<b>122</b>
<b>11. CAPÍTULO X: CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>128</b>
<b>APÊNDICE I: Roteiro de entrevista .....</b>	<b>141</b>
<b>APÊNDICE II: Termo de consentimento livre e esclarecido .....</b>	<b>143</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Buscando o fim da desigualdade de gênero, a teoria política feminista critica as diferentes nuances da dominação patriarcal, na medida que ao definir os papéis sociais de gênero, subordina as mulheres e universaliza os homens, dentro de um processo social de naturalização das diferenças entre homens e mulheres, sobrevivendo a dicotomia entre esfera pública e privada.

Nessa conjuntura, a esfera privada é pautada na ética do cuidado, na qual as mulheres estão postas, que tem a sua formação social pautada no afeto e dedicação. Paralelo a isso, na esfera pública, estão os homens, que são guiados pela razão, e têm como base ética a justiça social. Nesse sentido Nancy Fraser (2007) tece críticas a essa ideia de essências dos gêneros, como responsável por essa divisão, apontando a criação e manutenção desta como um fenômeno social.

Além disso, vislumbramos que a divisão entre sexos é algo natural, que está em todas as coisas e em todos os lugares, inclusive dentro das casas, estando incorporado segundo Bourdieu (2002), nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como mecanismos de percepção, ação e pensamento. Inclusive, é nesse sentido que o campo da política se demonstra como um dos mais resistentes a inserção das mulheres, pois a definição de cargos de autoridades inclui todos os tipos de aptidões consideradas masculinas, e que pelo próprio processo de socialização é negado as mulheres. (BOURDIEU, 2002).

Ao problematizar esta visão hegemônica, Fraser (2007) questiona a própria consciência do que é político. Desta forma, ao pleitear a democratização das relações de poder, demandam-se condições através das quais a igualdade seja efetiva e as diferenças reconhecidas, ao invés de hierarquizadas (MIGUEL; BIROLI, 2013). Logo parte-se do reconhecimento da necessidade de reverter as injustiças históricas que definiram este panorama de exclusão presente. (PHILIPS,1995).

Estas dissimilaridades de acesso à participação política são consideradas insuficiências da democracia, assim conforme aponta a literatura, a esfera política permanece como um ambiente masculino, no qual as mulheres se encontram sub representadas.

Considerando o ingresso aos cargos de representação política, como decisivo para a participação, negociação e tomada de decisões nas democracias contemporâneas, fora idealizada a política de cotas de gênero, com a finalidade de integrar as mulheres, que antes eram consideradas grupos marginalizados. (PHILIPS, 1998). Desta maneira, o objetivo da criação da referida política de cotas é a reparação do ingresso tardio das mulheres na arena

política, estabelecendo, portanto, um percentual mínimo de candidaturas que garantisse sua participação nas disputas eleitorais.

Nesse sentido, foi elaborada a Lei nº 9.100 de 29 de setembro de 1995, que definia um mínimo de 20% (vinte por cento) de candidaturas femininas nas eleições municipais. Dois anos depois, a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, fixou a cota para as eleições proporcionais, para um mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) e um máximo de 75% (setenta e cinco por cento). Em 2009, foi promulgada a Lei nº 12.034, conhecida como Lei de Cotas, que altera os percentuais para 30% (trinta por cento) e 70% (setenta por cento).

A Lei nº 12.034/09 objetiva promover uma minirreforma, instituindo novas disposições para a disputa eleitoral, garantindo a participação feminina. Além disso, a referida lei fixou uma cota mínima de repasse de 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos do Fundo Partidário, para que seja utilizado em prol da divulgação e promoção da participação feminina na política. Outrossim, fixou também um percentual mínimo (dez por cento) do tempo de Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) destinado ao incentivo da participação política feminina.

Para além da Lei de Cotas, como mecanismo que busca ampliar a participação feminina nos espaços decisórios, a presente pesquisa concentra-se em pesquisar os elementos das estratégias de resistência a favor da representação feminina no PSOL/BA por algumas de suas lideranças.

Em que pese o avanço concernente a um maior reconhecimento e representatividade nacional, o PSOL é um partido que ainda está crescendo na Bahia, e que houve um aumento no número de filiações de mulheres, entretanto, o número de candidaturas, nos anos de 2016 e 2020, se mantiveram no limite da Lei de cotas eleitorais, qual seja, 30% (trinta por cento). Entretanto, também é possível ver mulheres que estão na diretoria do partido, construindo trabalhos importantes voltados ao empoderamento e maior participação feminina nos pleitos eleitorais.

Nesse contexto, surge a necessidade de investigação de algumas questões para reflexão nessa dissertação, como a identificação das dificuldades para a representação feminina a partir das trajetórias de lideranças femininas do PSOL/BA, e a identificação de estratégias para fortalecer a representação feminina a partir das trajetórias de algumas lideranças femininas da Executiva do PSOL/BA.

O fato de ser advogada feminista, filiada ao PSOL, ter prestado assessoria jurídica ao partido, bem como ter sido candidata a vereadora pelo PSOL em Governador Mangabeira -

BA, despertou interesse pelo tema e, ao mesmo tempo, provocou uma reflexão sobre os mecanismos para permanência e tensionamento das estruturas do campo político.

Essa pesquisa pretende também contribuir na compreensão da sub-representação feminina na política regional, e na necessidade de ocupação desses espaços para a efetivação de direitos e fortalecimento da democracia. O trabalho também traz perspectivas a respeito de como a influência dos mecanismos de dominação masculina e construções sociais de papéis de gênero, perpassam as mulheres candidatas a vereadoras pelo PSOL, um partido considerado de extrema esquerda.

Desse modo, a partir dos objetivos delineados na pesquisa, no primeiro capítulo, o presente estudo traz um aprofundamento sobre traz uma exposição sobre os conceitos teóricos metodológicos de campo político.

No segundo capítulo, a dissertação traz o debate acerca de representação na perspectiva liberal e feminista, e a sub-representação feminina na esfera pública

No terceiro capítulo, a dissertação trará uma reflexão sobre os entraves à participação feminina na política no Brasil, levando em consideração a construção social de papéis de gênero. No quarto capítulo, o presente estudo aborda a construção histórica e a sistemática da política de cotas eleitorais. No quinto capítulo, é discutido a história da participação feminina na política nacional e estadual. No sexto capítulo é feito um aprofundamento sobre as origens e funcionamento da estrutura do PSOL, em âmbito nacional e estadual. Ao final, a dissertação traz a apresentação e análise dos resultados das entrevistas, refletindo sobre os elementos das estratégias de resistência a favor da representação feminina no PSOL/BA por algumas de suas lideranças.

## 2. CAPÍTULO I – CAMPO POLÍTICO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Para compreendermos melhor as diferenças estruturais que fundamentam as posições de cada sujeito nas formações sociais, bem como analisar as disputas desiguais de acesso à política e representação de minorias qualitativas é necessário compreender como se formam os campos sociais, em especial o campo político.

Seguindo a lógica dos estruturalistas, que buscam encontrar tramas problemáticas que evidenciem a existência de uma estrutura que está implícita ao social, e que independem da vontade e da consciência dos agentes, Pierre Bourdieu, buscar compreender essas estruturas, mas diferenciando-se dos demais estruturalistas, na medida em que afirma que as estruturas são produto de uma concepção social das representações de percepção, pensamento e ação (THIRY-CHERQUES, 2006). “Que as estruturas, as representações e as práticas constituem e são constituídas continuamente.” (Bourdieu, 1989, apud THIRY-CHARQUES, 2006, p.28), assim adota o método praxiológico, o qual não possui uma metodologia definida, mas sim conceitos necessários para entender como se desenvolve a relação entre agentes e estrutura.

Nesse sentido, Bourdieu constrói o conceito de *habitus*, que para ele seria a integração das estruturas sociais em um indivíduo ou em um determinado grupo, ou seja, seria o que o indivíduo interioriza da sociedade e o que o ele exterioriza da sociedade através das suas ações.

Desta maneira, verifica-se, portanto, que o *habitus* é obtido através do campo em que o indivíduo está inserido, sendo entendido, em certa medida, como o gosto do indivíduo para determinada coisa.

Nesse sentido:

O *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas - o que o operário come , e sobretudo sua maneira de comer , o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas, e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes ao do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem a diferença entre o que é bom ou é mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar, etc., mas eles não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo

comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro. (BOURDIEU, 1996, p. 26)

Desta maneira, infere-se que o *habitus* são estruturas estruturantes estruturadas concentradas nos indivíduos que os permitem praticar as ações. Assim o *habitus* pode ser considerado uma espécie de ponte entre a sociedade e o indivíduo, na qual estão consolidadas as condições objetivas e subjetivas. (SOUZA, 2014).

Verifica-se ainda que o *habitus* é adquirido por meio do processo de socialização, desde a primeira infância do indivíduo, através das estruturas, tais como a família, igreja, escola etc., reproduzindo assim o lugar do indivíduo no mundo social e o modo como se deve enxergá-lo. Contudo, o *habitus* não é imutável, ele é flexível, podendo sofrer alterações através de novas experiências vivenciadas pelo indivíduo, bem como pelo trânsito em outros campos, diversos ao qual ele estava inserido.

No que tange a noção de Campo, Bourdieu define como “microcosmos relativamente autônomos.” (BOURDIEU, 2004, p. 18), ou seja, são espaço sociais, que fazem parte do todo social (macrocosmo), que possuem características próprias, que podem ser reconhecidas como próprias ou exclusivas daquele campo social, e que estão submetidas as leis sociais. Desta forma, existem vários campos sociais, tais como o campo econômico, o campo político, o campo científico, campo religioso etc.

Importante destacar ainda, que cada campo possui uma lógica interna própria que só é entendida por quem está dentro do campo, para quem possui um *habitus* relativo a esse determinado campo. No interior deste campo está posto um capital específico, que só tem valor para os que estão inseridos neste campo. Nesse sentido:

Cada campo impõe um preço de entrada tácito: “Que não entre aqui quem não for geômetra”, isto é que ninguém entre aqui se não estiver pronto a morrer por um teorema. Se tivesse de resumir por meio de uma imagem tudo que acabo de dizer sobre a noção de campo e a noção de ilusão, que é tanto condição quanto produto do funcionamento do campo, evocaria uma escultura que se encontra na catedral de Auc, em Gers, sob os assentos do capítulo, e que representa dois monges lutando pelo bastão de prior. Em um mundo como o universo religioso, e sobretudo, o universo monástico, que é lugar por excelência do *Ausserweltlic*, do supra-mundano, do desinteresse no sentido ingênuo do termo, encontramos pessoas que lutam por um bastão que só tem valor para quem está no jogo, preso ao jogo. (BOURDIEU, 1996, p. 141).

Deste modo, observa-se, portanto, que cada campo possui um capital específico, que só faz sentido para quem está inserido neste determinado campo, para quem tem o *habitus* regulado para este campo, a esse capital específico, Bourdieu denominou de capital simbólico.

Para Bourdieu o capital simbólico é o que faz os indivíduos reconhecerem uns aos outros como importantes, ou seja é um bem pessoal e subjetivo, mas que só existe pelo reconhecimento/ valor social que ele possui, seja ele institucionalizado ou não (SOUZA,

2014). É o capital simbólico que “nos livra da insignificância, como ausência de importância e de sentido”. (BOURDIEU, 2001, p. 296).

O capital simbólico vai além do capital financeiro (o capital financeiro é entendido como uma espécie de capital simbólico), é este capital simbólico acumulado pelo indivíduo que tem valor em um determinado campo, podendo ele ser convertido ou não em capital econômico. O capital simbólico, pode ser por exemplo, o capital social, capital cultural, capital intelectual etc.

Portanto, dos conceitos de campo e capital simbólico, depreende-se que o campo é um espaço de tensão, no qual os indivíduos buscam se capitalizar mais (adquirir esses capitais simbólicos pertinentes ao campo) para dominar as regras deste determinado campo e assim conservá-lo ou modificá-lo. Logo, vislumbra-se que o grau de autonomia que um indivíduo tem em relação ao campo, depende de quais são e a quantidade de capital simbólico que ele possui acumulado.

Outro conceito da teoria sociológica de Bourdieu, que é chave para compreender as disputas dentro dos campos e a necessidade de acúmulo de capitais para ser reconhecido dentro de determinado campo é o conceito de sistemas simbólicos.

Para o sociólogo francês, os sistemas simbólicos exercem a função de dominação. Assim, a ideologia difundida para a sociedade através dos meios simbólicos de dominação é passada como indiferente, ou seja, como se não fosse uma ideologia ou instrumento de dominação, quando na realidade é sim de interesse particular, interesse esse pertencente a classe dominante, a que produziu essa ideologia. (SOUZA, 2014).

Nesse sentido, Bourdieu constrói o conceito de poder simbólico que é um poder em que o indivíduo não percebeu que está sendo dominado, é um poder que não aparenta ser um meio de coerção, que não está diretamente ligado ao Estado ou algum aparelho repressivo (SOUZA, 2014).

Para Bourdieu:

Os ‘sistemas simbólicos’, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, ‘uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências. (BOURDIEU, 1989, p. 9).

Diante disso, é possível perceber que os sistemas simbólicos exercem esse poder (também simbólico) através das estruturas estruturantes estruturadas. Ou seja, através de

mecanismos, que estão estruturados de acordo com a ideologia dominante, para assim exercer influência (estruturar) uma parcela da sociedade.

Ainda nesse sentido, de que as estruturas servem como instrumentos de dominação, impondo uma ideologia à classe dominada, é através desse exercício do poder simbólico que decorre a violência simbólica:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou legitimação da dominação que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a 'domesticação dos dominados'. (BOURDIEU, 1989, p.11).

Logo, a ideologia dominante é naturalizada, não permitindo que os dominados percebam que os interesses individuais são postos como interesses coletivos, e que são vítimas dessa violência simbólica.

Seguindo a lógica teórica de Bourdieu, a política também pode ser vista como um campo, sendo este, um campo autônomo que possui lógica, princípio e hierarquia próprios, e que compreendem desigualdades e exclusão na distribuição dos instrumentos políticos. (BOURDIEU, 1989).

O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: no campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher, com probabilidades de mal entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção. (BOURDIEU, 1989, p.164)

Desta forma, é possível perceber o campo político como um lugar em que estão postas as relações de poder, de maneira a demonstrar mecanismos que separam os agentes, entre agentes politicamente ativos e agentes politicamente inativos. Os agentes politicamente ativos são aqueles que possuem recursos, que favorecem a sua participação no campo político de forma eficaz, tais como, tempo livre, maior preparo para a produção dos discursos e incentivo à participação política. Os agentes politicamente inativos, são aqueles que não possuem acesso a esses recursos, encontrando-se, assim, em posição de inferioridade, em relação aos agentes politicamente ativos. Diante disso, verifica-se que o campo político é um espaço dirigido pelas relações de força e acúmulo de capitais. (ANIAS, 2016).

Conforme anteriormente citado os capitais são o que fazem uma pessoa ser reconhecida dentro do campo no qual está inserido, e essa noção de capital vai muito além da noção financeira e de bens materiais, podem ser acumulados e transferidos de um para outro,

e estão distribuídos desigualmente na sociedade. Assim, a posição ocupada por um indivíduo nos diferentes campos, relaciona-se diretamente com o acúmulo de capitais. E o capital político é um desses capitais simbólicos, que não dependem apenas do reconhecimento pessoal, mas também de outros capitais.

Assim, para Bourdieu, o que convencionou chamar de capital político, são os recursos reconhecidos como legítimos para investimento no campo político, é “uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelos quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem.” (Bourdieu, 1989, p.187).

Em contrapartida, Landé (1997) faz uma diferenciação de um sistema político cuja unidade estrutural é o grupo e sistemas no qual a unidade é díade. Para o autor o grupo (aqui especificado como grupo corporado) é um conglomerado diverso de diferentes membros o qual possui, propriedades, objetivos e deveres que são inerentes ao grupo, mas diferentes daquelas relativas aos membros individuais. Assim, cada membro tem direitos e obrigações perante o grupo, e é por associação compartilhada no grupo, bem como pela obrigação comum de proteger os interesses do grupo que os membros estão unidos. Exemplos desses grupos corporados, são as famílias, tribos, clãs e Partidos Políticos. (GRIJÓ, 1998).

Já os grupos diádicos não corporados se distinguem do primeiro tipo de grupo especificado, pois organizam e executam tarefas que são bem compreendidas pelos membros do grupo, mas carecem de propriedade, objetivos e deveres individuais comuns e ligação uniforme através de uma associação no grupo. Assim, este tipo de grupo é estruturado com base em redes de relações diádicas de reciprocidade, que em geral, são organizadas em função de um líder central. Exemplos desses grupos não corporados são, grupos de amigos, facções políticas e clientelas. (GRIJÓ, 1998).

No que tange a essa discussão sobre grupos apresentadas por Landé (1997), e melhor discorrida por Grijó (1998), importante ressaltar que a política brasileira, por ausência ou déficit das instituições e regras formais, é marcada por relações diádicas, em especial as voltadas para o clientelismo. Assim:

O intercâmbio padrão-cliente se situa em algum lugar do *continuum* que vai desde os laços pessoais que unem os iguais até os vínculos puramente coercitivos. E seu caráter é difuso, cara a cara, pessoal, por oposição a condição explícita dos contratos impessoais ou das relações formais de autoridade”. (Scott, 1986, p. 37).

Desta maneira, essas relações clientelistas podem ser acionadas para atingir algum objetivo específico, como por exemplo a eleição daquele padrão a algum cargo eletivo. Importante ressaltar que, esse padrão serve como uma espécie de mediador entre a clientela e

as instâncias às quais eles não possuem acesso, ao mesmo tempo em que pode estar envolvido em uma rede de relações com outros padrões que se transformam em seus clientes para fins políticos partidários. Configurando assim, uma espécie de teia, na qual um padrão sempre estará no centro.

Nesse diapasão, as relações diádicas, de reciprocidade (clientelismo) relaciona-se com conceito metodológico de capital social, trazido por Bourdieu, o qual é “um conjunto de recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interreconhecimento” (BOURDIEU, 1980, p. 2).

Assim, para o sociólogo o capital social pode ser ancorado tanto na herança de uma posição e de relações interpessoais, a exemplo de um patrimônio familiar, cargos de destaque ocupados por um familiar ou façanhas realizadas por antepassados, quanto na possibilidade e habilidade em “produzir e reproduzir ligações duráveis e úteis próprias a permitir ganhos materiais e simbólicos”. (BOURDIEU, 1980, p. 2). Desta maneira um agente pode se utilizar de um capital social herdado, ampliando-o e o reproduzindo em seu próprio benefício, a fim de obter vantagens econômicas ou públicas (ocupação de cargos públicos de confiança ou cargos eletivos).

Nesse sentido o capital social pode ser subdividido em outras espécies de capitais, tais como o capital pessoal e o capital delegado. O capital pessoal também está subdividido, o capital pessoal de notável e o capital pessoal profético.

O capital social de notável está ligado a ideia de notoriedade e popularidade (ser reconhecido na sociedade) e também no fato de possuir uma série de qualificações específicas que garantem a aquisição e manutenção de uma boa reputação, que é consequência da reconversão de outros capitais acumulados na atuação em outros campos, este capital é decorrente de uma acumulação lenta e contínua, que pode até mesmo levar uma vida inteira para ser acumulado (GRIJÓ, ANO).

O capital profético ou heroico, o qual tem relação direta com o carisma discorrido por Max Weber, que é uma certa qualidade da personalidade de um indivíduo, através da qual ele é considerado extraordinário, com dons considerados sobrenaturais e não acessíveis a todos. (WEBER, 2012).

Já o capital delegado, para Bourdieu, é o capital que depende das instituições, no campo político, dos partidos políticos, sindicatos e associações, assim não é o agente que o detém pessoalmente, mas a instituição a qual ele está vinculado. (BOURDIEU, 1989).

Diante dos conceitos trazidos por Bourdieu, verifica-se que esses sistemas simbólicos, com a disputa por capitais e ascensões aos campos que visam a sua manutenção, acabam por perpetuar a violência simbólica, principalmente em relação aos grupos minoritários, em especial as mulheres.

Nesse sentido, em sua obra *A dominação masculina* (2002) Bourdieu afirma que a divisão entre sexos parece estar “na ordem das coisas”, isto é, a divisão entre sexos é algo normal, natural, que sempre foi assim, e que está em todos os lugares, inclusive em nossas casas, onde parte delas parece pertencer ao homem ou a mulher, bem como acontece em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como mecanismos de percepção, ação e pensamento.

Quando se percebe a concordância entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas, entre o curso do mundo e as expectativas a esse respeito, tornamos possível a compreensão do conceito de “experiência dóxica” trazida por Bourdieu, a qual reflete a experiência, através da qual somos socializados, e que compreende o mundo e as suas divisões discricionárias, iniciando pela divisão socialmente construída entre sexos, como naturais, evidentes, e adquire assim todo um reconhecimento de legitimação.

Nesse sentido, Bourdieu (2002, p.18) entende que

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres.

Essa visão legitimada, natural, constrói o corpo como realidade sexuada e como detentor de princípios de divisão sexualizante, e se aplica a todas as coisas do mundo, inclusive, como prefalado, ao corpo, formando assim um *habitus*. Por isso, é considerado normal quando os pensamentos e ações dos dominados estão estruturados de acordo com as mesmas estruturas das relações de dominação que lhe foram impostas (SILVA e MACHADO, 2013).

Desse processo resulta o fato das mulheres se embasarem nos esquemas de percepção dominantes, que evidenciam polaridades, e as fazem representar o próprio sexo como algo negativo. Desse modo

Desde muito cedo, mulheres interiorizam os princípios da arte de viver feminina de sua sociedade. Como se conduzir corporal e moralmente, aprendendo a vestir e usar vestimentas de acordo com seus estados sucessivos de menina, moça, esposa e mãe de família, e adquirindo tanto por mimetismo quanto por obediência a maneira

correta de prender os cabelos, de mover ou manter imóvel tal parte do corpo, de como olhar e de como falar. Sorrir, baixar os olhos, aceitar as interrupções (SILVA e MACHADO, 2013, p.4).

Bourdieu desenvolve vários estudos para demonstrar como se é ensinado as mulheres formas de se portar socialmente, e conclui que a feminilidade parece medir-se pela arte de se apequenar

O feminino em berbere vem sempre no diminutivo, mantendo as mulheres encerradas em uma espécie de cerco invisível, limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos do seu corpo – enquanto os homens tomam maior lugar com seu corpo, sobretudo em lugares públicos –Essa espécie de confinamento simbólico é praticamente assegurado por suas roupas (o que é algo mais evidente em tempos mais antigos) e tem por efeito não só dissimular o corpo, mas chamá-lo continuamente a ordem sem precisar de nada para prescrever ou proibir explicitamente. (‘minha mãe nunca me disse para não ficar de pernas abertas’); ora com algo que limita de certo modo os movimentos, como os saltos ou a bolsa que ocupa permanentemente as mãos. Ou sobretudo a saia que desencoraja alguns tipos de atividades (a corrida, algumas formas de se sentar e etc.); ora, só as permitindo à custa de preocupações constantes, como no caso das jovens que puxam seguidamente para baixo uma saia demasiada curta, ou se esforçam para cobrir com o antebraço uma blusa excessivamente decotada, ou tem que fazer verdadeiras acrobacias para apanhar no chão um objeto mantendo as pernas fechadas (BOURDIEU, 2002. p. 39-40).

Bourdieu afirma ainda que essas maneiras de usar o corpo, associadas diretamente a moral e a contenção que convém as mulheres, continuam a ser impostas, mesmo quando deixam de ser impostas pelas roupas. Isso ocorre por conta do *habitus* moldados por estas condições, e que funcionam como matrizes das percepções, pensamentos e ações de todos os membros da sociedade. Para o sociólogo, este conjunto de fatores resulta na violência simbólica.

Essa questão debatida, evidencia a forma como mulheres e homens são moldados socialmente, para fazer força junto a uma estrutura social embasadas em “consciências libertadoras, porque os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritos no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições, aptidões e vocações” (SILVA e MACHADO, 2013, p.6).

Exemplificando a questão da vocação Bourdieu (2002) dispõe que ela tem por propósito produzir encontros entre disposições e as posições, fazendo com que as vítimas da dominação cumpram com “alegria” as tarefas subalternas que lhe foram atribuídas, devido a suas virtudes de submissão, docilidade, gentileza, devotamento e abnegação. Diante disso, é que as expectativas sobre o comportamento dos corpos tendem ainda a fazer desaparecer, através do desencorajamento, a própria vontade de realizar atos que não são esperados de mulheres.

Nesse sentido é que o campo da política se revela com um dos mais resistentes a inserção das mulheres, pois “A definição de um cargo, sobretudo de autoridade, inclui todo tipo de capacitações e aptidões sexualmente conotadas: se tantas posições dificilmente são ocupadas por mulheres é porque elas são talhadas sob medida para homens cuja virilidade mesma se construiu como oposta às mulheres tais como elas são hoje” (BOURDIEU. 2002. P. 78).

Assim, para ocupar os espaços de tomadas de decisões, uma mulher teria que possuir, além dos atributos exigidos ao cargo em disputa, todo um conjunto de atributos considerados masculinos, tais como agressividade, segurança, distanciamentos das relações pessoais, autoridade etc. Condições essas, as quais os homens sempre foram treinados e preparados, para ter.

## **2.1 Relações familiares e violência simbólica**

Ainda no que tange a violência simbólica perpetrada contra as mulheres, ela é encontrada na sociedade de diversas formas, em especial na família, pois a família é considerada um produto que reproduz de forma ativa as relações de poder, que foram estruturadas historicamente, ao mesmo tempo em que é um ambiente central para o desenvolvimento das especificidades dos indivíduos e dos valores e atitudes, afetivos e racionais, que impactam diretamente sobre a participação destes indivíduos em outras esferas da vida. Assim, a análise da família determina a confrontação das relações de gênero assimétricas, das quais é possível extrair o entendimento sobre os papéis de homens e mulheres, não só na família, mas também em outras esferas/campos sociais. (BIROLI, 2010).

Diante disso é possível perceber que as famílias, além de exercerem um papel nas relações de cuidado, como as expressões de valores morais e éticos, e ser a instituição central à socialização dos indivíduos, elas também embasam uma relação de gênero injusta e violenta, pois “é na rotina doméstica, no espaço privado, que a correlação entre tradição e dominação feminina apresentar-se-ia de forma mais forte, limitando as possibilidades de autonomia, sobretudo das mulheres” (BIROLI, 2010, p. 220).

É por ser um instrumento central da reprodução dessa dicotomia, a família marca a descontinuidades entre as esferas - organizando, a intimidade, na esfera privada, pautada em valores para os quais é essencial a domesticidade feminina e estabelecendo as relações na esfera pública como a interação entre indivíduos igualmente livres – e as continuidades entre essas esferas, a partir da diferenciação dos papéis de homens e mulheres em cada uma delas,

tornando, assim, complementar a participação do homem na esfera pública e os encargos das mulheres na esfera privada (OKIN, 1999).

Diante disso, infere-se que a dualidade entre o público e o privado equivale ao secular problema da divisão sexual do trabalho. A divisão sexual do trabalho doméstico institui às mulheres ônus, que são identificados como deficiências em outras esferas da vida, assim a conexão entre os fatores doméstico e não doméstico da vida são profundos e marcam todos os espaços e atividades, conseqüentemente as formas de definição e restrição do papel da mulher em uma dessas esferas organizam suas possibilidades de vida nas outras. (OKIN, 1999)

Desta maneira, a responsabilidade exclusiva pela gestão da vida doméstica corresponde, paralelamente, à vulnerabilidade na vida privada (OKIN, 1999), e a isenção de alguns capitais simbólicos que serão necessários para se inserir e dominar o campo político.

## **2.2 Modos de participação política e desigualdades na representação**

Importante refletir que, as discussões aqui expostas, trazem um paradoxo, na medida em que elas nos permitem observar que as estruturas limitam o mundo político, e conseqüentemente demarcam diferentes posições entre grupos sociais distintos, como os grupos de homens e mulheres no campo político, embora a democracia representativa tenha como princípios basilares a participação ampliada e o sufrágio universal.

Insta salientar que o tema participação política é frequentemente relacionado às formas em que os indivíduos estão envolvidos com a participação eleitoral, que faz com que se acredite que esta participação ocorre somente com o ato de votar. Contudo, a participação política é mais abrangente que o ato de votar, participando da política formal, ela também está associada com a participação na política informal, através do engajamento em espaços diferentes da arena tradicional (BORBA e RIBEIRO, 2011).

De acordo com Borba (2012) há uma grande variedade das tipologias de classificação e modalidades de participação. Milbrath (1965) define participação como o conjunto de atividades relacionadas ao momento eleitoral. Nesse mesmo sentido, Schlozman e Brady (1995) referem-se a modalidade de participação a campos variados, promovendo uma articulação da relação entre participação política e participação social.

Diante disso Borba filia-se a concepção de modelo teórico de participação política proposto por Schlozman e Brady (1995, na qual classificam algumas características para as atividades políticas, tais como: filiação partidária, trabalho informal na comunidade, agentes públicos, habilidades de comunicação e os requerimentos, tempo e dinheiro como recursos empregados na conjuntura das dimensões da participação política no Brasil.

Desta forma, o modelo tradicional de participação na democracia representativa (partidos, votos, contatos políticos) nos leva a refletir sobre a representação, em especial a sub-representação das mulheres na política, que tem raízes históricas e ocorre por diversos fatores condicionantes, que serão observados mais adiante.

### **3. CAPÍTULO II – CAMPO POLÍTICO: SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NA ESFERA PÚBLICA**

Trazendo a discussão sobre a inclusão de grupos minoritários nas práticas da representação política, mais especificamente para a ausência ou pequena proporção de mulheres nos espaços formais da política, podemos perceber que o processo democrático encontra-se diretamente vinculado à injustiça. Contraditoriamente, o que se observa é que, apesar das mulheres terem conquistado lugares nos mais diversos espaços sociais, no sistema político ainda são excluídas das esferas de poder e de decisão, o que evidencia as dinâmicas de desigualdade do sistema político democrático.

Nesse sentido, ganha força a teoria política feminista, a qual é uma “corrente profundamente plural e diversificada, que investiga a organização social tendo como ponto de partida as desigualdades de gênero” (BIROLI e MIGUEL, 2014, p. 7). E diante da análise dessa corrente, em especial a partir do questionamento das premissas básicas das hierarquias sociais e do funcionamento das instituições, pode-se verificar alguns eixos que são considerados como principais causas da sub-representação feminina na política.

Um desses principais eixos, é a reflexão crítica acerca da dualidade entre a esfera pública e a esfera privada. Tal dualidade condiz com uma interpretação limitada da política, que em função, do caráter universal da esfera pública, define uma série de pontos como experiências privadas, não sendo, portanto, políticos. Essa estratégia, se constitui como uma maneira de segregar a política das relações de poder da vida cotidiana, negando, assim, o caráter político e conflitivo das relações familiares e de trabalho. (MIGUEL e BIROLI, 2014).

Assim, na modernidade, a esfera pública está pautada em princípios universais, na razão e na impessoalidade, e os indivíduos são definidos como expressões da cidadania recorrente a todos, à medida que a esfera privada guardaria as relações pessoais de caráter íntimo, em que os indivíduos são caracterizados através de suas individualidades concretas e particulares.

Somadas essa percepção aos estereótipos de gênero, tem-se que os papéis sociais atribuídos a elas, tais como a dedicação prioritária, e por vezes até exclusiva, à vida doméstica e aos familiares, colaboram diretamente para que a domesticidade feminina seja vista como algo natural, e até mesmo um valor ou parâmetro para o comportamento, e que comportamentos desviantes sejam vistos como algo fora do comum, demonstrando assim, que a natureza embasaria as diferenças hierarquizadas entre os sexos. Diante disso, a conservação da esfera privada da intervenção da Esfera Pública, possibilitou a preservação das relações de autoridade que limitaram a autonomia das mulheres.

Segundo Pateman (1989) em muitos casos a integridade individual foi afetada enquanto a entidade familiar era valorizada

Em nome da preservação da esfera privada, os direitos dos indivíduos na família foram menos protegidos do que em outros espaços, ainda que neles as garantias também fossem incompletas e diferenciadas de acordo com as posições sociais. A garantia de privacidade para o domínio familiar e doméstico, foi vista, por isso, como uma das ferramentas para a manutenção da dominação masculina. (PATEMAN, 1989, p. 32).

Assim, a percepção de que o que acontece na esfera doméstica concerne apenas aos indivíduos inseridos naquela relação serviu apenas para impossibilitar a proteção aos mais vulneráveis nas relações de poder. Além de que se prestou também para obscurecer as relações entre os papéis e as posições de poder ocupadas na esfera privada e na esfera pública.

Ainda, dialogando com a questão da subrepresentatividade feminina nos espaços de tomada de decisão e as esferas públicas e privadas, de forma esquemática, foi construído, através da teoria política feminista, três correntes de raciocínio acerca da paridade política: a diferença moral entre homens e mulheres; a diferença de interesses; e a diferença estrutural (MIGUEL, 2012).

A primeira corrente, que tem como principal referência os estudos desenvolvidos por Carol Gilligan (1982), que faz uma revisão do proposto por Chodorow, postula a singularidade do julgamento moral feminino. As diferenças entre homens e mulheres, apontadas de forma preconceituosa, por vários teóricos, entre eles Rousseau, não resulta do subdesenvolvimento da capacidade do julgamento das mulheres, mas da sensibilidade moral diferente da masculina. Desta maneira, ampliar espaço à representação política feminina, tornaria evidente uma outra sensibilidade (que hoje permanece limitada à esfera privada), nas discussões públicas. Diante disso, é que se torna imperioso a adoção de mecanismos que proporcione o aumento da presença de mulheres nos espaços decisórios. (MIGUEL, 2012).

Assim, essa teoria inicialmente utilizada no campo da psicanálise, ao ter sido utilizada por teóricas políticas feministas, demonstra que “a diferença feminina pode não ser ‘natural’

no sentido de ‘biológica’, mas é vista como fundamental da identidade das mulheres, de uma maneira tão elementar que, para todos os efeitos, está naturalizada” (RUDICK, 1989 apud MIGUEL, 2012).

Desse modo, através da política de desvelo é que as mulheres levariam uma contribuição diferente à esfera política, pois estariam habituadas ao cuidado com os demais, diante disso, a presença expressiva de mulheres nas esferas de poder possibilitaria uma minimização da agressividade da atividade política, que é visto como espaço essencialmente masculino. As mulheres contribuíram com os debates no campo político através da valorização da solidariedade e compaixão, portanto, focando nas áreas como assistência social, saúde e educação, áreas ignoradas.

Desta maneira a presença feminina promoveria a superação da “política de interesses”, considerada masculina e egoísta. Logo, vislumbra-se que a ideia central dessa corrente de pensamento é a “revalorização dos valores que são negados nas atividades públicas, sempre competitivas e egoísta. Com efeito, a moral feminina diferenciada, voltada à manutenção dos relacionamentos interpessoais e ao cuidado concreto com necessitados, manifestar-se-ia, em primeiro lugar, no papel de mãe de família” (MIGUEL, 2012, p. 113). Logo, essa corrente de pensamento faz crer que a mudança nos padrões comportamentais na política é a decorrência natural da paridade nos espaços decisórios.

Entretanto, enxergar a mulher como uma agente da política de desvelo é impróprio para a vida pública, haja vista que a política de desvelo enxerga a mulher como aquela que se preocupa mais com que acerca do que consigo mesmo, negando assim as suas próprias necessidades, o que contribui para manutenção a subalternidade feminina, construída pelo patriarcado, e de uma sociedade menos igualitária.

Outra corrente de pensamento sobre a paridade na representação, se contrapõe a supracitada corrente, entendo que as mulheres devem “se fazer representadas não porque sejam os vetores de uma ‘política desinteressada’, mas, ao contrário, porque possuem interesses especiais, legítimos, ligados ao gênero, que precisam ser levados em conta”. (MIGUEL, 2012, p.119). Assim, quando o sistema político se estrutura criando obstáculos a expressão dos interesses femininos, ele se mostra injusto.

Contudo, é necessário observar que diante desse posicionamento, parece que as mulheres, sempre terão interesses idênticos, apenas por ser mulheres. Entretanto, é fato que os indivíduos ocupam ao mesmo tempo, diferentes posições, com pressões e estigmas diferentes, por exemplo, mulher negra, desempregada, moradora da periferia, mãe solo, assim a adoção de

uma política de quotas que assegure a representação política feminina, acaba por impor a sobreposição de uma dessas categorias sobre a outra, haja vista a impossibilidade da representação política de todas essas clivagens de forma conjunta.

Assim, que o argumento de uma política de ideias, se mostra mais fortes, ou seja deve-se atentar à plataforma dos representantes, e não suas características individuais, pois pertencer a determinado no grupo, não significa, necessariamente expressar as suas demandas, por exemplo, candidatas femininas não precisam necessariamente ter comprometimento com as questões femininas. (PHILLIPS,1995).

Para Varikas (1996, p. 79)

A ideia ingênua da coincidência espontânea entre as ações dos representantes e os interesses de seus eleitores revela um entendimento deficiente da política, pois pretende substituir o acordo em torno a ideias políticas pela confiança que teríamos nos representantes do nosso sexo. Ou seja, é uma postura que favorece a autonomização da elite política, que fica desobrigada de prestar contas ao eleitorado, uma vez que, sua legitimidade provem das características identitárias compartilhadas. No entanto, um dos desafios centrais das democracias contemporâneas é precisamente a ampliação do controle dos representantes, sejam mulheres ou homens, por seus constituintes de ambos os sexos.

Uma terceira corrente teórica sobre a paridade nos espaços decisórios, está pautada na perspectiva social, ou seja, o ingresso dos grupos politicamente excluídos, como as mulheres aos espaços de deliberações públicas se faz necessário porque procedem de uma mesma perspectiva social, que está vinculada a padrões de experiências de vida, e não ao compartilhamento de opiniões ou interesses. (YOUNG, 2000).

Deste modo, é possível afirmar que a diferença, do ponto de vista político, das pessoas que ocupam os espaços decisórios e os grupos marginalizados nesses espaços, não é uma diferença estrutural, relacionadas às posições ocupadas nas suas formações sociais. Assim, a necessidade da presença das mulheres no campo político não é anulada se forem encontradas outras formas de proteger os seus interesses, independentemente da forma pelos quais sejam concebidos. Logo, elas precisam se fazer presentes em foros decisórios para que a perspectiva social que integram seja ouvida e elas possam ser partícipes na construção de projetos coletivos. (MIGUEL, 2012).

#### **4. CAPÍTULO III: ENTRAVES À PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA NO BRASIL**

A partir da década de 1990 aumentou o número de estudos que tinham como objetivo analisar as relações estabelecidas entre o campo político e as mulheres. A emergência do tema se deu por dois motivos centrais e correlatos. O primeiro que se refere a discrepância entre o grau de inserção feminina em esferas da vida social, tais como mercado de trabalho e educação e a sua escassa presença nas instâncias formais ou informais de exercício de poder. A segunda motivação encontra-se no surgimento, em todo o mundo, em especial na América Latina, das ações afirmativas aplicadas ao campo político, trazendo assim um destaque para os estudos acerca do surgimento e da eficácia das cotas para as candidaturas femininas.

Nesse sentido, uma grande parte dos estudos brasileiros relacionados a temática “Mulher e Política” tem se concentrado na investigação e compreensão dos motivos para a baixa presença de mulheres na esfera da política institucional, bem como na identificação das principais dificuldades encontradas para a ocupação de cargos no âmbito da política institucional. Desta maneira, de acordo com os estudos desenvolvidos, dentro dessa temática, a sub-representação feminina estaria relacionada, entre outros fatores, a preconceitos e resistência presentes nas organizações partidárias, ao acesso seletivo aos recursos econômicos e sociais, aos papéis de gênero e à socialização diferenciada que, por intermédio da formação educacional e da cultura hegemônica, não favorece a preparação da mulher para a disputa política e para o poder. (PINHEIRO, 2006).

Um outro fator que também é apontado como um dos obstáculos para o ingresso das mulheres na vida política, é a dicotomia público e privado e a divisão sexual do trabalho, já debatidos no capítulo anterior, mas que sem dúvidas é o mais apontado entre os obstáculos. Isto porque é delegado as mulheres a função de cuidadora, dificultando assim, a sua inserção na esfera política, que é vista, tradicionalmente como de responsabilidade masculina. Desta maneira, para Costa (1997) uma das dificuldades para a representação feminina no campo político é a construção do processo liberal democrático que quando privilegia a esfera pública,

acaba por reforçar a exclusão feminina, diante disso, a democratização do espaço público deve proporcionar uma revisão do espaço privado, politizando-o e democratizando-o.

Outro principal obstáculo à inserção da mulher no campo político é a questão da socialização diferenciada e os valores, no que tange o processo de construção de papéis sociais diferenciadores para homens e mulheres pautados na concepção de gênero. Essa diferenciação tem início no ambiente familiar e se perpetua em outras instituições sociais, que acabam difundindo e reforçando a separação de papéis entre homens e mulheres, reproduzindo, portanto, uma concepção tradicional do que é ser homem e do que é ser mulher. Desse modo, um conjunto de estereótipos se perpetua para além do ambiente escolar e alcançam os momentos de tomada de decisão profissional no qual as mulheres terminam por se deslocar para espaços considerados “femininos” e “tradicionais” (serviços domésticos, serviços de cuidado, tais como, serviço social, enfermagem, pedagogia, etc.), enquanto os homens se concentram em atividades consideradas “modernas”, como as das áreas de exatas e tecnologia. (TABAK, 2002).

E um dos resultados dessa socialização diferenciadora é refletida na atitude da mulher em relação a política

A política é frequentemente vista como não sendo um domínio da mulher ou com a qual elas não deveriam tratar. E muitas mulheres, quando entrevistadas, dizem que “não estão interessadas em política”, ou que a política “é coisa de homem”. Por isso, muitas mulheres talentosas e capazes, que conquistam prestígio, reconhecimento e liderança através de sua participação ativa em diferentes tipos de movimentos sociais, nem sequer pensam que elas poderiam (ou deveriam) ser indicadas para um mandato no Parlamento. (TABAK, 2002, p. 104).

Deveras, “os valores de uma ‘cultura feminina’ e de uma ‘cultura masculina’ implicarão escolhas futuras, a partir de um conjunto organizado de referências que acabam sendo incorporadas aos componentes da personalidade dos indivíduos” (AVELAR, 2001, p. 152). Os valores podem também ser compreendidos como concepções amplas que distinguem indivíduos e grupos e influem o tipo de ação e de participação adotados. Aqueles que são relacionados ao mundo político demonstram-se em preferências e se manifestarão através do interesse, das atitudes e opiniões políticas. A socialização diferente entre homens e mulheres levam a padrões de comportamento e escolhas distintas no futuro.

Essa construção social dos papéis e espaços de gênero acabam desenvolvendo, em homens e mulheres, determinados atributos individuais, que caracterizariam obstáculos marcantes para o ingresso das mulheres na vida política. Tabak (2002) os chama de fatores pessoais e Rodrigues (2002) de limitações pessoais. Mas, podemos optar por visualizar esse tema de uma outra perspectiva, o denominando de construção de estereótipos. Nesse caso, pode-se mencionar a crença disseminada entre as mulheres, mas que vem sendo alterada, de

que a política não é um espaço feminino. (PINHEIRO, 2006). Por certo, como apontado por Bourdieu, a construção de processos de dominação, como por exemplo, a masculina, realiza-se com a concordância do próprio dominado, ou seja, das mulheres, que acabam reproduzindo e aplicando tais discursos, que caracterizam os estereótipos e os perpetua.

Ademais, é somado ainda a questão da insegurança e do medo que muitas mulheres têm de não serem capazes de desenvolver competentemente o seu papel de representante e de não possuir as habilidades necessárias para tanto. Nesse sentido é possível citar, trecho de uma entrevista com uma deputada, na qual expõe as suas dificuldades para ascender ao campo político, realizada no trabalho desenvolvido por Rodrigues (2002): “As dificuldades das minhas limitações de não ter sido talhada para ocupar a esfera do poder e de ser guinada a condição de prefeita” (RODRIGUES, 2002, p. 144).

No mesmo caminho Miguel e Grossi (2001) destacam também as dificuldades oriundas do exercício solitário do poder. Para as autoras, no caso dos políticos homens, o peso emocional, relativo ao exercício do poder é compartilhado, em geral com as esposas, que são companheiras obrigatórias para as atividades políticas do marido, o que, em alguns casos, se torna a via de acesso a esfera política, para muitas dessas mulheres. Entretanto, para as mulheres candidatas eleitas a atuação política possui uma realidade diversa, sendo uma atuação mais solitária, vez que é muito comum o rompimento dos casamentos e/ ou relacionamentos quando estas se dedicam a vida política.

Os homens que estão ao lado das mulheres políticas não foram treinados para suportar esse peso. As mulheres continuam suportando o peso dos outros, dos homens, dos filhos etc., e o seu próprio peso, o que resulta muitas vezes em separação conjugal. [...] A separação dos maridos e companheiros, como consequência da inserção na vida política, é um dos problemas subjetivos que parece fundamentalmente para as mulheres se elegerem, questão que antecede a temática das cotas. (GROSSI e MIGUEL, 2001, p.182)

A indispensabilidade de uma conciliação entre a vida pública e a vida privada, também é considerado um obstáculo a entrada da mulher na esfera política, em especial quando se é considerado os seus diferentes ciclos de vida, que, de acordo com Avelar (2001) são fragmentados, conforme a situação conjugal e a maternidade. Visto que os papéis de gênero socialmente produzidos delegam à mulher o dever do cuidado doméstico e dos filhos, e ao homem o trabalho de provedor das necessidades materiais daquele núcleo familiar, desta forma, a mulher acaba tendo menor disponibilidade para a política. Ao se tornar mãe, ou, da mesma maneira, ao ingressar no mercado de trabalho, são demandados dela, maior tempo e energia, pois a ela incumbe o cuidado, a educação e a atenção aos filhos, além dos cuidados e tarefas domésticas.

Outrossim, a oferta de equipamentos públicos que possam promover auxílio as mulheres em relação as responsabilidades familiares, tais como creches, os quais contribuiriam para a participação e atuação direta na vida pública, é praticamente inexistente e/ou insuficiente. E esses fatores resultam na criteriosa seleção de atividades extrafamiliares, ficando, assim, a atividade política, em segundo plano. Em contrapartida, a paternidade não altera, necessariamente, o ciclo de vida masculino, permitindo, assim, que seja possível para o homem continuar exercendo sua atividade política, ou ter maior disponibilidade para tal. (PINHEIRO, 2006).

Contudo, a disponibilidade para a política pode ser modificada conforme as estruturas familiares existentes. Segundo Avelar, 2001, p. 154 “[...]no século XX as mudanças de valores entre gerações de mulheres permitiram novas formas de concepção sobre vida familiar, em grande parte em direção a maior igualdade e independência feminina, o que gerou novas estruturas familiares” Nesse sentido, estruturas “mais modernas” se referem a famílias, nas quais os papéis de cuidados domésticos e com os filhos são divididos igualmente, facilitando assim, o interesse e a participação das mulheres no mundo político. Já as famílias com estruturas tradicionais, são aquelas com a divisão sexual do trabalho, já amplamente debatida aqui, na qual a mulher é única responsável pelos cuidados domésticos e com os filhos, e o homem o “provedor do lar”, que atua, dificultando a participação política feminina.

[...] é muito difícil para uma mulher “querer” ser candidata, sabendo de antemão que não vai contar com o apoio efetivo do partido nem infraestrutura doméstica para exercer a atividade política. Pois, se o candidato tem esposa que lhe dá retaguarda para que ele se dedique à campanha em tempo integral, quem substitui a candidata em seu papel de mãe e esposa, na sua dupla ou tripla jornada usual? E a cobrança que lhe é feita por “sair de casa” e até pelo horário que ela chega?”. (SUPLICY, 1996. p 2).

Outro fator que pode ser apontado como óbice às candidaturas femininas são o diferente acesso entre homens e mulheres à recursos econômicos e sociais. De acordo com Avelar (2001, p. 156)

as explicações de caráter estrutural também são eficientes para clarear as razões pelas quais alguns grupos na estrutura social têm acesso diferencial aos recursos políticos. Por tal enfoque, os grupos ou indivíduos que gozam de posição mais central são aqueles que provavelmente se encontram mais bem equipados para concorrer às exigências várias das agências de recrutamento político.

Diante disso, ocupar essas posições consideradas centrais possibilita o acúmulo de capital social e de capital político, essências à participação e conseqüente sucesso na vida política. Desta maneira se faz retomar o já citado conceito de capital social trabalhado por Bourdieu, que pode ser entendido como o “[...] conhecimento e contato social, acesso

privilegiado a tarefas socialmente valorizadas e habilidades sociais que capacitam os indivíduos a competir nos vários campos da sociedade” (AVELAR, 2001, p. 156). E um desses campos, é o campo político, no qual as redes de relações e contatos sociais são de suma importância para mediação dos conflitos, interesses e competição. Assim, acumular capital social é um fator preponderante na disputa pelos recursos necessários ao alcance do poder e ao exercício das atividades políticas.

Entretanto, o acúmulo de capital social é custoso para qualquer indivíduo, em especial as mulheres. Por terem a sua socialização feita de maneira diferente das dos homens, sem a orientação de que podem, e até mesmo, devem participar das esferas da vida pública, em especial do campo político, assim as mulheres acabam convertendo suas habilidades em apenas um “capital emocional”, compreendido como “ um conjunto de relações, conhecimentos, contatos e habilidades aplicáveis muito mais à dominação interna à família ou as relações de parentesco e amizade, e pouco eficaz no campo profissional e político.” (PINHEIRO, 2006, p. 42).

Em que pese as transformações ocorridas nas últimas décadas, as mulheres permanecem dedicando mais tempo às tarefas domésticas e a ter rendimentos médios menores do que os homens pelo trabalho desempenhado fora do ambiente doméstico, mesmo elas possuindo mais tempo de ensino formal que os homens e serem a maior parte dos indivíduos que completam o ensino superior. Diante disso, é possível perceber que se a mulher não se encontra, em “posição de centralidade” no meio social, sua integração na vida pública e política, ocorre através de caminhos alternativos, especialmente através de movimentos sociais, a partir dos quais é possível a construção de uma consciência de grupo social, bem como conscientização de direitos e possibilidade de afastamento da esfera doméstica, que resulta na identificação das mulheres com partidos e candidatos que se mostrem simpatizantes e preocupados com as suas necessidades, e até mesmo no nascimento de um desejo de participação ativa na vida política, através da candidatura.

Contudo, é importante pensar que para a presença de mulheres passe dos movimentos sociais para a representação nas esferas formais de poder, é necessário que ocorra a filiação a um partido político. E nesse espaço interno, também se encontram muitos outros obstáculos para a ocupação de cargos eletivos para as mulheres, tais como a falta de estímulo dos partidos às candidaturas femininas e falta de apoio financeiro para o desenvolvimento das campanhas eleitorais, como veremos a seguir.

#### **4.1. Partidos Políticos enquanto entrave à participação feminina na política institucional**

A política, na sua forma institucionalizada, é legitimada e preparada por meio de uma estrutura que através da eleição de governantes e parlamentares, por meio de partidos políticos, o seu principal mecanismo de legitimação. O poder político representativo, é condição necessária e dado constitutivo da vida social moderna, e os partidos são organizados com o intuito de disputar esse poder. Seus direcionamentos sociais e políticos são orientados pelo acesso ao poder, cujo mecanismo de exercício e de disputa é a representação parlamentar ou governamental. Desta maneira, em conjunto com as posições ideológicas, são os cálculos eleitorais que influenciam diretamente na organização, na estratégia partidária e nos lugares dos atores dentro dessa lógica sistemática, além disso, no recrutamento e nos investimentos eleitorais. (ARÚJO, 2005).

Desta forma, vislumbra-se que os partidos políticos não são estruturas fixas e imutáveis, estão em constante movimento, adequando-se aos imperativos do sistema eleitoral, do contexto político ao qual estão vinculados, refletindo as características mais amplas da sociedade. (ARAÚJO, 2005).

Desse modo, segundo (ARAÚJO, 2005, p. 02) quanto à razão de ser dos partidos, é possível identificá-los em dois níveis: “a) no nível intrapartido, em relação à organização e a ideologia e b) no nível de competição eleitoral, na relação entre partidos. Como as mulheres têm sido posicionadas frente a essas dimensões?”.

Como regra o relacionamento entre as mulheres e os partidos políticos se demonstra muito mais sazonal do que contínuo, envolvendo o apoio e participação delas na campanha de outros candidatos, ajuda na organização de eventos, e muito poucas mulheres como candidatas lançadas pelo partido. De forma geral, os motivos utilizados para explicar o pouco incentivo e o pouco espaço das mulheres dentro das estruturas partidárias se referem ao fato de as mulheres acabarem de se inserir na arena política formal, não tendo, portanto, tradição enquanto grupo social, nem contarem, como regra geral, com o apoio de organizações econômicas e profissionais. Nesse sentido, o que prevalece como fator principal, para os partidos políticos, no momento da escolha dos candidatos, são as disputas pelo voto

Em todos os sistemas é a corrida pela obtenção do maior número de votos possível. Nesse sentido, as escolhas preferenciais dos partidos serão feitas com base na análise dos candidatos considerados “bons de voto” e também daqueles considerados “ruins de voto. Nesse processo, tende-se a desenvolver-se uma lógica que é, ao mesmo tempo, pragmática e inercial, que se reproduz de modo mais intenso nos sistemas majoritários. Supõe-se que os candidatos que já são parlamentares ou tiveram votações expressivas em pleitos anteriores tendem a oferecer menor risco a competição, pois teriam base eleitoral, nome conhecido e

estrutura criada pelo próprio mandato. Assim, parcela significativa das vagas ou da prioridade eleitoral tende a ser direcionada para aqueles que já estão ocupando cargos e estão tentando reeleição ou então que disputam pela primeira vez, mas compõem o perfil tradicional do representante partidário. (ARAÚJO, 2005, p. 03)

Desta forma, de acordo com Pinheiro (2007. P. 44) “Cria-se, assim, um círculo vicioso, pois às mulheres não se dá espaço porque não tem capital político, e sem esse espaço, elas não conseguirão o capital necessário para se fazerem notadas e reconhecidas nos partidos e, conseqüentemente, para garantirem presença nos canais formais de representação”.

Como bem pontuado por Tabak (2002) o apoio dos partidos às candidaturas femininas só aparece “quando se trata de mulheres capazes de ‘arrastar votos’ para a legenda, graças a seu prestígio próprio” (p. 100). Contudo, se esta é uma prática comum nos partidos, e que atinge qualquer candidato, sem ter relação com o gênero, no caso das candidaturas femininas, podemos perceber que as boas chances eleitorais são essenciais para os partidos apoiarem mulheres e até mesmo estimularem suas candidaturas, mas ainda não são suficientes para garantir um efetivo suporte, principalmente em relação ao financiamento destas campanhas. No Seminário Mulheres na Política, Mulheres no Poder, realizado no Congresso Nacional, em 2000, várias parlamentares denunciaram a resistência dos partidos políticos apoiarem as suas candidaturas, mesmo com a possibilidade real de sucesso no pleito eleitoral, prevalecendo, portanto, a lógica sexista e não a lógica eleitoral. (PINHEIRO, 2007).

Nesse sentido, no sistema eleitoral proporcional, com lista aberta, como é o caso do Brasil, os candidatos são responsáveis por parte considerável de suas campanhas, na prática são eles que disputam o voto, e angariam os recursos financeiros de suas campanhas, sendo eles responsáveis também por prestarem contas à Justiça Eleitoral, no que concerne a arrecadação desses valores. (SACHETT e SPECK, 2012).

Nessa perspectiva, existe uma relação forte de dependência entre as campanhas eleitorais e os recursos financeiros. Sem os recursos é difícil para os candidatos realizarem as atividades de campanha, como por exemplo, produção de material gráfico, deslocamento às localidades para apresentar sua candidatura e discutir o programa de governo, realização de pesquisas junto ao eleitorado, etc. (SACCHET e SPECK, 2012). Assim, verificamos que o desempenho eleitoral e recursos financeiros, estão intimamente ligados, logo quanto mais recursos arrecadados, maior a chance do candidato ser eleito.

Pesquisas desenvolvidas com enfoque em financiamento eleitoral, demonstram que homens arrecadam significativamente mais recursos que as mulheres, independente do cargo disputado, e na maioria dos estados brasileiros. E em alguns estados (11 estados mais o Distrito Federal), as mulheres recebem menos da metade dos recursos que deveriam receber

caso o financiamento fosse equilibrado entre gêneros. Assim, vislumbra-se que o baixo desempenho das mulheres nas urnas também está vinculado ao baixo financiamento das suas campanhas. (SACCHET e SPECK, 2012).

Outra barreira encontrada por mulheres no âmbito partidário, é a resistência dos partidos à instituição de um sistema de cotas realmente efetivo, tema que será abordado na próxima seção, pois o não preenchimento das vagas reservadas e os registros de candidaturas não competitivas, apenas para preencher as vagas relativas as cotas eleitorais, são práticas rotineiras nos partidos políticos, desta maneira, vislumbramos que os partidos políticos são espaços pouco democráticos, fechados a participação feminina nas instâncias decisórias, nas candidaturas mais apoiadas etc. Para Rodrigues (2002, p. 28), “os partidos são instituições dirigidas por homens e funcionam basicamente em contextos eleitorais. Seus dirigentes não internalizaram que a democratização da sociedade brasileira passa pela distribuição e compartilhamento dos poderes entre homens e mulheres, também nesse espaço”.

Diante disso, dois fatos merecem destaque. O primeiro condiz com a percepção de que a entrada de mulheres no campo político, além de ser um fator recente, estabelece, de acordo com a teoria sociológica de Bourdieu, um tensionamento das estruturas estruturantes do campo, a partir de uma luta de poder entre os que ocupam as posições de dominantes e os que se encontram nas posições de dominados. Com a atuação do movimento de mulheres focada nas alterações no interior dos partidos, é que o contexto começa a apresentar modificações, com alguns partidos abrangendo as reivindicações e criando instâncias próprias para cuidar dessas questões, e adotando, até mesmo sistemas internos de cotas para a eleição das diretorias partidárias. (PINHEIRO, 2006).

O segundo fato leva em consideração a lógica da disputa eleitoral que orienta a atuação dos partidos políticos. Desse modo, segundo Araújo (2003) junto com as posições ideológicas existem cálculos eleitorais que influenciam diretamente, na esfera organizacional, indicam as estratégias partidárias e o lugar dos atores dentro dessas estratégias, tais como o recrutamento e o investimento eleitoral. Desta forma, as escolhas primaciais dos partidos tendem a ser, portanto, determinadas por uma lógica pragmática e inercial, diante disso, seguindo esta lógica, pressupõe, então que os candidatos que já foram parlamentares, ou, em eleições anteriores, obtiveram votações expressivas, tem menores riscos nos pleitos, por já terem sua base eleitoral consolidada, logo são esses os candidatos prioritariamente, apoiados pelos partidos, e como tal condição é mais difícil para as mulheres, logo o apoio aos seus nomes tende a ser mais dificultoso.

Conforme o trabalho na presente seção são muitos os entraves encontrados pelas mulheres para se inserirem na esfera pública, em especial na esfera política, assim como são muitos os esforços para superá-los. E é nesse sentido, de superação que começam a surgir, a partir de 1990, as políticas de ações afirmativas, que possuem um grande potencial transformador e de contribuição para alteração das concepções tradicionais, a respeito dos lugares, produzidos socialmente, para homens e mulheres.

## **5. CAPÍTULO IV: REPRESENTAÇÃO INCLUSIVA DE GRUPOS QUALITATIVAMENTE MINORITÁRIOS**

As relações entre representantes e representados têm sido uma temática que há tempo é discutida dentro das ciências políticas, desde as suas primeiras concepções teóricas, no século XVI, ganhando mais força, a partir do iluminismo, no século XVIII, e se segue ainda muito debatida na contemporaneidade, em especial quando se busca entender a atual conjuntura política do Brasil. O capítulo que segue visa discutir e compreender, à luz das principais teorias sobre representação, quais os caminhos para a representação e como ela também é responsável por reproduzir as desigualdades e exclusões de alguns grupos sociais.

Dentro do cenário político das últimas décadas, há um empenho em integrar a discussão sobre reconhecimento e representação política formal das mulheres, vez que a representação de grupos sociais estruturais menos favorecidos ainda é alvo de muitos entraves. Young (2006) esclarece que essa sub-representação ocorre porque os críticos da representação e as instituições representativas separam o povo do poder, fazendo com que as regras não sejam as mesmas para todos.

Nesse sentido, a discussão trazida por Nancy Fraser sobre reconhecimento demonstra que redistribuição e reconhecimento se tornam elementos centrais na construção de um pensamento crítico em relação às ações políticas que visem alcançar os requisitos de justiça para todos.

Fraser (2001) destaca que a luta por reconhecimento se tornou exemplo de conflito político no fim do século XX. As injustiças às quais os grupos sociais estão sujeitos, muitas vezes, são ignoradas e acontecem em um mundo em que a desvantagem econômica e o desrespeito cultural estão interligados e se apoiam simultaneamente.

Visando esclarecer esta situação e as perspectivas políticas por ela apresentadas, Fraser propõe diferenciar duas compreensões de injustiça que, embora analiticamente diversas, estão “enraizadas em processos e práticas que sistematicamente prejudicam alguns grupos em detrimento de outros.” (FRASER,2001, p.251).

A primeira delas é a injustiça socioeconômica que está fixada na estrutura político-econômica da sociedade, existente na exploração do trabalho, marginalização econômica e privação de um padrão de vida material adequado. A segunda forma de compreensão do sentido de injustiça é simbólica ou cultural. Injustiças que estão arraigadas nos padrões sociais da representação, comunicação e interpretação.

Segundo Fraser as injustiças estão fortemente enraizadas em práticas e processos de tal modo que

As normas culturais enviesadas de forma injusta contra alguns são institucionalizadas no Estado e na economia, enquanto as desvantagens econômicas impedem a participação igual na fabricação da cultura em esferas públicas e no cotidiano (FRASER, 2001, p.251).

Da análise do pensamento de Fraser depreende-se que as demandas por justiça requerem tanto a redistribuição dos bens e das riquezas sociais, quanto reconhecimento valorativo cultural das diferenças. Desta maneira, os grupos de coletividade ambivalente, como por exemplo, pessoas que estão subordinadas por meio de raça ou gênero, reivindicam reconhecimento e redistribuição.

Como solução para essas demandas, a autora apresenta medidas afirmativas e transformativas. Para a autora as medidas afirmativas seriam mecanismos voltados para a correção de resultados indesejados de arranjos sociais, ou seja, sem mexer na estrutura. Já as medidas transformativas seriam a correção dos resultados indesejáveis a partir da reestruturação da estrutura que os produz. Apesar de ambivalentes, Fraser propõe estratégias para que ambos, gênero e raça encarem o dilema redistribuição/reconhecimento:

Feministas devem procurar remédios político econômicos que minem a diferenciação de gênero, enquanto também devem procurar remédios culturais-valorativos que valorizem a especificidade da coletividade menosprezada. (FRASER, 2001, P. 265).

Na perspectiva de Fraser, os conflitos contemporâneos entrelaçam-se entre economia e cultura, ou seja, não existe uma desconexão entre a dimensão econômica e a cultural. Essa dualidade proposta por Fraser é criticada por Iris Young, que acredita que promover “a justiça social significa a eliminação da dominação e opressão institucionalizadas” (YOUNG, 1990, p.15). A justiça social seria a promoção das condições necessárias para que todos possam exercer as suas capacidades e os processos de tomada de decisão nas estruturas institucionais da sociedade, e de certa forma, a manutenção destas dicotomias acabam por reforçar as injustiças postas na sociedade.

Para Patrícia Mattos (2004, p. 147), os remédios propostos por Fraser —parecem paradoxais, uma vez que devem enfatizar, ao mesmo tempo, a igualdade e a diferença. Ainda, segundo a autora, se as dicotomias de gênero envolvessem somente a utilização desses

remédios, já estariam resolvidas. A autora reforça, então, que gênero não é só uma diferenciação baseada na política econômica, mas também em padrões culturais. Para combater a injustiça cultural, é necessária uma desconstrução do androcentrismo e do sexismo cultural, “permitindo se pensar em uma sociedade onde é possível a construção de novas identidades e diferenças que são livremente elaboradas e desconstruídas com base na igualdade social” (MATTOS, 2004, p.148).

Como uma questão ainda a ser resolvida dentro das democracias contemporâneas, Young, em *Representação política, identidade e minorias* (2006), apresenta a discussão sobre a inclusão de grupos minoritários nas práticas da representação política. Concebe a representação como

[...] um processo que ocorre ao longo do tempo e tem momentos ou aspectos distintos, relacionados entre si, mas diferentes uns dos outros. A representação consiste num relacionamento mediado entre os membros de um eleitorado, entre este e o representante e entre os representantes num organismo de tomada de decisões. Na qualidade de um relacionamento prolongado entre os eleitores e seus agentes, a representação oscila entre momentos de autorização e de prestação de contas: é um ciclo de antecipação e retomada entre os eleitores e o representante, no qual seus discursos e ações devem carregar *vestígios* de um momento a outro. Assim, a noção aqui proposta é primordialmente normativa. Busco identificar os ideais de uma representação eficaz, que promova legitimidade democrática e inclusão política (YOUNG, 2006, p. 151 e 152).

Como observa Young, o alcance da compreensão sobre representação política refere-se à experiência de formas mais representativas de participação, sendo esta tanto necessária quanto desejável. Tal posicionamento tem se dado porque o princípio democrático liberal tem negado as especificidades dos modos de representação de grupos sociais.

Muitos são os argumentos e obstáculos acerca da representação de grupos, um deles presume um posicionamento de que a representação, em vez de reduzir, enseja diferenças sociais, ou então, a afirmação de que a representação é incompatível com a democracia autêntica. No entanto, para autora, as práticas representativas diferenciadas são um importante instrumento que visa estabelecer a justiça e inclusão política, visto que pessoas diferentemente posicionadas tem experiências diferentes, histórias e compreensões sociais decorrentes daquele posicionamento. O que ela chama de *perspectiva social*, ou seja, “o ponto de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições que neles ocupam” (YOUNG, 2006, p.164).

Miguel e Biroli (2014) destacam que grupos sociais dominados não possuem apenas experiências e visões de mundo diferentes dos grupos dominantes. Eles possuem, também, interesses conflitantes. Daí a importância acerca da representação de grupos, pois os grupos expressam perspectivas e interpretações diferentes de uma mesma questão.

O que se observa é que a lógica que gere o estabelecimento das instituições pressupõe uma dinâmica de preservação de posições, reprodução de papéis e regras que ocasionam, em muitos casos, na exclusão de grupos menos privilegiados na sociedade. Destarte, como apresenta Young (2006), não se pode negar que grupos sociais estruturais menos privilegiados estão sub representados na maioria das democracias contemporâneas, a exemplo, está a participação das mulheres política:

Na maior parte dos sistemas políticos, as mulheres ocupam uma pequena proporção dos cargos públicos eleitos, bem como estão relativamente pouco presentes nas posições de poder e influência na vida pública e privada de modo geral. Grupos culturais minoritários e aqueles situados em posições raciais desvalorizadas também costumam carecer de voz política efetiva (YOUNG, 2006, p.169).

Partindo desse exemplo, para Young, a baixa representação de mulheres, negros e grupos que constituem uma minoria não estaria cumprindo o compromisso com a igualdade política. Ignorar essas questões implica em manter a estrutura de desigualdade presente nos espaços decisórios. Por isso, argumenta a autora, pela necessidade de pluralizar as formas de representação, o que traria uma maior inclusão dos grupos nos modos e espaços de representação.

Anne Phillips (1996) chama a atenção para o fato de a democracia liberal considerar que os grupos têm igualdade de chances dentro da representação política, não levando em consideração as condições sociais, econômicas, raciais e de gênero, como se elas também não fossem fundamentais nesse processo.

Nesse diapasão, Luis Miguel (2003) apresenta alguns argumentos acerca da representação política de grupos sociais. O primeiro é para a importância da representação política, pois, em sociedades populosas, extensas e complexas como as contemporâneas a representação de todos apresenta-se como uma prática inviável. O segundo seria o sentido da própria representação política. Quando grupos subalternos buscam êxito na inclusão política, as tensões presentes no campo político ampliam-se. Verifica-se que o problema está na formação de uma elite política distanciada da massa da população que tende a reproduzir as desigualdades sociais, fato que se evidencia na baixa representatividade nos órgãos de poder de mulheres, minorias étnicas, sexuais e, também, dos trabalhadores.

Tal como Young, Anne Phillips argumenta sobre a necessidade de incluir a diversidade nos espaços de participação. Phillips (1999, p. 35) destaca ainda que “não basta eliminar as barreiras à inclusão, como no modelo liberal: é necessário incorporar, explicitamente, os grupos marginalizados ao corpo político”. Nesse trecho, parece evidente à

autora que se prevaleça, nas democracias representativas, a política de presença de certas categorias. No entanto, Phillips argumenta em favor da combinação de uma “política de presença com uma política de ideias”. Isto é, em decorrência da verificação das desigualdades entre grupos excluídos historicamente da política, a autora evidencia que a política de presença é tão importante quanto a política de ideias. Elas se complementam, porque, para defender os interesses de um determinado grupo, é imprescindível que um dos seus representantes esteja presente, pois a presença é fundamental para a ideia.

## **6. CAPÍTULO V: MULHERES NA POLÍTICA NO BRASIL: HISTÓRIAS, DESENVOLVIMENTO E O CENÁRIO ATUAL**

O embate das mulheres para garantir o seu espaço na política é antiga. Grande parte das manifestações por ampliação dos direitos na sociedade já se apresentavam na Revolução Francesa, mas foram fortalecidas com a modificação da mentalidade no que tange os papéis de gênero trazidas pela modernidade, tendo como principal exemplo a nova ordem econômica e social definida pela industrialização. Em paralelo a isso, o pensamento liberal, surgido no século XIX, apresentou uma perspectiva, nunca vista, de mulheres enquanto sujeitos capazes de participar ativamente da esfera pública. Portanto, a busca pelo sufrágio se tornou um dos mais importantes pontos de reivindicações de grupos feministas ao redor do mundo.

Sendo vistas como os pilares da vida privada, as mulheres finalmente conseguiram o direito ao voto nas primeiras décadas do século XX. Sendo oportunizado também a elas adentrar os espaços públicos de poder, contudo precisaram enfrentar a descrença daqueles que acreditavam que elas estariam desestabilizando a estrutura familiar. Tendo esta ordem natural sido subvertida, o mundo público tradicionalmente masculino estava prestes a sofrer um desequilíbrio. (KARAWAJCZYK, 2007).

No Brasil, muitos grupos feministas importaram discussões e valores das sufragistas europeias, além de acrescentarem às suas lutas a bandeira de um maior acesso à educação.

Não obstante reuniões de mulheres para debater as referidas pautas já existissem desde a segunda metade do século XIX, eventos como a criação do Partido Comunista, a realização da Semana de Arte Moderna de São Paulo e a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), todos ocorridos em 1922, foram fatores muito importantes para o fortalecimento de uma mudança político-cultural na sociedade da época, que favorecia às mulheres. Neste cenário, no governo de Getúlio Vargas, em 24 de fevereiro de 1932, através do decreto presidencial nº 21.076, foi reconhecido o direito de voto às mulheres no Brasil. Além disso, importantes figuras femininas que integram o movimento sufragista brasileiro, como Carlota Pereira de Queiroz e Bertha Luz, foram colaboradoras na elaboração da Constituição de 1934. Elas conseguiram introduzir pontos na Carta Magna que afetavam diretamente a vida feminina, tais como: igualdade salarial entre os sexos, acesso irrestrito a

cargos públicos, licença maternidade, etc. (SOW, 2010). Este período demarcou a primeira grande onda feminista experimentado pelo Brasil. (PINTO, 2003).

Apesar de avanços significativos ocorridos nesse período, a entrada de mulheres na vida pública e outras questões envolvendo desigualdade sociais, econômicas, políticas e de gênero ainda permaneceram. (ALVES e ARAÚJO, 2007). Mesmo perdendo espaço no período autoritário do Estado Novo, o movimento feminista brasileiro voltou com relevância e força nos anos de 1970. Entretanto, foi apenas no momento da redemocratização do Brasil que a luta feminina adquiriu uma nova abrangência, trazendo novas pautas de reivindicação como violência contra mulher e saúde feminina. Este momento foi considerado como a segunda onda do movimento feminista no Brasil. (CUNHA, 2019).

Cada vez mais articuladas politicamente, diversos movimentos de mulheres e grupos feministas se mobilizaram com a intenção de pressionar os parlamentares constituintes de 1988 para alcançar maiores reconhecimentos e direitos na nova Constituição Federal que estava sendo produzida. Chamado de “Lobby do Batom”, esse esforço conjunto lutou por garantias, tais como, igualdade de direitos e deveres para ambos os sexos na esfera do matrimônio, o aperfeiçoamento do conceito de família, a inclusão do planejamento familiar e a proteção ao trabalho exercido pelas mulheres. (AMÂNCIO, 2013). Apesar dos grandes desafios, ainda existentes e que se delineiam a cada dia, a Constituição de 1988 trouxe importantes dispositivos que fizeram com que as mulheres alcançassem o pleno exercício da cidadania no país (SOW, 2010). Por fim, a participação das mulheres em todo o processo de redemocratização, configura a terceira onda do feminismo no Brasil, e representou a tentativa de remodelar instituições através de manifestações, que agora se mostravam mais amplas, incluindo mulheres negras, indígenas e do campo.

O empenho de tantos movimentos sociais em favor dos direitos das mulheres na sociedade iniciou uma fase de rearticulações políticas, considerando a mulher como um ator de destaque no jogo político. Entretanto, as desigualdades na ocupação dos espaços públicos ainda são uma realidade, como amplamente debatido nesta pesquisa, e apontam para um déficit na democracia brasileira. Aparelhados com o aparato estatal, os defensores de uma maior inclusão e participação feminina na política, investem em medidas que buscam ampliar o lugar de fala das mulheres. Um exemplo importante disto, são as ações afirmativas que visam reparar as desigualdades de gênero na política e as políticas públicas compensatórias, com o objetivo de tornar a vida pública um espaço também destinado às mulheres. (CUNHA,

2019). Nesse sentido, iremos nos aprofundar mais nestes debates, nas próximas seções, deste trabalho.

### **6.1. Ações afirmativas e inclusão feminina nos espaços decisórios**

É notório que as injustiças e discriminações impostas às mulheres têm natureza social, vez que seus direitos e interesses não foram garantidos. E os efeitos disto, são percebidos até os dias atuais, sendo as políticas públicas mecanismos encontrados para mudar as relações de poder e atribuir à figura feminina condições de ocupar o espaço que lhe foi negado na sociedade. Tendo isso em vista, é que as ações afirmativas vêm sendo, gradativamente, implementadas, visando efetivar as garantias constitucionais da dignidade e igualdade para as mulheres, principalmente nos espaços decisórios, em especial na política institucional. Nesse sentido, as ações afirmativas são:

Um conjunto de iniciativas ou políticas adotadas, impostas ou incentivadas pelo Estado, a fim de promover a igualdade material em relação à indivíduos, grupos ou segmentos sociais marginalizados da sociedade, buscando eliminar desequilíbrios e realizar o objetivo da república de concretização da dignidade da pessoa humana. (SOUSA, 2008).

Nesse sentido é possível visualizar nas ações afirmativas o objetivo de conferir um benefício às minorias ou grupos sociais em condições de desvantagem em relação a um determinado contexto social. Outrossim é importante ressaltar o caráter temporário das ações afirmativas, devendo estas apenas permanecer em vigor durante o período de tempo necessário para o reestabelecimento do equilíbrio social, sob pena de incorrer em violação ao princípio da igualdade.

Apesar das mulheres não representarem uma minoria em números absolutos, tampouco em eleitorado no Brasil, classificá-las como minoria, se deve ao fato deste grupo ser minoritário em representatividade. Essas políticas reparatórias estão intrinsecamente ligadas à ideia de discriminação positiva, que tem o intuito de reparar ações negativas adotadas anteriormente que afastaram as minorias sociais dos espaços políticos. (CUNHA, 2019).

O debate sobre inclusão de grupos femininos nos poderes executivo e legislativo em âmbito federal, estadual e municipal foram muito incipientes até a década de 90, em razão do pouco envolvimento e interesse de importantes setores. (ARAÚJO, 2001). Entretanto, por meio de um conjunto de propostas de emenda ao Código Eleitoral vigente (Lei nº4.737 de 1965), algumas medidas foram adotadas, com o objetivo de maior participação da mulher. Entre os pontos presentes nas proposições estava a criação de uma cota de reserva de assentos

parlamentares, tornando obrigatória a presença feminina no Parlamento nacional em um percentual mínimo de 30% em todas os níveis de poder. E este cenário foi fortalecido com a realização da IV Conferência Mundial sobre mulher realizada em Bejing, no ano de 1995, a qual será melhor abordada sobre a sua temática e consequências da participação do Brasil, na próxima seção.

## **6.2. As cotas eleitorais e seu funcionamento no Brasil**

A lei de cotas para as mulheres foi idealizada como um instrumento para aumentar a presença das mulheres em cargos eletivos. A sua adoção na América Latina começou a se espalhar a partir da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995, na cidade de Bejing, na qual os onze países participantes firmaram um pacto de cooperação para diminuição de desigualdades, inclusive com a aprovação de Lei de Cotas. (HTUN, 2000).

Desta maneira é possível pensar na Lei de cotas como uma ação afirmativa, a qual é focalizada, temporária e que visa corrigir desigualdades de gênero (JACCOUD, BEGHIN, 2002), fazendo parte, assim de uma política pública que é: “uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas” (BOLOGNHESI apud SOUZA, 2007b, p. 68).

No Brasil, a Lei de Cotas foi criada em 1995, através da Lei n. 9 100/1995, que estabelecia as diretrizes para a realização das eleições municipais do ano de 1996. E em seu artigo onze, parágrafo terceiro, a lei estabelecia um percentual mínimo de 20% das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser preenchidas por candidaturas femininas. Entretanto, paralelamente, foi possível que os partidos aumentassem de 100 para 120% a proporção de candidatos para cada distrito.

Além disso, esse percentual mínimo de vaga para a candidatura de mulheres, não gerava para o partido a obrigação de preenchê-lo, mas apenas de disponibilizá-lo, demonstrando assim, que a política de cotas adotada, não teria eficácia, haja vista a possibilidade de se utilizar o argumento de que as vagas foram destinadas, entretanto não houve mulheres que buscaram a candidatura. (BRITO, CYPRIANO e MATOS, 2007).

Ademais, insta salientar, que a referida Lei, só teria vigência para as eleições Municipais de 1996, haja vista ter sido criada para regular o referido pleito. Até o momento, não existia uma legislação eleitoral que fosse aplicada a todos os pleitos nacionais. A Lei eleitoral geral passou a existir no ordenamento jurídico brasileiro a partir de 1997.

A Lei 9.504/97 (criada para regular todos os pleitos nacionais), em seu artigo dez, parágrafo terceiro, alterou a política de cotas, anteriormente estabelecida, ampliando a cota de participação de 20 para 30%, e aumentando em 150% as candidaturas para os cargos proporcionais. (BRASIL, 1997).

Ocorre que a referida Lei, também cometera o equívoco da anterior, indicando apenas o percentual de reserva de vaga, mas não garantindo o seu preenchimento. Além disso, a política de cotas para mulheres no legislativo, a partir desta Lei, pode ser, na realidade, caracterizada apenas como uma reserva de um número mínimo e máximo de vagas para ambos os sexos, haja vista, tanto o sexo feminino, como o sexo masculino, poderão preencher, no máximo 70% das vagas de candidaturas, devendo os 30% restante serem reservados para o outro sexo.

Desta maneira, esse dispositivo legal comete o mesmo equívoco do anterior, garantindo apenas a reserva e disponibilidade de vagas no legislativo, porém sem criar a obrigatoriedade dos partidos em preenchê-las.

Destarte, verifica-se que “As cotas eleitorais no Brasil não exigem a obrigatoriedade do preenchimento das mesmas. O espaço para a participação feminina é garantido por lei, mas não há mecanismo que obrigue os partidos políticos a preencher todo esse espaço.” (BOLOGNESI, 2012, 117).

Em 2009, ocorreu a criação da Lei 12.034, conhecida como minirreforma eleitoral, a qual teve como finalidade atualizar a legislação eleitoral. E nesse sentido, também foi modificado a cota de participação das mulheres nos pleitos eleitorais. Assim, fora alterado termo, “deverá preservar” por “preencherá”, estabelecendo o seguinte: “do número de vagas resultantes, cada partido ou coligação, preencherá o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo”. (BRASIL, 2009).

Assim: “Os 30% de lugares a preencher tanto podem ser reservados para mulheres como para homens; por conseguinte, os 70% de lugares restantes serão, obrigatoriamente, preenchidos por candidatos do sexo oposto ao que preencheu os 30% de lugares iniciais. Sendo assim, a vaga remanescente do sexo feminino não se poderá preencher com homens, e vice-versa” (CÂNDIDO, 2016, p.386).

Ademais, essa obrigatoriedade no preenchimento das vagas, trazida pela Lei 12.034/09, não garante a candidatura efetiva de mulheres, haja vista não existir punição para o partido que a descumprir.

Assim, verifica-se que os partidos que não conseguem preencher o percentual de vagas estipulado pela lei, acabam “perdendo” candidaturas, vez que não podem substituí-las por candidaturas masculinas. Deste modo, vislumbra-se que a falta de sanções aos partidos por agirem desta maneira acaba excluindo o potencial máximo que as cotas de gênero são capazes de atingir.

Outrossim, outra maneira que os partidos políticos encontram para infringir a regulamentação das cotas de gênero é através do registro de candidaturas não competitivas. Visando apenas cumprir a cota estabelecida, os partidos lançam mulheres que não possuem a real intenção de disputar o pleito, prejudicando assim a eficácia de um mecanismo necessário para o reestabelecimento da igualdade constitucional entre gêneros.

Cabe ressaltar ainda que a Lei nº 12.034/09 inseriu outras duas medidas à Lei de Cotas, quais sejam, o estabelecimento da concessão mínima de 10% do tempo de propaganda partidária para as mulheres e a destinação de 5% dos recursos do fundo partidário para a criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres

Assim, aos partidos ficava estabelecido a quantia mínima de 5% extraído do Fundo Partidário para o investimento em ações que visem incentivar a inserção feminina na política. Como aconteceu com a reserva de vagas, essa alteração legislativa não traz nenhuma sanção para os partidos que descumprirem, logo os partidos tenderam a não seguir essa determinação legal.

Como forma de reforçar essa resolução a minirreforma eleitoral de 2015, estabeleceu que o partido que não cumprir com o determinado terá que transferir o valor que deveria ser revestido no incentivo à participação feminina para uma conta específica, ficando proibido a utilização desse valor em outras atividades partidárias. O saldo que restar deverá ser aplicado dentro do exercício financeiro subsequente, sob pena de acréscimo de 12,5% do valor fixado, conforme a Lei 13.165/15. Em complementação, esta lei definiu que nas três eleições posteriores (2016, 2018 e 2020) à publicação da mesma os partidos deverão reservar em conta bancária específica o mínimo de 5% e o máximo de 15% do montante do Fundo Partidário para aplicação direta nas campanhas eleitorais das suas candidaturas femininas. Além disso, os programas obrigatórios e inserções partidárias de rádio e televisão deveriam reservar um tempo proporcional de 20% às mulheres nas eleições de 2016 e 2018, e um percentual de 15% nos pleitos de 2020 e 2022, demonstrando assim um avanço em relação à reforma de 2009 que previa apenas 10% de participação.

Não se pode supor que os Partidos políticos, isoladamente, contribuam para a diminuta taxa de participação feminina, mas é notório que eles podem alterar o *status quo* que vem sendo mantido por décadas. Mesmo não existindo sanções para transgressão às cotas de gênero, vislumbra-se que a lei eleitoral conseguiu preencher algumas lacunas que estavam abertas em várias outras resoluções que versavam sobre a participação de mulheres, embora elas ainda não sejam tão robustas, a ponto de garantir uma participação paritária de gênero.

É importante destacar que ao mesmo tempo em que se tenta aumentar a participação feminina na política, criam-se mecanismos que mantêm o status quo (da sub representatividade, e em alguns municípios, a própria ausência das mulheres nos cargos eletivos), isso ocorre, devido à já mencionada falta de penalização para os partidos que descumprem as cotas, ou até mesmo apresentam candidaturas sem competitividade.

Segundo Htun e Power (2006) a falha no alcance daquilo que a política de cotas propõe dá-se pelos efeitos perversos do sistema eleitoral brasileiro (individualismo, personalismo e relações de patronagem, causadas pela combinação de multipartidarismo, grandes magnitudes e lista aberta), bem como pela falta de fiscalização e de cumprimento da lei de cotas pelos partidos políticos, conforme anteriormente mencionado.

Se for considerada a lista aberta no Brasil, onde o voto é direcionado ao candidato e não ao partido, é possível constatar que a cota aqui não garante, necessariamente, a inserção direta de mulheres em cargos eletivos. Em grande parte, esse fator facilita o acesso de candidatos que já têm um eleitorado conquistado. Grande parte das mulheres que ascendem a cargos eletivos também já o tem ou o conquistaram através da transferência dos votos dos eleitores de seus maridos, pais ou parentes.

Desta maneira, há no Brasil duas rotas de acesso das mulheres ao parlamento: Pela militância em movimentos e partidos; ou pelo capital político de suas famílias. Segundo Miguel (2003) familiares de lideranças políticas herdaram o saber fazer político e a rede de vínculos lealdades, ou seja, o capital político

Assim, as mulheres que ainda não haviam concorrido à eleição entram na disputa em desvantagem com relação às outras mulheres que já possuem esse capital político. Sabe-se ainda que as candidatas novatas terminam por ficar totalmente desamparadas, pois têm muito pouco apoio dos partidos e falta de recursos econômicos para a campanha, conforme amplamente debatido nas seções anteriores. estes fatores são ainda mais agravados pela separação da campanha pelo partido (principalmente quando há listas fechadas) e da campanha pelo candidato (em listas abertas).

## 7. CAPÍTULO VI: A POLÍTICA NA BAHIA E O ESPAÇO DAS MULHERES NA POLÍTICA

Conforme demonstrado no capítulo anterior o movimento sufragistas ganhou maior impulso com o surgimento e articulação de alguns grupos, como a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), que anteriormente foi a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, criada por Bertha Luz, a qual era composta por um pequeno grupo de mulheres conhecidas entre si e que pertenciam a famílias burguesas, o que possibilitava o seu acesso ao centro de poder, e resultando em um convencimento de certo número de deputados e senadores, para que fizessem avançar no congresso as emendas relativas ao sufrágio feminino. (COSTA, 1998)

Nesse mesmo sentido, foi criado em 1931, na Bahia a Federação Baiana pelo Progresso Feminino, fazendo com que o feminismo ganhasse espaço nos jornais e em eventos culturais da capital

Senhoras importantes, moças de famílias de bem (para escândalo dos conservadores), a exemplo de Amélia Rodrigues, Lili Tosta, Edith Gama Abreu, Dra. Prager Fróes, declaram-se publicamente como feministas em uma pesquisa realizada pelo 'Jornal A Tarde'. Um feminismo essencialmente sufragista, bem-comportado, católico. Um feminismo 'feminino' como se costumava identificá-lo. (COSTA, 1998, p.94)

Em 1932, o governo, pressionado pela FBPF, instituiu uma comissão responsável pela elaboração de um anteprojeto constitucional, na qual as integrantes da FBPF, Bertha Luz e Natércia Silveira passaram a integrar esta comissão. Em decorrência disto, foram criadas, imediatamente Ligas Eleitorais, em vários Estados, com o intuito de estimular as candidaturas femininas.

Na Bahia, mulheres letradas se organizaram em um grupo com a liderança de Edith Gama Abreu, então presidenta da Federação Baiana e candidata à Assembleia Nacional Constituinte pela Concentração Autonomista, a qual concentrava oposição ao interventor Juracy Magalhães. (ALMEIDA, 1986). Contudo, Edith Gama não foi eleita para ocupar uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte. A única mulher eleita para este cargo foram Carlota Pereira Queiróz. Diante disso, as feministas baianas, durante os trabalhos da

Assembleia Nacional Constituinte, ficaram marginalizadas do processo, se limitando apenas a conscientização dos legisladores para que apoiassem suas demandas.

No ano de 1934, a FBPF realizou sua “II Convenção Feminina”, sendo sediada em Salvador, com o objetivo de organizar uma plataforma de lutas para participação nas eleições. A principal decisão foi a indicação de nomes de mulheres, aos partidos, para se candidatarem as constituintes estaduais, e apoio a candidatos comprometidos com os interesses femininos. (COSTA, 1998).

Para a Assembleia Constituinte da Bahia se candidataram duas mulheres, Edith Gama Abreu e Maria Luiza Bittencourt. Edith Gama, não conseguiu se eleger. Já Maria Luiza foi eleita como suplente, com apenas 25 anos de idade e assumiu o mandato em 1935, com o afastamento do deputado Humberto Pacheco Miranda.

Maria Luiza Bittencourt, a primeira deputada baiana, nasceu no bairro de Paripe, em Salvador, formou-se em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro. Aos 20 anos, ela se uniu a FBPF, e foi uma das fundadoras da Associação Brasileira de Mulheres Universitárias. Quando retornou a Bahia, integrou-se ao feminismo local, no qual exerceu forte liderança. Era vinculada ao grupo político do interventor Juracy Magalhães, e teve uma importante atuação na Constituinte Estadual, fazendo parte do grupo responsável pela elaboração do texto constitucional, sendo relatora dos capítulos da Educação e Ordem Econômica e Social. Teve sua atuação parlamentar marcada pela defesa da democracia (COSTA, 1998).

Após o Estado Novo, com a redemocratização, em 1945, apesar dos novas ideias de democracia, e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, em todos os Estados da Federação, apenas uma mulher conseguiu se eleger. Na Bahia, em que pese a intensa participação das mulheres na luta pela anistia aos perseguidos políticos, a luta pela democracia em oposição ao avanço fascista no Brasil e à guerra, não houve a conversão de nenhuma candidatura feminina a Câmara Federal.

Este mesmo cenário se refletiu nas eleições para a Assembleia Constituinte Estadual, cinco mulheres se candidataram: Edith Gama Abreu (UDN), Jacinta Passos (PCB) Ana Dantas Martins (PRP), Eulalia Miranda Mota (PRP) e Nita Costa (PTB) e nenhuma conseguiu se eleger.

Nas eleições de 1954, houve dezesseis candidaturas femininas para as assembleias legislativas estaduais, quatro candidaturas na Bahia, e nenhuma fora eleita. No âmbito federal, o cenário foi um pouco melhor, com a eleição de três deputadas, em um universo de treze

candidaturas. Uma das deputadas eleitas, foi uma baiana, Leonita Barbosa de Souza Costa, a primeira deputada federal baiana. (COSTA, 1998).

Leonita Barbosa de Souza Costa, conhecida como Nita Costa, eleita pelo PTB, não conseguiu lograr destaque em seus pronunciamentos, que eram limitados ao Dia das Mães e com conteúdo conversador. Em seus quatro anos de mandato propões vários projetos relacionados à aplicação de recursos em determinados setores, tais como assistência, saúde e cultura. Contudo, ela se destacou pela proposição do Projeto nº 3.915 de 1958 que regulamentava os direitos civis das mulheres casadas. Tal projeto tinha como proposta a alteração de alguns artigos do Decreto Lei nº 4.657 de setembro de 1942, que definia o homem como chefe supremo da família. Essa proposta de alteração na estrutura do poder familiar, emerge uma das demandas mais avançadas do feminismo da época, que somente com a Constituição de 1988 as mulheres conquistariam. Em 1958, Nita Costa, tentou a reeleição, mas não obteve êxito. (COSTA, 1998).

Nas eleições de 1962, a população baiana conseguiu eleger Ana Oliveira para Assembleia Legislativa e Nely Novais para o congresso Nacional. A deputada Ana Oliveira, era natural do município de Serrinha e foi eleita pela Aliança Trabalhista, formada pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Republicano e o Libertador. Foi reeleita em 1966, 1970 e 1974, totalizando dezesseis anos de mandatos consecutivos. Anteriormente, foi vereadora em Juazeiro durante quatro legislaturas. O seu primeiro mandato foi no ano de 1934, logo após a conquista do voto feminino. Era vinculada aos grupos oligárquicos baianos, especialmente ao Senador Luís Viana Filho, apoiou o golpe de 1964, e posteriormente, com a instituição do bipartidarismo, se integrou ao partido ARENA. Exerceu diversos cargos de direção na Assembleia Legislativa da Bahia. Apesar, da longa carreira e das articulações políticas que possuía, não existe registro de projetos de sua autoria que trate de questões femininas. (COSTA, 1998).

Ao contrário da deputada estadual Ana Oliveira, a deputada federal Nely Novais, não tinha uma história política, tendo sido reeleita sucessivamente em 1966 e 1970, por conta da influência do seu marido Manuel Novais, um dos deputados federais de maior número de mandatos no país, detentor de um grande capital político, que garantia não só a sua eleição, mas também a da sua esposa.

Os doze anos de mandato de Nely Novais se caracteriza pelos compromissos oligárquicos e pela inexpressividade na política nacional e baiana. Apresentou o Projeto nº 805 de 1963, que propunha a aposentadoria especial à mulher-mãe, funcionária pública ou

empregada de empresa privada, com vinte anos de serviço efetivo, este projeto não foi aprovado. Contudo, em 1966, a deputada tenta novamente aprová-lo, agora sob a forma de emenda constitucional.

Nas eleições de 1982, a única mulher eleita entre as cinco candidatas à Assembleia legislativa, foi Abigail Feitosa. Ela foi a primeira mulher vinculada a um partido de oposição (PMDB) eleita na Bahia. Mesmo tendo uma posição conservadora em relação a bandeiras específicas do movimento feminista, seu mandato foi marcado pela combatividade e defesa dos interesses populares e pelo compromisso com a luta pelos direitos da mulher. Apresentou variados projetos de cunho social, a exemplo da construção de creches e escolas, saneamento básico, hospitais públicos. Se posicionou em defesa da criação da Delegacia Especial de Atendimento a Mulheres vítimas de violência. (COSTA,1983).

Nas eleições de 1986, foram eleitas ao cargo de deputada federal, vinte e seis mulheres, dentre elas duas baianas. Abigail Feitosa e Lídice da Mata, que tinham compromisso com as lutas populares e em especial com a luta pela defesa dos direitos da mulher. Maria Abigail Feitosa, foi eleita pelo PMDB, teve sua principal atuação parlamentar pautada na defesa dos interesses populares, como os da classe trabalhadora e das mulheres. Se posicionou contra o programa de privatização do governo federal e sua política econômica. Apresentou vários projetos, como o Projeto de Lei nº 5.756 de 1988, que determinava a proporcionalidade na contratação de mão de obra masculina e feminina. Na Assembleia Constituinte, apresentou cento e sessenta e duas propostas das quais vinte e nove foram aprovadas. (COSTA, 1998).

Lídice da Mata, economista, eleita pelo PC do B aos 32 anos de idade, foi vereadora de Salvador em 1982 e se destacou no movimento estudantil como presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia. Enquanto vereadora apresentou o projeto de Criação do Conselho Municipal da Mulher. No congresso se destacou por sua combatividade e defesa dos interesses femininos. Lídice apresentou, além das cento e noventa e seis emendas constitucionais, das quais trinta e uma foram aprovadas, o Projeto de Lei nº2.350, que tratava da proteção ao mercado de trabalho da mulher, o Projeto de Lei nº 973 de 1988, que propusera alterações no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o Projeto de Lei nº 2.784, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em 1990, pela primeira vez na história do Brasil, Lídice da Mata concorreu ao Governo da Bahia, pelo PCdoB, em conjunto com Salete Silva, e com o apoio de Bete

Wagner, que concorreu ao Senado Federal, e juntas formaram a “Chapa Cor de Rosa” ou “Chapa Feminina”, que realizou, segundo (COSTA, 1998, p. 128)

uma das campanhas eleitorais mais inovadoras, mobilizando mulheres e jovens em todo Estado, apresentando e discutindo, através dos programas eleitorais nos meios de comunicação, a problemática feminina em uma perspectiva feminista. No seu programa ‘Alerta Mulher’ deixavam sentir a sua percepção sobre a condição feminina ao afirmar ‘... não basta tornar visível a importância do trabalho da mulher, do seu riso, de sua forma de ser. Há que afirmar o reconhecimento do valor da mulher no lar, na rua, nas artes, na feira, nas fábricas, no escritório. ALERTA, MULHER! Por que se contentar em ser somente representada por outros? Por que delegar e não assumir o poder político diretamente? Lugar de mulher é em todos os lugares, em especial, na política, por uma outra política, com voz de mulher pela mulher. É hora de políticas públicas que tenham como norte a igualdade social entre homens e mulheres, valorizando-se a especificidade da mulher.

Apesar dessa proposta de chapa inovadora, a sociedade baiana, ainda conservadora e com grande parte do eleitorado submetido aos compromissos clientelistas, não estava preparada para uma ruptura com o tradicionalismo e uma mudança radical nas relações de poder. Assim, a “Chapa Feminina” ficou em terceiro lugar, sendo eleito como Governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães.

Em 1992, agora filiada ao PSDB, Lídice da Mata, elegeu-se a primeira prefeita de Salvador, tendo como vice Bete Wagner. Em que pese ter realizado cerca de duas mil obras na capital baiana, os últimos anos do seu governo foram marcados por greves, manifestações e bloqueios de recursos, tendo sido creditado esses problemas de sua gestão aos opositores políticos, que comandavam o Governo do Estado e as principais mídias de comunicação. Já em 1998, em outra partido, agora o PSB, Lídice da Mata concorreu ao cargo de Deputada Estadual, tendo sido eleita, se reelegendo, ao mesmo cargo em 2022.

Em 2010, candidatou-se ao cargo de Senadora, assim foi eleita a primeira Senadora da Bahia. E no ano de 2018, se elegeu como deputada federal pela Bahia.

Em relação à Assembleia Legislativa Estadual, em 1986, vinte e seis mulheres se candidataram, tendo sido eleita apenas uma, Amábília Almeida, do PMDB. Antes de assumir o mandato Amábília, após dezesseis anos de serviço público, foi aposentada compulsoriamente, pelo regime militar, em decorrência de sua liderança e luta pelos professores. Foi vereadora da cidade de Salvador, no período de 1982 a 1986, se destacando pela defesa dos interesses do movimento de mulheres. Através de sua iniciativa, foi criada a Comissão Especial da Mulher na Câmara Municipal de Salvador. Apesar de ser a única mulher na Assembleia legislativa, naquele período, ela se destacou na elaboração da Constituição de 1989, conseguindo incorporar ao texto constitucional, um capítulo especial, que tratava das demandas das mulheres, e nesse sentido, é que se pode afirmar que a

Constituição da Bahia é uma das mais avançadas do país no tocante à questão feminina. (COSTA, 1998).

Ainda em relação as eleições de 1986, é importante ressaltar que pela primeira vez mulheres baianas se candidataram ao Governo do Estado e ao Senado Federal. Agostinha Barbosa Rocha e Delma Gama, candidataram-se ao governo o Estado e Geracina Aguiar, vereadora de Salvador, candidatou-se ao senado. Entretanto, não obtiveram êxito.

Nas eleições de 1994, para Assembleia Legislativa da Bahia, foram eleitas cinco mulheres, três foram reeleitas. A novidade desta eleição foi a conquista das vagas por Maria Del Carmen, pelo PSDB, ex-secretária de Ação Social. E por Alice Portugal, filiada ao Pc do B, dirigente sindical da UFBA, que foi reeleita para o parlamento baiano para o período de 1992 a 2002. E em 2003 assumiu o mandato como Deputado Federal, eleita a qual permanece exercendo.

Assim, seguindo o parâmetro dessa trajetória de mulheres vanguardistas na política da Bahia, segundo dados extraídos da pesquisa (Costa, 1998) a Bahia tem sido um dos Estados onde se apresenta maiores índices de mulheres prefeitas, e ocupa junto com São Paulo, o primeiro lugar entre os Estados com o maior número de mulheres eleitas.

BLAY (1981) aponta o Nordeste, como a região que, historicamente, elege mais mulheres e que isto pode significar uma contradição com a condição de atraso socioeconômico, igualmente com um predomínio de estruturas patriarcais de poder que constituem a região. COSTA (1998) considera que esta contradição é apenas aparente, uma vez que os dados refletem a força da estrutura de dominação patriarcal existente no Nordeste brasileiro, em especial na Bahia. Isto significa que grande parte das mulheres, nesse Estado, constituem parte da estratégia de conservação e manutenção do poder oligárquico e patriarcal. Elas são convocadas a participar na estrutura do poder, para garantir a continuidade de controle do poder. São chamadas sempre que os interesses do grupo familiar ao qual estão inseridas estão em risco.

Para algumas mulheres, especialmente as que se candidatam buscando perpetuar a família no poder, a atividade política é apenas mais uma tarefa a ser cumprida dentro da família, é só uma atividade a mais entre as que tradicionalmente fazem parte dos seus afazeres cotidianos.

Assim, dentro desta lógica estrutural oligárquica, as mulheres que não se inserem nela, e não são detentoras de capital familiar que se converte em capital político,

encontra uma maior dificuldade para se eleger, conforme amplamente debatido nas seções anteriores.

## **8. CAPÍTULO VII: ORIGENS E ESTRUTURA DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL)**

O PSOL foi fundado por diversos grupos políticos, militantes socialistas, intelectuais de esquerda, e sobretudo, ex parlamentares petistas, sendo, portanto, um partido de origem parlamentar, fato esse que demonstra que, desde a sua criação, a agremiação fora pensada para participar do jogo político representativo.

Para discorrer sobre as origens do PSOL, é necessário falar sobre a história da esquerda socialista brasileira, com a atenção de que ela é formada por ciclos, que podem ser explicados através do documento “Refundar a esquerda para refundar o Brasil”:

A predominância de certa interpretação da sociedade ; (...) a percepção de uma forma de luta estratégica , que uma vez, conduzida com êxito possibilita alterar a correlação de forças entre as classes e a inaugurar um novo e mais avançado período de luta ; [e] a presença de uma organização política que se apresenta legitimamente , aos olhos da sociedade e da maioria dos militantes , como a instituição mais autorizada para propor, para defender e aperfeiçoar, aquela interpretação e como a mais capacitada para conduzir a luta estratégica, a ela associada.( paginação não disponível)

Com tais características, apontadas pelo referido documento, nasce o PSOL, no ano de 2003, formado por diversos setores da esquerda que foram expulsos do Partido dos Trabalhadores (PT), por votarem contra a reforma da previdência, tais como Luciana Genro, João Batista Oliveira de Araújo (Babá) e Heloísa Helena, bem como as correntes políticas ligadas a Babá e Luciana Genro, Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) e o Movimento Esquerda Socialista (MES), provenientes do Trotskismo ortodoxo. (MORAIS, 2017).

Nesse período, de 2002 a 2003, se inicia o processo de consolidação do PSOL, através de fóruns e composições que buscavam aproximar os setores da esquerda brasileira. Em 2005 o PSOL convoca o seu primeiro congresso nacional, não tendo ocorrido por dificuldades organizativas, acontecendo apenas em 2007.

Para melhor compreendermos o nascimento do PSOL, é necessário narrar que em 1992, houve um movimento pelo novo partido, que ocorreu devido a expulsão do PT da,

então, tendência interna Convergência Socialista (CS), e que deu início ao procedimento de fundação do PSTU, em 1994.

Já no ano de 2003, o PSTU formou um movimento identificado como Trotskismo Ortodoxo, influenciado pelo militante teórico argentino Nahuel Moreno. Neste mesmo ano, o PSTU passa a se reunir com as direções do MES e da CST, visando a fundação de um novo partido. Inicialmente, o intuito era a criação de um novo partido socialista e a elaboração de uma revista para incluir tal debate, entretanto a aproximação com os setores de esquerda recém-saídos do PT, não foi suficiente para um acordo, deixando assim, o movimento de existir, e fragilizando o PSTU.

Outra adversidade que levou o PSTU a se fragilizar ocorreu em 2003, no congresso do partido. A compreensão majoritária era de não permitir tendências políticas internas no partido, apenas tendências temporárias no período pré-congresso. Nesse congresso fora constituída uma tendência importante: “Socialismo e Liberdade” que rompeu, ao fim do congresso, com o PSTU. Desse congresso saíram inúmeros militantes que se juntaram ao Coletivo Socialismo e Liberdade (C- SOL), incluindo sete membros do Comitê Central do PSTU.

Em Janeiro de 2004 aconteceu na cidade do Rio de Janeiro uma reunião onde houve a participação de lideranças de movimentos sociais, líderes de correntes políticas, intelectuais e parlamentares expulsos do PT, comprometidos com a bandeira histórica da classe trabalhadora, aprovaram um documento nomeada Esquerda Socialista e Democrática (ESD), os quais são signatários desse documento a CST, o MES, representantes do Movimento dos sem Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), do C-SOL e de organizações menores, como o Socialismo Revolucionário (SR).

O primeiro encontro nacional da ESD, ocorreu em junho de 2004, no qual, por votação fora decidido quem seriam os membros da Executiva Nacional, do Diretório Nacional, o programa e Estatuto provisórios e o nome do novo Partido, PSOL. Após esse primeiro encontro, ocorreram novas reuniões, que contaram com a participação e filiação de inúmeros militantes, tais como Plínio Arruda Sampaio e Ivan Valente, e suas respectivas tendências políticas.

Desta maneira, em um contexto de crise e ruptura com o PT nasce um novo partido, o PSOL, que se lança como um substituto do protagonismo petista, na missão de ser um partido de esquerda que levaria à transformação da realidade brasileira, retomando os rumos da esquerda socialista brasileira. Nesse diapasão, o PSOL propõe reaquistar o compromisso

originário que o PT abriu mão para realizar o jogo político representativo do ordenamento do Estado. (MORAIS, 2017).

Não obstante, a origem do PSOL tenha sido uma movimentação parlamentar, a sua base é substancialmente militante, e está alicerçada de certa maneira no movimento estudantil, sindical e em menor grau nas bases populares nos municípios, nos movimentos de moradias, negros e mulheres. Logo, o PSOL surge como uma contraposição de esquerda ao PT.

Importante ressaltar também, que a fundação do PSOL traz como perspectiva reativar os movimentos sociais e abrir espaços institucionais para debates e livres manifestações das lutas sindicais, greves, comunidades, movimentos juvenis, passe livre, direito das minorias, movimento pela equidade de gênero, ao qual, segundo os fundadores do partido, o PT se distanciou, provocando um retrocesso nos movimentos sociais. (MORAIS, 2017).

É importante ressaltar que em um primeiro momento o PSOL encontrou dificuldades para obter o seu registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na primeira tentativa de obter o registro o partido conseguiu quase 700 mil assinaturas a favor da sua fundação, entretanto, os cartórios eleitorais só concederam certidões a 450 mil assinaturas. Em primeiro de setembro de 2005 uma nova tentativa de apresentação de assinaturas válidas foi realizada, conquistando assim, o Partido, o seu registro definitivo no TSE.

Diante da construção histórica do PSOL, pode-se afirmar que o mesmo é um partido que fora criado dentro do âmbito parlamentar, e essa característica é fundamental para a compreensão do processo de institucionalização do partido, que se dá por penetração territorial e não por propagação extraparlamentar, haja vista ser um partido criado sem patrocínio de instituições externas e anteriores ao Partido, isto é “há penetração quando um centro controla, estimula e dirige o desenvolvimento da periferia a formação das associações locais e intermediária do partido.”. (PANEBIANCO, 2005, p. 95).

Neste diapasão, as tendências dissidentes e lideranças do PT que fundaram o PSOL trouxeram consigo um processo complexo que implicaram em uma variedade de grupos políticos em seu interior, formando assim, portanto, um polo aglutinador de novas tendências e vanguardas das lutas sociais.

E é nesse sentido que o Estatuto do Partido traz que o “Partido Socialismo e Liberdade é solidário a todas as lutas dos trabalhadores do mundo que visem a construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária, incluindo as lutas das minorias, nações e povos oprimidos” (artigo 7 do Estatuto do PSOL).

Além disso traz como principal objetivo o desenvolvimento de ações que visem “organizar e construir, junto com os trabalhadores do campo e da cidade, e todos os setores explorados, excluídos e oprimidos, bem como os estudantes, os pequenos produtores rurais e urbanos, a clareza acerca da necessidade histórica da construção de uma sociedade socialista com ampla democracia para os trabalhadores, que assegure a liberdade de expressão política, cultural, artística, racial, sexual e religiosa.” (artigo 6 do Estatuto do PSOL).

E visando atingir esse objetivo central é que fora construído como bases do programa estratégico do partido, os seguintes pontos: socialismo com democracia, como princípio estratégico na superação da ordem capitalista; rompimento com a dominação imperialista, como forma de consolidação da soberania e verdadeira independência nacional; apoio as lutas de classes, com o afastamento da ideia de conciliação de classes; reivindicações para a luta imediata e bandeiras históricas para além da ordem; e defesa de um internacionalismo ativo.

E dentro dessa perspectiva proposta como base no programa estratégico do partido é que são listados os mais variados programas de ações, reivindicações dos trabalhadores e do povo pobre e medidas democráticas, anticapitalistas e antimperialistas, tais como o direito a moradia, e a que mais interessa para esse estudo, a defesa dos direitos das mulheres e emancipação das mulheres, que segundo o programa partidário:

Além das relações de classe, as mulheres estão submetidas a relações de opressão de sexo, que se reproduzem numa rígida divisão de trabalho e de papéis. As lutas feministas conquistaram muito nas últimas décadas. Há, entretanto, um longo caminho a percorrer na luta pela emancipação da mulher. A igualdade garantida em lei não se traduz na vida real. As mulheres vivem a dupla jornada de trabalho. São a maioria esmagadora nos subempregos e postos mais baixos na escala salarial e ainda recebem menos por trabalho igual ao dos homens. Defendemos o fim da discriminação sexual no trabalho, salário igual para função igual. Cada vez mais as mulheres assumem o posto de chefes de família, recaindo sempre sobre elas o cuidado com os filhos. As políticas públicas devem levar em conta esta realidade, priorizando, por exemplo, as mulheres nos programas habitacionais e de geração de emprego, bem como garantindo a existência de creches públicas nos locais de trabalho e estudo.

A violência é um dramático problema que atinge a população feminina. No trabalho são vítimas do assédio e abuso sexual, ameaçadas de perder o emprego se não cederam aos desejos de seus chefes. A cada minuto 3 mulheres são agredidas, 70% destas agressões ocorrem dentro de casa e a maioria das vítimas são mulheres pobres. Exigimos cadeia aos agressores, casas-abrigo para as mulheres vítimas da violência doméstica e punição ao assédio e ao abuso sexual. Nosso partido combate o machismo e a discriminação sexual, colocando-se na linha de frente da luta feminista. O movimento de mulheres do novo partido construirá ele mesmo o programa que impulse este combate.

Com base nesse programa de ação, é que o Partido é dividido em órgãos, que são Congresso Nacional, Diretório Nacional, Convenção Estadual, Diretório Estadual, Convenção Municipal, Diretório Municipal e Núcleos de Base (organizados por cidade, bairros, locais de estudos, trabalho ou por pautas de lutas).

Além desses órgãos existem os Setoriais, definidos da seguinte forma pelo Estatuto do PSOL:

Art. 65. Os setoriais são instâncias partidárias integradas por filiados que atuam em determinada área específica, com o objetivo de intervir partidariamente junto aos movimentos sociais organizados.

Parágrafo único: A denominação da representação pública dos coletivos nacionais, bem como sua composição e suas atribuições, inclusive com a possibilidade de que estas sejam de âmbito exclusivamente interno ao partido, deverá ser objeto de apreciação dos encontros nacionais e estaduais dos respectivos setoriais.

Art.68. Os setoriais terão atuação permanente, enquanto instância de formulação e articulação partidárias.

§6º. As deliberações dos Encontros Setoriais deverão ser encaminhadas ao Encontro e/ou Congresso do mesmo nível, estadual ou nacional, para que sejam obrigatoriamente apreciadas (PSOL, 2004).

Os setoriais existentes no PSOL são organizados por temas, identidades coletivas, ou pautas de luta, como por exemplo: Setorial de Juventude, e de Negros e Negras, LGBTQIA+, Comunicação e Cultura e de Mulheres. São dentro dessas setoriais que são produzidas as sínteses e debates entre a militância das diversas correntes políticas que formam o partido. Neles são construídas as resolutivas políticas que são levadas para a votação nos congressos, sendo também responsáveis pelo desenvolvimento de atividades que possam contribuir para a formação política da militância. (LOPES & CARNEIRO, 2021).

O Setorial de Mulheres do PSOL foi um dos primeiros setoriais a ser formado dentro do partido, com o objetivo de organizar as filiadas baseado na percepção e consciência de que as estruturas de dominação e exploração das mulheres pelo patriarcado, pelo racismo, e também pelo capitalismo colocam obstáculos à sua participação política, o que acarreta na necessidade de construção de estratégias para fortalecimento das mulheres na política institucional, e também dentro dos partidos. Haja vista que esse sistema de dominação e exploração patriarcal não é só responsável pelas barreiras que complexificam o acesso das mulheres à esfera pública e à política, mas, ele também é responsável por sustentar hierarquias, opressões e subalternidades. (LOPES & CARNEIRO, 2021).

Nesse sentido é que o Setorial de Mulheres tem o objetivo de cooperar com a formação política e fortalecimento das militantes, para que possam atuar na política partidária, bem como possibilitar a formulação de políticas para as mulheres que integrarão a agenda política do partido. Assim, o Setorial de Mulheres do PSOL se estabelece sob a ótica do princípio da Aut organização das mulheres, permitindo que só mulheres façam parte deste espaço, pois esse princípio organizativo se origina da afirmação de uma identidade social e política, que é ser mulher, e do compartilhamento das vivências comuns as mulheres na sociedade.

No que tange a atuação do Setorial de mulheres, um dos principais marcos foi a disputa para aprovação da paridade de gênero em todas as instâncias de direção partidária em 2013, no IV Congresso do PSOL. De acordo com Lopes & Carneiro (2021, p. 12)

Essa aprovação foi precedida por uma resolução aprovada no congresso anterior, em 2011, no qual as mulheres chegaram a reivindicar paridade, mas, devido à resistência para aprovar a medida e sob iminência de a proposta ser derrotada, chegou-se a uma resolução mediada e aprovada de forma consensual entre os delegados e delegadas, que implantava cotas de 40% para mulheres na Direção Nacional do Partido e 30% para os membros da Executiva Nacional, com indicação de que no Congresso seguinte seria aprovada a paridade entre os gêneros em ambas as instâncias, o que se efetivou no IV Congresso Nacional, em 2013.

Antes de acontecer os Congressos nacionais, que são a maior instância deliberativa do partido, são realizadas etapas municipais e estaduais, que também tem possibilidade de aprovar resoluções importantes a nível local. E foi a partir disso que a proposta de adoção da paridade entre mulheres e homens nas instâncias diretivas foi uma elaboração dos Setoriais Estaduais e do Setorial Nacional de Mulheres, que incluíram o tema na pauta dos Encontros estaduais de mulheres, dos Congressos Estaduais do PSOL e prosseguiram com a discussão no II Encontro Nacional de Mulheres do PSOL, que ocorreu em 2011, e foi aprovado a resolução em defesa das cotas de 50% para mulheres na direção do partido, que ao ser votada no Congresso Nacional seguinte (2013) foi aprovada por unanimidade. (LOPES & CARNEIRO, 2021).

Nesse cenário, é que o PSOL tem sido um partido atrativo para a filiação de mulheres, especialmente na Bahia, conforme os dados estatísticos apresentados na próxima seção.

### **8.1. O PSOL em números**

No que tange a filiação partidária de mulheres no PSOL, dados do Tribunal Superior Eleitoral, demonstram que no ano de 2020 o PSOL contava com 47,3% de filiações femininas, um aumento de quatro pontos percentuais em relação a 2016, estando entre um dos cinco Partidos com mais filiações partidárias femininas, ficando atrás do Partido da Mulher Brasileira (PMB) (54,9%), Republicanos (50,5%) e Unidade Popular (UP) (48,8%).

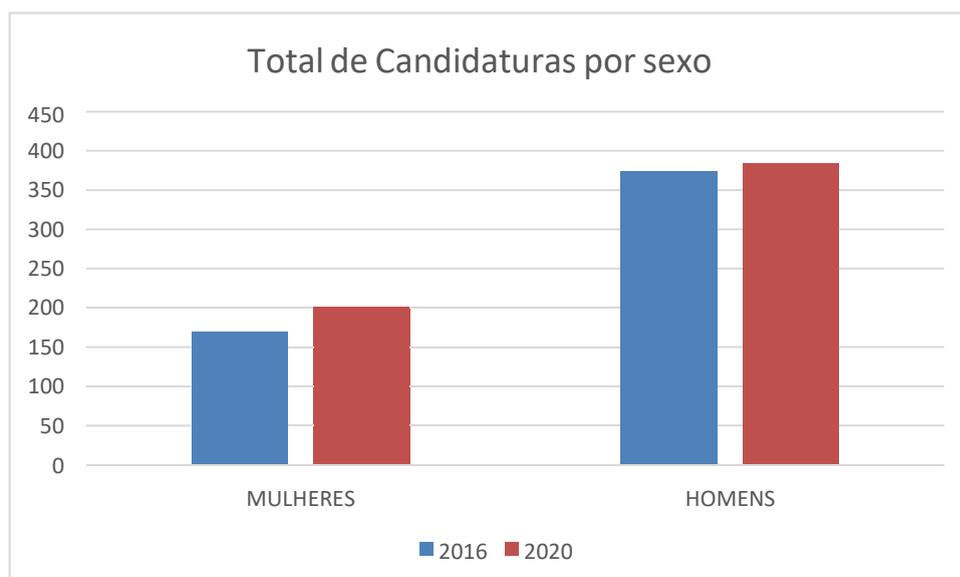
Na Bahia, segundo dados estatísticos do TSE, o PSOL conta com 26.646 filiados, sendo 13.869 mulheres, assim, 52,04% dos filiados do PSOL na Bahia são mulheres. Sendo a maioria na faixa etária de 35 a 44 anos.

No que tange aos dados relativos à participação do PSOL nos pleitos municipais baianos, relativo aos anos de 2016 e 2020, temos que a agremiação apresentou 543 candidaturas, no ano de 2016 e 586 candidaturas no ano de 2020, entre candidaturas às prefeituras e as câmaras municipais dos 417 municípios baianos. Assim, verificamos uma média de 1,30 candidatos por município, no pleito de 2016 e uma média de 1,40 no pleito de

2020. Desses dados podemos verificar, que muitos são os municípios em que a agremiação não lançou nenhuma candidatura, em nenhuma das eleições municipais em estudo. Verificamos também que houve um aumento, relevante no número de candidaturas apresentadas, em relação ao ano de 2016.

No tocante às candidaturas femininas, também foi possível observar um crescimento, passando de 169 candidaturas em 2016, para 202 candidaturas em 2020. Paralelo a isso, também houve um crescimento no número de candidaturas masculinas, como podemos perceber no seguinte gráfico comparativo

Figura 1 – Total de candidaturas femininas e masculinas, por sexo, no PSOL na Bahia, 2016 e 2020.



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Assim, é possível observamos, com base no gráfico acima, que as candidaturas de ambos os sexos aumentaram, durante o período estudado, entretanto o aumento no número de candidaturas masculinas, apresentou um crescimento bem menor, de apenas dez candidaturas. Contudo, o número de candidaturas masculinas (65,53%) continua sendo muito maior que o número de candidaturas femininas (34,47%).

Relativo as candidaturas ao legislativo municipal, e o sucesso dessas candidaturas, no ano de 2016 e 2020 temos os seguintes dados, extraídos da base de dados do Tribunal Superior Eleitoral:

Tabela 1 – Total de candidaturas deferidas e sucesso eleitoral, por sexo, no PSOL na Bahia, 2016.

Eleições 2016	Total	de	% de Candidatos
---------------	-------	----	-----------------

	Candidatos			
	Mulher	Homem	Mulher	Homem
<b>Candidatos</b>	164	316	34,16	65,83
<b>Eleitos</b>	0	5	0	1,58
<b>Suplentes</b>	29	58	17,68	18,35
<b>Não Eleitos</b>	135	253	82,31	80,06

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela 2 – Total de candidaturas deferidas e sucesso eleitoral, por sexo, no PSOL na Bahia, 2020.

Eleições 2020	Total de Candidatos		% de Candidatos	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem
<b>Candidatos</b>	171	305	33,52	59,80
<b>Eleitos</b>	1	4	0,58	1,31
<b>Suplentes</b>	40	62	23,39	20,32
<b>Não Eleitos</b>	130	239	76,02	78,36

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Se os dados trazidos anteriormente no texto informam que as mulheres representam 52,04% do filiados do PSOL na Bahia, as Tabelas 1 e 2 mostram que elas são a menor parte dos candidatos, sendo a proporção de candidatas de 30%, manifestando o efeito da lei de cotas para candidaturas femininas. Contudo, essa regularidade sugere que tal fração é consequência, somente, da imposição legal, do contrário, o total de candidaturas femininas poderia, até mesmo, ser inferior. Esse padrão de 30% de candidaturas femininas nas eleições municipais de 2016 e 2020 indica que é consequência de aspectos ligados ao sistema político nacional e modos consolidados do processo político no país.

Em que pese o PSOL, um partido alinhado com as pautas das minorias, em especial das mulheres, ainda, se encontra, especialmente na Bahia, reproduzindo os padrões de subrepresentatividade feminina no campo político, conforme os dados acima expostos, e para entender melhor esse cenário, é importante atentar-se também as narrativas, de mulheres, consideradas, lideranças, dentro do partido.

## 9. CAPÍTULO VIII: METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a análise dos elementos das estratégias de resistência a favor da representação feminina no PSOL (BA), a partir da investigação das trajetórias de vida de algumas lideranças femininas da executiva do partido, através do método de análise de trajetória. O conceito de trajetória é especificado por Born:

A trajetória de vida pode ser descrita como um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa. Normalmente é determinada pela frequência dos acontecimentos, pela duração e localização dessas existências ao longo de uma vida. O curso de uma vida adquire a sua estrutura pela localização desses acontecimentos e pelos estágios do tempo biográfico. (Born, 2001, p. 243).

Considerando o conceito de trajetória da autora acima, vale ressaltar que esta pesquisa se inspirou na perspectiva de Bourdieu sobre trajetória de vida, para quem ela é uma espécie de objetivação das relações entre agentes e as forças presentes no campo, resultando, em uma trajetória, que visa descrever o posicionamento dos atores no campo (Bourdieu, 1996b).

Desse modo, acompanhar uma trajetória significa observar o desenvolvimento histórico de grupos sociais, em um espaço social pré-definido por esses grupos, dentro do campo em que estão inseridos (Montagner, 2017). As trajetórias espelham as condições e posições sociais dos indivíduos no campo de força social, assim, os caminhos seguidos, aparentemente resultado de escolhas e opções individuais, traduzem processos estruturais e força. Por essa razão, o processo do levantamento e da compreensão das trajetórias, se pautou pela consciência do risco da análise contaminada pelo senso comum, que poderia privilegiar motivações subjetivas, desconsiderando o campo de força social.

Como ensina Bourdieu, o estudo, aqui, das trajetórias buscou identificar as relações de influência, de dominação e de subordinação, traduzido nas manifestações do habitus, que traduz disposições de indivíduos e grupos relacionadas aos campos de força e dominação social. Daí a relevância de se procurar identificar, durante as longas entrevistas, episódios que manifestassem disposições de gênero no campo político, ou melhor, as ocorrências que

traduzissem a pouca disposição feminina para atuar no campo político, o modo como tal disposição ou a falta de dela se colocou ao longo das trajetórias de vida das entrevistadas e, principalmente, as formas pelas quais elas se opuseram a um habitus esperado, com o qual elas discordam e lutam contra. Desta maneira, nas entrevistas houve o empenho para se alcançar a descrição do campo de forças, a pormenorização dos agentes em cena e o modo como eles empreendem os processos de dominação, traduzidos na expectativa de habitus, ao mesmo tempo, que se explorou os modos de resistência das entrevistadas, buscando alterar os jogos de força no campo social.

Diante disso, para entender o desenvolvimento do grupo de estudo dentro dos campos em que estão inseridos, é que se fez necessário dividir as análises em categorias, da seguinte maneira, trajetória familiar e de trabalho, buscando identificar o caráter político e conflitivo das relações familiares e de trabalho e a repercussão da divisão sexual do trabalho na dedicação à trajetória política. Como a inserção no mundo político da mulher apresenta características próprias por causa deste tipo de divisão e como isso se ilustra. Além disso, também foi inserido como categoria a trajetória na política e dentro do PSOL, com vistas a identificar as injustiças às quais esses grupos sociais estão sujeitos dentro do campo político e como essas demandas por uma maior representatividade, pressupõem a redistribuição dos bens e das riquezas sociais, quanto também do reconhecimento valorativo cultural das diferenças.

Esta pesquisa utilizou a entrevista semiestruturada para coletar os dados. Essa técnica permite que o pesquisador elabore um questionário planejado, mas, ao perceber algum novo questionamento pertinente, pode acrescentá-lo durante a entrevista.

Foram realizadas entrevistas com três mulheres que fazem parte da Executiva do PSOL (BA), que são consideradas lideranças em todos os ambientes em que estão inseridas, e que possuem trajetórias de lutas na busca pelo espaço feminino na política, servindo de espelho para outras mulheres, especialmente as que estão começando a se inserir no campo da política institucional. As entrevistadas foram escolhidas com base nos cargos que ocupam na Executiva do partido, bem como pelo prévio conhecimento acerca das suas trajetórias e enfrentamentos para ocupar espaços de poder dentro de uma estrutura majoritariamente masculina.

O número de três entrevistas, em que pese, parecer um número reduzido, quando visto da perspectiva da pesquisa qualitativa, na qual se busca compreender a complexidade e os detalhes das informações obtidas, mostra-se relevante, pois foi possível explorar de forma

profunda e com riquezas de detalhes temáticas, tais como mulher e política, mulher e sindicato, mulher e movimentos sociais, que se mostram essenciais para o debate e construção do desenvolvimento dos objetivos propostos, quais sejam, a identificação das dificuldades para a representação feminina a partir das trajetórias de lideranças femininas do PSOL/BA, e a identificação de estratégias para fortalecer a representação feminina a partir das trajetórias de algumas lideranças femininas da Executiva do PSOL/BA.

Importante ressaltar que a filiação partidária no PSOL/BA, bem como o exercício da advocacia eleitoral, da pesquisadora, possibilitou reconhecer dentro do partido quem são as suas lideranças femininas, bem como conhecer minimamente os mecanismos de enfrentamento que utilizam para se manter naqueles espaços, ao mesmo tempo em que buscam maiores oportunidades para o ingresso de mais mulheres no partido, especialmente ocupando cargos de destaque, e *status* de candidaturas competitivas. E tal, relação foi fundamental para que as entrevistadas concordassem em realizar esse diálogo, expondo de forma profunda e detalhada as suas trajetórias, bem como posicionamentos diante de temas sociais, que são pautas defendidas pelo partido em estudo.

A entrevista realizada com Clarissa ocorreu de forma presencial, em um ambiente seguro, e sem interferências externas. A entrevistada foi levada, até o local por um carro a serviço do partido, tendo em vista, nesta atividade, ela representar, a posição que ocupa de presidente do Diretório Municipal do PSOL, na segunda maior cidade da Bahia, Feira de Santana. E inclusive este fator foi ressaltado pela entrevistada, como uma maneira de demonstrar o apoio do diretório municipal, à sua luta pela conquista de espaços, enquanto mulher.

Desta maneira, a entrevista transcorreu como um diálogo, que durou cerca de quatro horas, onde existiu a troca intelectual e emocional entre entrevistada e entrevistadora, cúmplices em relação à temática da importância da representação feminina.

A entrevista com Joana aconteceu, exclusivamente de modo virtual, através de videochamada, na plataforma Google Meet, em virtude da impossibilidade de um encontro presencial, em razão dos compromissos da entrevistada, que no período encontrava-se no Rio de Janeiro, cumprindo agenda partidária, com duração de três horas e meia.

Com a terceira entrevistada, Berenice, a entrevista, ocorreu em dois momentos, de formas distintas, por isso, foi uma entrevista mais longa, em relação as demais, o que permitiu a abordagem de muitos temas de forma variada. O primeiro momento ocorreu, de forma virtual, através de videochamada, na plataforma Google Meet, com duração de três horas e

meia. Entretanto, a instabilidade da conexão de internet da entrevistada, impossibilitou a continuidade da entrevista. Que precisou ser reagendada, de maneira presencial, no gabinete do mandato coletivo ao qual integra, devido à dificuldade de conciliação de compromissos na agenda da entrevistada, a qual além de exercer as atividades do mandato, também exerce as atividades partidárias.

A pesquisadora, ao chegar ao local de entrevista, gabinete do mandato coletivo de vereadoras de Salvador, Bahia, aguardou a chegada da entrevistada, por volta de duas horas, pois essa encontrava-se em atividades relativas à militância do partido. E a entrevista, também, se adequando a agenda cheia da entrevistada, teve duração de duas horas e meia. Totalizando assim, a entrevista de Berenice, seis horas.

Desse modo, as entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo e transcritas para análise e interpretação das respostas. Esse meio tecnológico para a realização da entrevista foi escolhido porque permite, análise visual da entrevistada. Isso deixa a entrevista mais rica, permitindo uma análise da linguagem verbal e não verbal dos indivíduos pesquisados.

A construção do roteiro de entrevista foi consequência do estudo minucioso da fundamentação teórica desta dissertação, o qual possibilitou o reconhecimento de temas sensíveis e conflituosos que mereciam ser discutidos com as entrevistadas. Sensíveis e conflituosos porque se relacionam ao jogo de forças da sociedade, onde os agentes partem de lugares sociais e disputam a distinção, a legitimidade de seus espaços e das suas relações no campo coletivo. O roteiro manifesta o domínio da pesquisadora sobre o processo de luta das mulheres na conquista de sua participação no mundo da política e dos obstáculos impostos nesse campo de força. Durante as entrevistas a relação entre entrevistadas e pesquisadora foi de cumplicidade, de audição ativa, sem a intervenção na construção da narrativa das entrevistadas, porém, numa atitude parceira, construindo uma relação de confiança mútua. Os exercícios do tratamento dos dados, da sistematização e da análise permitiram a posição de uma leitura mais neutra em relação aos resultados, sobretudo em razão da ancoragem ofertada pelo debate teórico sobre o tema, mas sem que se perdesse a empatia com as experiências, vivências, dores e contentamentos das entrevistadas, uma vez que essas manifestações subjetivas são as que mais expressam a força coletiva sobre os agentes, assim como suas batalhas por suas posições no campo social.

Diante disso, em diálogo com a teoria trazida na fundamentação teórica foi construído um roteiro de entrevista, que possibilitou a abordagem das dificuldades encontradas na inserção social enquanto mulheres negras, bem como de qual modo a trajetória escolar e de

trabalho influenciou na posição em que ocupam atualmente, e em como a participação em movimentos sociais as direcionou para a atuação política partidária.

Após a realização das entrevistas, foi feita a transcrição na íntegra de todas as entrevistas, com o consequente tratamento e análise dos conteúdos das entrevistas, em que se possibilitou a seleção dos temas mais importantes em cada entrevista, dividindo-os em grandes temas, que guardam relação direta com o roteiro de entrevistas e por conseguinte com as teorias apresentadas na fundamentação teórica. E a partir da seleção desses temas foi construída a narrativa das entrevistas, realizando, assim, posteriormente, o cotejo das narrativas das entrevistadas, levantando os pontos comuns e divergentes entre elas. E por fim, foi realizada a sistematização dos conteúdos, criando categorias que, ancoradas, no debate teórico, possibilitaram a compreensão da realidade das entrevistadas e o contexto sociopolítico de suas trajetórias, assim como da realidade de mulheres que participam do PSOL/BA, sobretudo no âmbito da direção e comissões do partido, influenciando os movimentos de tomada de decisão.

Deste modo, este trabalho foi elaborado usando o método qualitativo, com coleta de dados individual, através da entrevista semiestruturada com a utilização da análise de trajetória, baseada na pesquisa biográfica, que possibilita a interpretação subjetiva da vida de uma pessoa, não incluindo apenas o local dos fatos, mas também as suas perspectivas para o futuro, percepção do passado e sua opinião, logo é que as biografias são compostas, em geral, e analisadas utilizando as informações qualitativas, em decorrência dos próprios indivíduos relatarem a sua história (BORN, 2001). Contudo, na perspectiva de Bourdieu, buscando compreender os jogos de força social e considerando que as trajetórias individuais expressam posições sociais, símbolos distintivos, processos de dominação, lutas dos agentes nos campos de força.

## **9.1. Trajetórias de lideranças femininas do PSOL Bahia**

### *9.1.1 Trajetória de Clarissa*

Nome fantasia: Clarissa

Local de origem: Vitória/ES

Ano de nascimento: 1987

#### *9.1.1.1 Trajetória familiar*

Clarissa nasceu em Vitória, onde viveu até se separar de seu primeiro companheiro, mas sua família ainda mora lá. Ela descreve a cidade como um lugar onde há muitos negros, mas onde também há pessoas muito brancas, sem mediação, de um modo em que branco é branco, sem mediação. Essa configuração faz com que Clarissa se autodeclare negra, embora, como ela mesma disse, em alguns lugares ela pode não ser identificada como negra, mas ela assim se identifica, em razão do processo identitário elaborado a partir das relações sociais em Vitória. Essa experiência teve início dentro de sua própria família, porque seu irmão mais velho, que tem pele muito clara, provocava Clarissa, indicando que ela era diferente, em razão da pele mais escura e do cabelo crespo. Ele a acusava de ter sido encontrada no lixo, que à meia-noite, Clarissa deveria pedir ao Saci Pererê para ficar branca. A compreensão de que as provocações expressavam racismo, ela só compreendeu tempos depois. Mas sua mãe sempre a apoiou, principalmente em relação ao cabelo, estimulando que ela aceitasse o crespo, destacando a sua beleza e proibindo o uso de processos químicos para o alisamento. As provocações do irmão marcaram muito Clarissa.

Ela perdeu o pai aos sete anos, mas sua mãe se casou novamente e o padrasto, desempenhou papel importante na sua vida, como um verdadeiro pai. Clarissa teve uma boa relação com sua mãe, que era uma mulher liberal, dava autonomia para os filhos, mas atribuindo-lhes responsabilidade, o que impactou na formação de Clarissa, que se tornou uma pessoa muito responsável. Sua mãe trabalhava intensamente, saindo de manhã cedo e só retornando à noite.

Em 2007, com 18 anos, Clarissa engravidou do namorado e ambos foram morar na casa da mãe, que não se contrapôs à gravidez, apenas cobrou a responsabilidade de assumir a criança. Em 2009, ela e o pai de seu filho se separam de forma traumática, tanto que até hoje a situação não foi totalmente resolvida. Atualmente o filho mora com o pai. Na época ambos já militavam no PSOL, ela teve uma relação extraconjugal e ele a acusou de trair um “bom pai” para todos os conhecidos, a ponto de Vitória ter-se tornado “pequena demais para” os dois. Tempos depois, o ex-companheiro tornou-se pastor, depois filiou-se ao PT e, mais recentemente, aderiu ao conservadorismo.

Nesse 2007 Clarissa se mudou para São Paulo para trabalhar na campanha de um candidato a deputado federal, que terminou sendo eleito. Ela levou a criança para São Paulo. O companheiro deu início a um processo judicial para ficar com a guarda do filho. Como a família dele era bem relacionada no Espírito Santo, foi possível uma artimanha pela qual o endereço dela registrado apareceu como sendo o de sua mãe, em Vitória, e não o de São

Paulo, onde ela vivia com o filho e o qual ela já havia informado na Justiça. Essa alteração de endereço permitiu configurar a sua presença em São Paulo com a criança como sequestro, o que deu início à ação de busca e apreensão. Mas nesse processo de busca, em São Paulo, Clarissa e o filho estavam em Feira de Santana, durante viagem com o namorado. O ex-companheiro conseguiu carta precatória para apanhar o filho em Feira de Santana. Clarissa resistiu a entregar o filho. Esse foi um processo muito sofrido. Por fim, ele levou a criança e por muito tempo nem ela nem a sua mãe, em Vitória, conseguiu encontrar o neto. Ela ficou seis meses sem ver o filho. Ao longo do processo, Clarissa já estava morando em Feira de Santana, engajando-se num movimento de ocupação e o ex-companheiro a acusou de fazer tráfico de drogas e de morar numa ocupação e de que ela havia se mudado para Feira de Santana para ocupar terra. A juíza se indignou com a fala dele, exigindo que ele pedisse desculpas à Clarissa, porque os dois haviam se conhecido no movimento estudantil e atuaram juntos no PSOL, portanto ele não tinha direito de julgá-la por suas ações no movimento social, uma vez que ele a conheço exatamente nesse tipo de contexto. Por fim, o menino ficou com o pai, nos finais de semana, a mãe dela ficava com o menino e Clarissa passou a ir para Vitória duas vezes ao ano para ficar com o filho. O pai nunca autorizou o filho viajar com a mãe. Ao completar cinco anos, o filho pode escolher com quem ficar, e ele decidiu ficar com o pai. Segundo Clarissa, essa foi a época de maior aprendizado na sua vida. Ela teve que fazer terapia para conseguir lidar com a violência do processo.

Nos duros momentos da entrega do filho, Clarissa recebeu apoio de amigos e da família do namorado e, por isso, decidiu que seu lugar era ao lado dessas pessoas, em Feira de Santana. Desde então, ela fixou residência em Feira.

Ela conheceu o namorado, hoje seu marido, em 2008, quando foi candidata à vice-prefeita em Vitória, os dois são da mesma força política dentro do PSOL. Os dois se reencontraram em São Paulo. Eles viajaram juntos para Feira de Santana para a festa de aniversário do filho de um amigo comum deles, também do PSOL, quando se deu o fato da busca do seu filho pelo pai. Na época, a mãe do então namorado a acolheu carinhosamente e isso ajudou a decidir a não mais sair de Feira. Em seguida eles participaram do primeiro movimento de sem-teto em Feira e ela passou a atuar no PSOL de Feira de Santana.

Hoje, casada, ela tem uma filha, cujo processo de pré-natal foi muito tenso. Em primeiro lugar, Clarissa só conseguiu agendar duas consultas na Unidade Básica de Saúde, terminando por contar com o apoio de um professor vinculado à universidade onde ela estudava. Clarissa explicou para o médico a sua condição de que o parto da filha fosse

humanizado e contasse com a companhia de seu companheiro na hora do parto, inicialmente, ele concordou. Mas quinze dias antes do parto, o médico recuou e Clarissa saiu da consulta em pânico, lembrando o processo de violência obstétrica vivenciada na sua primeira gravidez. Decidida a não vivenciar novamente este trauma e com o apoio de um amigo que conhecia uma doula em Salvador, ela se dirigiu à Mansão do Caminho <sup>1</sup>, onde foi constatado que o médico não tinha solicitado a Clarissa, dois exames essenciais, em especial o de toxoplasmose, já que ela teve esse problema em sua primeira gestação, e o de sorologia. Como esses exames demoravam, ela fez parto sem o resultado desses exames. Apesar de muitos contratemplos, Clarisse deu à luz por meio de parto humanizado a uma menina muito amada por ela e seu marido.

Sua filha é uma menina branca. Clarissa busca fazer com que ela entenda que “sempre será lida socialmente como uma menina branca” e que “será uma mulher”. Clarissa busca conscientizar a filha de que as pessoas vão falar que ela não pode fazer certas coisas que o irmão pode fazer, mas que ela pode fazer tudo o que quiser. Ela estuda numa escola pública, o que possibilita lembrar que ela sempre se lembre que “é filha de pais que vivem do próprio trabalho”. Clarissa diz que sua filha é consciente e que eles a criam com muito amor.

A partir da experiência com a Doula, ela começou a se interessar pela profissão, fez o primeiro curso promovido em Feira de Santana, começando a exercer profissionalmente, durante um período e realizando o acompanhamento da décima segunda semana de gestação até o primeiro mês do parto. Mas atualmente não exerce mais, em razão da dinâmica da sua vida profissional e acadêmica.

#### *9.1.1.2 Trajetória estudantil*

Durante o ensino fundamental Clarissa frequentou uma escola municipal, que era uma escola de aplicação, que ficava no mesmo *campus* da universidade federal, na qual ela ingressou através de sorteio, e cursou da pré-escola, até a antiga oitava série, oportunidade em que ela teve o seu primeiro contato com o ambiente da universidade, e as mobilizações estudantis e assembleias na sala e na escola, durante o fundamental.

Já no ensino médio, ela estudou em uma escola particular, tendo sido contemplada com uma bolsa estudantil, o que a fez se afastar de algumas atividades, pois precisava estudar muito para manter a bolsa para garantir no mínimo a nota sete. Era uma Escola de referência, e voltada para o incentivo aos esportes.

---

<sup>1</sup> Casa de Parto Humanizado em Salvador - Bahia

Durante o ensino médio, Clarissa ficou “mais quietinha”, até ingressar na Universidade, pois tinha a questão de seus pais trabalharem o dia todo, ela tinha que cuidar do irmão e estudar. Foi um período que ela considera muito louco, pois as condições financeiras dos seus colegas divergiam muito das suas, como por exemplo, ela pontua que “Nas férias, eles iam para lugares para onde eu nunca poderia ir, nem que eu me matasse de trabalhar, nunca poderia ir”.

Para Clarissa foi um período em que ela se sentiu muito isolada, pois a realidade dos seus colegas era muito diferente da dela. Ela estudava com pessoas da alta sociedade de Vitória, como por exemplo, filhos de desembargadores. Nesse período ela não manteve muitas amizades, apesar de se dar bem com todos, não construiu amizades duradouras.

Clarissa gostava de seu cabelo crespo, mas no ensino médio ela passou a se incomodar com ele, fazendo escova para mantê-lo alisado, sem produtos químicos, proibidos pela mãe. Contra o suor dos treinos esportivos estragavam o alisado, ela prendia o cabelo. Clarissa passou a não se aceitar, sem compreender o que acontecia.

Na etapa da vida em que Clarissa viveu a descoberta da sexualidade, ela sentiu o peso do preconceito racial, isso porque o relacionamento amoroso que ela mantinha um colega foi escondido por ele, que exigia por parte dela, alegando que a mãe dele implicaria caso descobrisse o namoro, com a desculpa de que ela exigiria foco nos estudos. Foi a partir disso que Clarissa começou a se questionar sobre os seus relacionamentos com os meninos da escola, que eram diferentes dos das colegas brancas. Clarissa explicou que na sua turma, além dela, só havia mais uma menina negra, retinta e filha adotiva de uma família branca. Ambas eram as únicas que não conseguiam namorado na escola, a despeito de se tratar de uma época marcada pela liberdade sexual. Daí o incômodo de Clarissa com o fato de ela e a colega sempre serem preteridas pelos garotos do colégio, sem que ela compreendesse exatamente o motivo dessa solidão.

Em 2003 Clarissa ingressou na Universidade Federal do Espírito Santo, no curso de artes visuais e a vivência universitária foi muito diferente da do ensino médio. Já de início, paralisações de aula atrasaram em dez meses o início do curso, houve também movimentações contra o preço da passagem dos transportes públicos, das quais ela participou por curto período, afastando-se por causa da gravidez. Clarissa passou a atuar no Fórum Estadual da Juventude Negra e a participar do PSOL, após militar na Juventude do PT. O ingresso no PSOL se deu em virtude da influência de companheiros de militância, filiados PSOL que ela encontrou na universidade.

Durante esse período na universidade, Clarissa deu à luz ao seu primeiro filho, mas a militância estava tão presente nela, que durante o seu resguardo, houve a posse do Conselho Universitário, quando ela participou da ocupação na reitoria. Na ocasião, os estudantes quebraram as janelas de vidro, como consequência, uma semana depois a Polícia Federal foi intimar ela e o companheiro, armada, na casa da mãe de Clarissa, porque o ele era o coordenador geral do DCE, para intimidá-los. A mãe muito preocupada, porque o neto era recém-nascido e ela estava amamentando.

Depois do nascimento do seu filho Clarissa passou a militar, mais especificamente, no Fórum de Vidas Negras, isso na época porque Vitória era a capital com o mais alto índice de assassinato de jovens. Em 2012 foi organizada a primeira marcha contra o extermínio da juventude negra.

A militância passou a ser prejudicado porque ela era a única responsável pelos cuidados do filho.

Clarissa entende que já era feminista desde o ensino médio, mesmo na ausência desse debate, por questionar sobre a sua liberdade sexual, ali já existiam raízes do feminismo. Mas a consciência só foi identificada dentro do movimento de juventude negra, num episódio em que a questão do machismo se tornou muito transparente para ela. Na organização de um fórum, as mulheres ficaram responsáveis por todo o trabalho de organização e de estrutura do evento, enquanto os homens ficaram o dia inteiro bebendo. E durante a madrugada houve várias discussões entre eles, nesse sentido, tendo como resultado uma autocrítica feita pelos homens no dia seguinte. E a partir desse episódio, foi criado, dentro desse fórum, um coletivo de mulheres negras, o primeiro do qual Clarissa fez parte.

#### *9.1.1.3 Trajetória nos movimentos sociais*

Clarissa, durante um período em Vitória, participou do primeiro estágio interdisciplinar de vivência que patrocinada pelo Movimento Sem Teto que envolveu práticas, que envolviam visitas aos acampamentos a comunidades rurais e, no retorno, faziam um relatório, socializando aquilo que foi observado, em relação a forma que os homens tratavam as mulheres. Clarissa vivenciou situações em que o machismo era muito presente, como o fato de as mulheres serem as únicas responsáveis pelas tarefas domésticas, a submissão delas, as brigas provocadas pela recusa delas na realização de qualquer tarefa doméstica. Ela acredita que a explicação é fato de, em comunidades rurais havia pouco debate de gênero.

Depois Clarissa passou a militar no movimento negro, que para foi importante, também, para perceber que, mesmo em um espaço de luta racial, as mulheres eram preteridas.

Ela e as outras companheiras quiseram homenagear uma mulher negra, mas foi negado pelos demais membros do movimento. A participação no movimento negro proporcionou o contato com obras de autoras negras, como por exemplo Sueli Carneiro, isso foi muito importante para ela. Dentro do movimento, ela teve contato com outras mulheres que também militavam, mas eram mais velhas e entregavam para ela fotocópias de obras, muito importantes para o movimento negro, em especial, o feminismo negro. Na Bahia, ela começou a ter um contato maior com figuras importantes do movimento negro locais, como, por exemplo Meire, que é de Salvador e tem uma trajetória de militância muito importante dentro do movimento, mas que é desconhecida. E através dos ensinamentos orais de Meire, Clarissa, ela enriqueceu mais a sua bagagem de conhecimento, e descobriu que o feminismo abrange diversos assuntos, que não dá conta de abarcar tudo, mas que responde à operação que estrutura as relações sociais. O feminismo hoje faz parte dela, e que ela não consegue mais ver e pensar a sociedade sem as lições aprendidas com o feminismo, em especial o feminismo negro.

Clarissa, ajudou a construir a primeira ocupação da cidade de Feira de Santana, o que foi um choque de realidade, uma experiência única, o período de maior aprendizagem da sua vida, por ter sido o diferente de um movimento social, porque na ocupação existe a lógica de estar lá pela entidade e não pela coletividade, assim, são outros pertencimentos, outras experiências. Ela morou na ocupação por um mês ininterruptamente, tendo sido responsável pela cozinha comunitária, administrando os alimentos que chegavam, os excedentes ela distribuía para cada morador e o que não era, ficava para preparar as refeições do dia a dia, até fogões chegaram, a cozinha comunitária não teve mais centralidade e a ocupação já estava tendo dinâmica própria.

Clarissa acredita que a sua experiência política mudou a partir da ocupação, pois a partir da ocupação ela passou a conhecer melhor a cidade, bem como a rede de enfrentamento de violência doméstica, pois a violência doméstica era uma realidade muito presente na ocupação, e diante disso ela organizou, na ocupação, um coletivo de mulheres, que perdurou por quase três anos, e que por conta desse coletivo o índice de violência doméstica diminuiu. Além disso foi surgindo lideranças políticas, foi possível realizar intercâmbio com líderes da ocupação de Cachoeira, que para Clarissa, do ponto de vista político, são completamente diferentes. Para Clarissa, a ocupação possibilitou construir muitas relações, viver novas experiências, adquirir novos conhecimentos e conhecer realidades diversas, entre elas realidades de extremas vulnerabilidades.

Mas, Clarissa aponta, que as coisas mudaram muito na ocupação daquela época até os dias atuais, para ela, atualmente a fome e a desigualdade social estão muito maiores, além da violência, e o tráfico de drogas, já tem muito tempo que ela não vai até a ocupação, mas soube que, a traficância está imperando. Ela ainda nos relatou “Hoje em dia eu não vou mais lá, eu não sou mais uma líder dessa ocupação, tenho medo de ir até lá e a polícia chegar, eu não tenho confiança na polícia. Eu tenho mais medo da polícia”.

Mesmo não tendo vivenciado nenhum episódio de violência policial contra ela, Clarissa acredita que hoje em dia é muito mais difícil militar por conta das ações policiais, e se recorda da existência em Vitória do *Scuderie Detetive Le Cocq*<sup>2</sup>, que tinha um modo de agir refinado, que não era tão escancarado, tão ostensivo como acontece hoje, em especial na Bahia. Diante disso, Clarissa se recordou sobre a atuação da ex-deputada federal capixaba Rita Camata, em combate à escuderia, e mencionou que ela foi uma das suas inspirações políticas.

#### 9.1.1.4 Trajetória no PSOL

Em 2006, após as eleições em que Heloísa Helena concorreu à presidência do Brasil, Clarissa, decidiu que queria fazer campanha para uma mulher e para o PSOL. Este era o partido que respondia ao seu desejo. Daí, decidiu se filiar ao partido, ao qual permanece filiada até o presente momento.

Sua primeira candidatura se deu em 2008, em Vitória, à vice prefeitura. Ela não participou de fato da candidatura, na sua construção e isso a traumatizou, tanto que ela não consegue se recordar dos detalhes da candidatura.

Apesar do trauma, Clarissa se recorda que a decisão de participar do pleito foi tomada por ela, de forma livre e consciente porque se tratava das primeiras eleições municipais do PSOL, sendo necessário haver candidaturas, especialmente em Vitória. Ela lembra de que o partido só contava com uma parlamentar, a Deputada Estadual Brice Bragato, que não se reelegeria se o PSOL não alcançasse coeficiente, daí o partido ficaria sem nenhum mandato. Daí o partido precisava fazer o trabalho de base, fortalecendo lideranças e lançando candidaturas. Por essa razão, ela concordou em compor a chapa majoritária para as eleições

---

<sup>2</sup> Principal grupo de extermínio que agiu no Espírito Santo, entre os anos 1990 e 2000, e tinha como fundamento o aperfeiçoamento da moral e o serviço a coletividade. E um dos lemas do grupo era “bandido bom é bandido morto”. O grupo não era ilegal e possuía CNPJ, contando com a participação de 800 membros. O grupo foi responsável por mais de 1.500 homicídios, além da prática de outras atividades ilícitas. (Bourignon, 2022).

municipais de 2008 em Vitória. O candidato a prefeito era João<sup>3</sup>, um bancário, que realmente queria estar naquela posição. Um dos candidatos à vice prefeitura não aceitou o convite e outros não atendiam os requisitos legais, tais como filiação no prazo determinado em lei, desincompatibilização etc. Por fim, ela foi convidada porque, não ocupava nenhum cargo de direção no partido ou na corrente política que participava, era apenas base partido, nas palavras dela “era só uma menina”, da seguinte maneira: “ Olha tentamos, fulano, ele não aceitou, as outras pessoas não atendem às exigências legais, no final só sobrou você e Miguel<sup>4</sup>, mas ele está respondendo processo criminal por violência doméstica, então só restou você, se não for você, não vai ter chapa, não vai ter eleição.”

Clarissa não queria se candidatar porque seu filho tinha nascido em 31 de julho de 2007 e as eleições começaram em julho de 2008, além disso ele havia estado muito doente, quase morreu, ficando internado na UTI durante quinze dias. Clarissa ainda se recuperava da situação. Mas a pressão de seu ex-companheiro, pai do seu filho, foi decisivo para que ela aceitasse o convite. Ele afirmou que iria ajudar com o filho, o que, de fato, fez. Foi um superpai e muito parceiro, mas ele não tinha como protegê-la da violência política. A mãe de Clarissa apoiou a ideia e se sentiu orgulhosa com o *status* de ter a filha candidata à vice-prefeita, não importando se por um partido de esquerda ou de direita. Sua única exigência era que a filha continuasse exercendo as suas obrigações, como cuidar do seu filho e do seu irmão mais novo. O padrasto dela também apoiou a ideia, principalmente por ser pelo PSOL, já que ele era grande admirador de Heloísa Helena.

Desta candidatura, Clarissa quase não consegue lembrar de muita coisa, em virtude do trauma, ela se recorda de ter participado de poucas atividades, de que colaborava mais na campanha de um jovem do seu bairro, que se lançou à vereador. Ela reclamou da falta de suporte para sua campanha de vice-prefeita, inclusive, quando ia fazer sua campanha, tinha que ir de ônibus, com o bebê no carrinho, em contraste com o que ocorre em Feira de Santana, onde o diretório municipal garante todo o suporte para que ela participe de atividades por ela ser uma figura pública do partido. Além disso, em Feira, o convite recebido para a disputa ao cargo de prefeita deu-se em que foi convidada em decorrência da sua trajetória e posicionamento políticos e não porque não havia uma alternativa para essa disputa.

---

<sup>3</sup> Nome fictício

<sup>4</sup> Nome fictício

Clarissa classifica a falta de apoio pelo partido no processo da candidatura à vice-prefeitura como violência política tão traumática, que ela, em Feira de Santana, durante as articulações do diretório municipal, ela nunca colocava o seu nome para uma possível candidatura. E o mais impressionante é que ela não conseguia explicar para as pessoas o porquê dela não querer disputar uma eleição. Até que em 2020, por uma estratégia do partido, ela decidiu se colocar como candidata à prefeitura.

Em 2016, num congresso municipal do PSOL em Feira de Santana, houve o debate sobre os objetivos do partido, sobre o cenário político nacional com o avanço do conservadorismo, sobre o cenário político do município, diante da conjuntura de um grupo político ocupar há mais de dezesseis anos o poder municipal. Foi feita uma avaliação de como o PSOL poderia contribuir, avaliando que seria necessário, em primeiro lugar, garantir uma vitória eleitoral. Então naquele momento, foi decidido que o PSOL Feira de Santana disputaria a prefeitura com uma figura política já conhecida e que para vereança seria construída uma chapa diversa, popular. Na visão de Clarissa esta foi uma decisão acertada.

Em 2019, novamente no Congresso Municipal do PSOL em Feira de Santana, diante da ampliação do neoconservadorismo, fez-se a avaliação de que para responder aos vinte anos de poder do grupo conservador no município, que estava alinhado ao bolsonarismo, era necessário ampliar a participação das mulheres, com o objetivo de construir um trabalho mais feminista na cidade. Diante disso, decidiu-se que Clarissa seria a presidente do diretório municipal e, conseqüentemente, candidata à prefeita de Feira de Santana em 2020.

A candidatura de Clarissa à prefeitura de Feira de Santana, foi muito diferente da que foi em Vitória. Nessa candidatura ela participou de todas as decisões e construiu a candidatura, foi ofertado a ela todo o suporte para participar das atividades da candidatura. E ela conseguiu participar, ativamente, dessas atividades, mas houve algumas situações em que ela sentia que não havia o respeito de alguns companheiros chapas, porque para participar das atividades, Clarissa precisava se programar com bastante antecedência, pois ela tinha que organizar os afazeres domésticos e os cuidados com a filha, e em muitos momentos isso não era respeitado por alguns companheiros homens, que atrasavam para os compromissos, sem se preocupar com a dinâmica dela, pois para eles era tranquilo essa questão da agenda de compromissos, pois tinham esposas que garantiam a questão dos cuidados domésticos e familiares.

A partir dessa candidatura Clarissa, tornou-se muito mais conhecida, ao ponto de estar nos lugares, e ter que repensar alguns comportamentos, pois as pessoas a encontraram e

querem conversar com ela, tirar fotos, ela de fato se tornou uma figura pública na cidade de Feira de Santana.

Entretanto, no final das eleições, no momento da prestação de contas, Clarissa sofreu um impacto terrível, em que foi necessário ela retornar para terapia. Durante o procedimento judicial de prestação de contas, fora encaminhado vários e-mails do TRE, para o partido, intimando Clarissa para juntar aos autos a cópia da procuração judicial devidamente assinada. A pessoa responsável pela comunicação do partido, um homem, abriu todos os e-mails e ignorou, não avisou a Clarissa, nem a assessoria jurídica. Diante desse descumprimento de intimação, as contas foram declaradas não prestadas, e Clarissa encontra-se inelegível, frustrando tanto a suas expectativas, quanto a do partido de uma candidatura a Deputada Federal, e uma nova candidatura em 2024. Além disso, ela e os companheiros do partido, estão tentando ainda encontrar os meios de comunicar isso a sociedade em geral, sem que gere ruídos e descredibilidade ao partido.

Clarissa acredita que esse fato tenha acontecido por ela ser uma mulher, tendo em que vista já aconteceram outras situações, com essa mesma pessoa, que ficou muito claro o machismo ali inserido, além de que ela acredita que se fosse com uma outra figura pública do partido, que é um homem, com uma trajetória política bem consolidada, isso jamais aconteceria.

Com 16 anos de filiação e militância no PSOL, Clarissa observa que é muito difícil ser mulher dentro do PSOL, quando, por se tratar de um partido completamente à esquerda e progressista, deveria ser muito mais fácil para as mulheres. Mas existe grande desigualdade dentro do partido entre homens e mulheres. O tratamento, o tempo à disposição, os recursos financeiros, os recursos intelectuais, são muito desiguais para homens e mulheres. As conquistas das mulheres dentro do partido resultam de muita luta.

Ao comparar o PSOL Brasil com os demais partidos, ela acredita que, na atual conjuntura, ele é o partido que oferece mais condição de responder às demandas da esquerda, para a reconstrução do país. É necessário ampliar a bancada do campo da esquerda e o PSOL se coloca em uma oposição sistemática, contundente, e à esquerda. Ele será o partido que irá tensionar o governo, sempre à esquerda.

Para Clarissa, na Bahia o PSOL ele é diferente de outros lugares, isso em razão de o governo estadual ser exercido pelo Partido dos Trabalhadores, que se encontra mais alinhado às ideias da extrema direita, em especial, quando retira dinheiro de outros setores para investir apenas na segurança pública, com especialização das polícias e concurso para novos policiais

militares e civis. Então, para Clarissa, dentro do PSOL existe um setor que quer dialogar com o PT na Bahia, mesmo com essa situação, mas não quer dialogar no sentido de tensionar à esquerda, mas numa relação de submissão. Clarissa aponta isso como um problema estrutural, que faz com que o PSOL na Bahia não cresça. Na visão da entrevistada, essa submissão é aceita porque resulta em posições na estrutura política que se configura como troca de favores. Contudo, isso dificulta o avanço do partido no estado. Essa ambiguidade é o problema do PSOL na Bahia e ela pontua ser lógico o PSOL fazer campanha para um candidato que não seja o do partido.

Diante de tudo que Clarissa vivenciou durante 16 anos no PSOL ela acredita que a relação entre a mulher e a política dentro do PSOL, em especial PSOL Bahia, é complicada pela falta de concordância em relação à renúncia de privilégios dos homens do partido para que as mulheres ocupem espaços. Ela destaca a falta de colaboração para a construção de figuras políticas femininas e para fazer deste debate algo central. Isso se revelou nas eleições de 2022 de forma muito nítida, uma vez que no congresso estadual, realizado no final de 2021, foi aprovada uma resolução determinada que a chapa majoritária ao governo do estado do PSOL seria paritária. Entretanto, no processo de disputa interna foram apresentadas duas candidaturas femininas e negras contra uma candidatura masculina para governo e vice-governador. No final, o PSOL decidiu pela candidatura dos homens, desrespeitando-se a resolução do congresso estadual referente à chapa paritária.

Clarissa acredita que a participação feminina na política não se sustenta apenas pela disposição feminina, pois se assim o fosse, não seriam necessárias várias determinações legais para a sua garantia. Os motivos para a mínima presença feminina na política o machismo dentro do próprio partido, assim como na sociedade. Para ela isso se torna mais visível quando ao observar as diferenças no recrutamento de homens e mulheres, com destaque para a maior disponibilidade em relação às mulheres, que têm capacidade de estar no ambiente partidário, mas que são prejudicadas pelo fato de terem que fazer as tarefas domésticas, cuidar de filhos, etc. Para ela, é muito difícil a mulher conseguir conciliar ambas as tarefas.

A entrevistada acredita que uma reforma política pensada na perspectiva da maioria, com ampla participação da sociedade social, para pensar e propor uma reforma política que de fato responda às profundidades das desigualdades expressas nos processos eleitorais, seja na representatividade, garantindo a pluralidade, seja nas distribuições dos gastos, e nas punições para a desobediência à legislação, seja no controle externo que garanta a participação da

sociedade civil de forma mais ampla é o que deve ser feito no sistema eleitoral para a maior participação feminina.

### *9.1.2 Trajetória de Berenice*

Nome fantasia: Berenice

Local de origem: Salvador/BA

Ano de nascimento: 1975

#### *9.1.2.1 Trajetória Familiar*

Berenice é uma mulher negra retinta, nasceu em Salvador – BA. Até a data da entrevista ela tinha morado em mais de vinte e três bairros na região metropolitana de Salvador. Ao completar 1 ano de idade, os seus pais se separaram, ela ficou morando com seu pai, que não cuidava muito dela, em razão disso, ela era distribuída pela de várias pessoas, até que seu pai decidiu entregá-la para uma moça que passava na rua, tendo sido impedido pela madrinha dela, que decidiu cuidar de Berenice levando-a para a cidade de Governador Mangabeira, interior da Bahia. Posteriormente, seu pai também foi morar em Governador Mangabeira, quando Berenice voltou a morar com ele, em revezamento entre as casas do pai e de outras pessoas, às quais considera como madrinhas, no município de Cruz das Almas.

Quando completou 10 anos, Berenice retornou à Salvador para morar com a sua mãe e seus dois irmãos maternos, ela passou a cuidar destes irmãos e das tarefas domésticas, até que sofreu um acidente, caindo de uma laje. Por causa disso, ela permaneceu internada no Hospital da Criança. Salvador, sem poder andar. Após se recuperar, voltou para casa e sua mãe a doou para uma família de classe alta, de Salvador, para ela cuidar de duas crianças e realizar tarefas domésticas, sem remuneração pelos serviços. Após um ano e alguns meses, a dona da casa devolveu Berenice para a mãe, não precisava mais dela. Ao retornar, ela fugiu para casa da avó paterna, ficou morando em Governador Mangabeira. Depois, morou um período com seu pai em Cruz das Almas, mas o relacionamento com a madrasta era ruim e ela mudou para casa da tia, em Valéria, Salvador, onde, aos 14 anos, ela conheceu seu primeiro companheiro. Eles ficaram juntos até ela engravidar. Aos 16 anos ela teve seu primeiro filho, sem a presença do seu companheiro, que só veio conhecer o filho anos depois, ele nunca manteve contato com o filho.

Ao engravidar do primeiro filho, Berenice voltou a morar com seu pai, que voltara para Salvador, no bairro Fazenda Grande do Retiro. Mesmo residindo em outro bairro, Berenice ia sempre no bairro da Valéria visitar sua tia. Lá, conheceu o seu segundo

companheiro, engravidou e com 21 pariu o segundo filho, cujo pai desapareceu ao saber da gravidez. Berenice continuou residindo com seu pai. No bairro, conheceu o seu terceiro companheiro, com quem morou por dois anos, tempo em que engravidou do seu terceiro filho. No terceiro mês de gestação, seu pai faleceu e, a partir daí, o companheiro passou a agredi-la, ela narra que ele foi o pior companheiro de toda a sua vida. Ela tentava se separar, mas ele não aceitava, dizia que ela só ia se separar dele depois de morta. Após um tempo, ele encontrou outra companheira e a abandonou.

Berenice teve dois filhos assassinados, os quais não foram solucionados até hoje. Seu filho mais velho trabalhava com ela no setor hoteleiro, em um dia de folga saiu para cortar o cabelo, não retornou e, no dia seguinte, um vizinho desesperado a acordou, dando a notícia do assassinato e solicitando que ela fosse até o IML fazer o reconhecimento cadavérico. Ali, ela viu o corpo do filho todo alvejado de balas. Entrou em desespero, adoeceu, ficou seis meses acamada, sem conseguir fazer nada. Mudou de casa, com medo.

Dois anos após, o filho caçula de Berenice também foi assassinado, ela sucumbiu, entrou em depressão, ficou acamada, vegetando, recebendo alimento e medicamento na boca.

Após um tempo, ela decidiu virar a situação e resistir, acabou mudando para uma ocupação onde havia mais de dez mil pessoas, incorporou-se à luta, passou a vivenciar o espaço, ajudando pessoas. Assim, conseguiu seguir em frente.

O filho do meio de Berenice continuou residindo em uma casa de aluguel, mantida pela mãe porque, com a perda dos irmãos, desenvolveu quadro de esquizofrenia. Ela mesma voltou morar com o filho na casa quando retornou para faculdade.

#### *9.1.2.2 Trajetória Escolar*

Berenice teve uma trajetória escolar marcada por interrupções: estudou até a quarta série do Ensino Fundamental I; aos 13 anos, por causa do frágil desempenho escolar, a mãe decidiu não mais matriculá-la; a frequente mudança entre as várias casas de familiares dificultou a permanência na escola.

Aos 25 anos, com três filhos, ela decidiu voltar a estudar, com muita dificuldade pelo fato de ter que trabalhar por ser mãe solo e porque o horário disponível para a turma de Educação de Jovens e Adultos era no turno vespertino. Ela matriculou os filhos na creche, um local seguro, com alimentação garantida, enquanto ela estudava. Assim ela finalizou o ensino fundamental e o médio e, ainda, cursou o técnico em enfermagem. Posteriormente, através do ENEM, conseguiu bolsa PROUNI - quando seu filho mais velho foi assassinado - para cursar o ensino superior na rede privada. Após o assassinato do seu filho, ela trancou a faculdade, só

retornado quando passou a militar nas ocupações. Segundo ela, este foi um muito difícil, pois na ocupação não tinha água, ela ia para a universidade sem tomar banho, suja de terra, com camisa de movimento sindical e movimento partidário, pois na época ela já militava também, em sindicatos, e as pessoas na universidade avaliavam negativamente a sua militância.

Por conta da rotina da ocupação, ela se prejudicou em algumas matérias na faculdade, por este motivo, ela decidiu focar completamente nos estudos, saiu da ocupação e voltou a morar com seu filho. Nesse período ela estava desempregada, não tinha dinheiro para comprar um notebook, não tinha internet e precisava focar em terminar a faculdade, por isso, ela ia para a biblioteca da faculdade de manhã, onde permanecia até o início das aulas, no período noturno.

O ambiente da universidade de Berenice não proporcionava às pessoas crescer politicamente. Na época, ela era a única da turma que tinha uma militância, algumas pessoas a viam como uma sonhadora, mas outras, que admiravam a luta, hoje são seus eleitores. Berenice não desenvolveu o debate político nesse ambiente acadêmico.

### *9.1.2.3 Trajetória nos Movimentos Sociais*

#### *9.1.2.3.1 Sindicato*

A trajetória de trabalho de Berenice se confunde com a da militância em movimentos sociais, isso porque, desde muito jovem ela atuou em sindicatos de trabalhadores, apesar de o seu ingresso ter se dado de modo profissional. A sua trajetória de trabalho começou na infância, em casa de família, cuidando de duas crianças e de tarefas domésticas, sem remuneração. Após o falecimento de seu pai, ela passou a vender salgados na escola em que estudou, a fazer faxina na casa das professoras e da diretora da escola para conseguir sustentar sozinha os seus três filhos.

No sindicato dos rodoviários de Salvador ela viveu a experiência de trabalhadora remunerada, coordenando o grupo de militância. Berenice foi convidada para ajudar a organizar as eleições e passeatas do sindicato dos rodoviários da capital, recebendo remuneração. Ela se envolveu com a militância do sindicato mesmo não sendo rodoviária. Com o tempo ela se envolveu com o movimento, enxergando a possibilidade de oferecer uma luta real aos trabalhadores por causa da pressão do sindicato com as greves e as respostas positivas dos empregadores às pautas dos trabalhadores. Daí ela passou a militar voluntariamente no sindicato. Berenice gostou tanto do movimento sindical, que acabou permitindo que suas atividades deixassem de configurar como relação de trabalho, convertendo-se em militância. No início ela era remunerada para as ações típicas de

militância, posteriormente, ela passou a agir voluntariamente. Nesse sindicato ela era funcionária, não atuava como dirigente, não participava diretamente das negociações, apenas trabalhava na parte da mobilização.

Antes de atuar nesse sindicato, Berenice nunca tinha militado. A partir daí ela mudou, passou a se engajar com as pautas dos trabalhadores, o que a ajudou a enxergar a importância de ser uma mulher preta, em situação de vulnerabilidade, ocupar aquele espaço. No entanto, naquele momento não era feito o debate de raça, especialmente pelo fato de sindicato ser composto majoritariamente por homens brancos.

Em seguida, juntamente com colegas, ela organizou e fundou o sindicato de agentes penitenciários terceirizados. Diferente da atuação no sindicato dos rodoviários soteropolitanos, neste segundo ela participava das negociações, das mobilizações. Ali, ela sentia que estava construindo um espaço que era dela. Depois de quatro anos construindo e consolidando o sindicato, no ano de 2008, Berenice sofreu um golpe das pessoas que ela mesma tinha inserido naquele espaço. Ela foi dispensada do sindicato de uma sentida como indigna, por isso mesmo ela ingressou com uma ação judicial para receber as verbas trabalhistas rescisórias.

Após a dispensa violenta do sindicato, Berenice entrou em depressão e tentou suicídio. Isso porque ela passou a pensar em tudo que já tinha passado na sua vida pessoal, a falta de oportunidades, as expectativas que criou sobre onde queria chegar na construção desse espaço. Para vencer essa situação, ela mergulhou no movimento social, por meio do qual se envolveu com os problemas de outras pessoas, sem tempo para pensar nos seus e sem se sentir separada das lutas sindicais, Berenice se filiou ao sindicato do ramo hoteleiro, mas não militou, como nas situações anteriores.

Berenice acredita que os sindicatos são espaços importantes no fortalecimento das lutas de classes, mas acredita que eles perderam força e credibilidade, atuando muito mais em prol dos interesses do patronato.

#### *9.1.2.3.2 Ocupação*

Ao sair do sindicato, Berenice passou a militar no Movimento Terra Livre (MTL), inclusive viajando pelo Brasil, a sua primeira ocupação foi em uma fazenda em Minas Gerais. Ao retornar para Salvador começou a organizar uma ocupação, onde morou por um ano, ajudando na coordenação. Como explicado anteriormente, com o assassinato de seu segundo filho, ela se mudou de vez para uma ocupação, onde viviam mais de dez mil pessoas. Ela passou a se envolver com gestão da ocupação. Posteriormente, para concluir a faculdade ela

saiu da ocupação, retornando em 2015, quando chegou a intimação da reintegração de posse do terreno. Nesta Berenice criou laços com pessoas, com quem ela empreendeu uma segunda ocupação, na qual vive até hoje.

Berenice relata o processo para uma ocupação. Em primeiro lugar é feita uma análise do terreno, verificando a propriedade, os débitos pendentes com entes públicos, se são terras devoluta, a condição de abandono e de função social. Em seguida, as famílias são analisadas, levantando os casos daquelas que não têm moradia. Posteriormente, é necessário organizar a questão da alimentação, construindo-se uma cozinha coletiva. Além disso, é feita a divisão das responsabilidades entre os setores (cuidar das crianças, segurança, etc). Essa situação coletiva dura uns seis meses, até as famílias começarem a construir suas moradias.

A partir de sua experiência, inclusive considerando os intercâmbios realizados em ocupações do Rio de Janeiro e São Paulo, Berenice acredita ser possível organizar ocupações sem o apoio de um partido político, mas não, sem movimento social. Ela afirma ser necessário ter uma bandeira de luta, uma representatividade, principalmente para conseguir administrar a boa convivência entre o grupo, estabelecendo regras, tais como a proibição de vendas de bebidas alcoólicas, de som alto após as 22 horas, de brigas familiares, como a violência doméstica. Essas regras devem ser estabelecidas logo no primeiro momento da ocupação, durante assembleia, que delibera essas e outras questões.

Berenice experienciou a dificuldade de uma ocupação sem que a liderança more nela. Isso porque, quando as lideranças saem, os moradores têm menos constrangimento para desrespeitar as regras, podendo resultar em situações confusas. Essa situação não é impossível nem mesmo quando a liderança mora no local, como se dá com ela agora. Mas Berenice destaca que quando a liderança é mulher e negra – como ela – a conquista do respeito é sempre mais complexa, exigindo ainda mais energia da líder, que não raramente sofre situações de violência. Isso por conta do preconceito e racismo.

Berenice apontou problemas nas políticas públicas de moradia no Brasil, em especial na Bahia, a começar pelo Programa Minha Casa Minha Vida, que foi um projeto pensado para frear a crise financeira de 2008, possibilitando acesso à moradia pela população carente, contudo na Bahia ele acabou jogando a população para a periferia. Pessoas que moraram no centro da cidade a vida inteira foram sorteadas e jogadas para longe. Pessoas de diferentes regiões participam de um mesmo sorteio, aspecto que contribui para acirrar as rivalidades entre bairros e até mesmo entre organizações criminosas, que acabam sendo alocadas num mesmo conjunto habitacional. Essa reunião é uma bomba, provocando um quadro tenso e

violento entre beneficiários de um mesmo conjunto. Ela também chama atenção para o problema com infraestrutura, como a ausência de creches, de escolas, de posto de saúde, da questão da mobilidade urbana e das questões da deterioração das casas, uma vez que nesses empreendimentos são empregados materiais de qualidade inferior, para baratear o custo.

No caso da Bahia, criou-se o mecanismo do espaço chamado pós ocupação, onde se faz essa discussão com a população e com o governo, a fim de minimizar os conflitos. Berenice reconhece que no primeiro governo estadual do PT era possível realizar essa discussão. Inclusive foi acordado com os movimentos sociais alguns critérios de pontuação para o sorteio das casas, a saber: pertencer a movimentos sociais, ter criança menor ou filho deficiente e viver em situação de insalubridade. Porém sem que se solucionasse as questões territoriais. Nas gestões petistas, que se seguiram, esse debate foi desarticulado, na verdade sequer houve diálogo com os movimentos sociais, em especial com os de moradia.

Berenice externalizou as dificuldades atuais para mobilizar a população. Ela acredita que esses problemas se intensificaram a partir do impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, em virtude da crise no processo democrático e na própria desmobilização dos movimentos sociais como consequência de o poder político ter sido ocupado por líderes que não tinham nenhum vínculo com os movimentos populares, muito pelo contrário. Mas ela atribuiu a desmobilização também a problemas na própria Bahia, destacando o frágil diálogo com os movimentos sociais nos últimos anos.

#### *9.1.2.3.3 Relação com o PT*

O primeiro contato de Berenice com um partido político se deu no sindicato dos rodoviários, quando se filiou no PT, com 21 anos. Nessa época não fez militância partidária, nem frequentou as reuniões do partido, só mesmo a militância sindical. Além do sindicato dos rodoviários, atuou para outros sindicatos, isso pelo fato de ser filiada ao PT, já que no partido eram organizadas equipes para fazerem campanhas nos sindicatos. Nessa experiência ela observou que nesses espaços não eram feitos debates de gênero e raça.

Ela permaneceu 13 anos no PT e saiu porque as relações no partido não permitiam que a militância crescesse e ganhasse mais importância, mesmo realizando um trabalho coordenado. Ela conclui que a militância nunca terá espaço para alcançar a direção ou lançar-se a alguma candidatura nos pleitos eleitorais, mantendo-se apenas na condição de levantar a bandeira do partido. Para ela, isso se deve ao fato de, na Bahia, o partido ser comandado em sua maioria por homens, contando com pouquíssimas mulheres na liderança. É um partido que não abre espaço para que mulheres se fortaleçam e se lancem candidatas. Um exemplo é

que, durante os 13 anos em que esteve no PT, ela nunca viajou para fora de Salvador, sem oportunidade para conhecer o PT nacional, situação oposto a atual, no PSOL.

Berenice saiu do Partido pela falta de espaço para crescer e pela oportunidade que se abriu em um outro partido. Num primeiro contato, ela não interessou pelo novo partido, porque achava que todos os partidos eram iguais, mas mudou de ideia pelo fato de o movimento social ao qual era ligada, o MTL, tinha laços com esse partido.

Com todos os problemas comuns aos partidos políticos, Berenice acredita ser indispensável participar de um porque isso faz com que a sua luta não seja individual, solitária, mas uma luta coletiva, pois, por mais que as ideias e pensamentos sejam diferentes, todos se defendem e lutam juntos.

#### *9.1.2.4 Trajetória no PSOL*

Após a saída do PT, por causa do MTL, Berenice se filiou ao PSOL. Ela carregou para o novo partido mais 36 pessoas oriundas dos sindicatos onde ela militou. Assim que entrou no partido entre 2010 e 2011, já assumiu a vice-presidência. Isso foi facilitado pelo fato de tratar-se de um partido novo, pequeno, com oportunidades para todos e com muitas vagas ainda não ocupadas. A sua condição de mulher preta, oriunda de movimentos sociais, abriu as portas no partido. Desde que entrou no PSOL ela sempre foi da executiva.

Assumir a executiva do PSOL naquele primeiro momento, sem nenhuma experiência, foi um desafio. Ela se movimentou, articulou-se, assumiu várias responsabilidades, conseguindo se fortalecer dentro do partido. Com isso ocupou várias pastas no partido, permanecendo até hoje na executiva. Atualmente ela é diretora de política interpartidária.

Quando Berenice entrou no PSOL, a direção era ocupa por homens, pelo fato de ainda não contarem com mulheres. Mas em 2010, Zilmar Alverita concorreu ao Senado. No congresso nacional do PSOL, em 2015, foi fortalecida a luta para a construção de figuras públicas femininas no partido, a partir de então, Berenice engajou-se nesse propósito. Com a eleição de Zilmar Alverita para a presidência municipal do PSOL em Salvador foi possível organizar uma frente de mulheres pretas no PSOL, então muitas mulheres pretas passaram a se filiar e a militar no PSOL, entre os anos de 2017 e 2018.

Berenice atribui o crescimento da filiação de mulheres pretas em virtude da identificação com as pautas sociais trazidas do partido, pelas quais as mulheres se enxergam como sujeitas e também como consequência do assassinato de Marielle Franco. Ela conclui que após essa violência, muitas mulheres passaram a se colocar como candidatas, por inspiração pela frase de Marielle “somos sementes”. Esse movimento brotou no partido não

só em Salvador, mas na Bahia inteira. Berenice ainda destaca a influência da sua luta por mais participação feminina, em especial dentro dos movimentos de moradia, pois, em 2020, o partido lançou uma candidata à vice-prefeita de Salvador, uma mulher da direção de um movimento de moradia. Contudo Berenice indica a complexidade da questão, porque ao mesmo tempo em que é necessário que as lideranças femininas do movimento social ocupem os espaços na política, não se pode descuidar desse lugar nos movimentos. Berenice insiste que ela é do movimento de moradia, essa é sua origem, condição e o que ela representa. Ela está no espaço da política porque ela é do movimento de moradia, é a partir desta posição que ela se coloca dentro do PSOL. Berenice realça que essa posição se relaciona com uma das forças políticas que compõe o PSOL, que é a Revolução Solidária, que tem como grande figura pública, Guilherme Boulos, que se coloca também dentro desses espaços como do movimento de moradia.

O PSOL é um partido formado por forças políticas, e Berenice gosta de usar essa expressão, ao invés de corrente política. Isso porque ela sente que correntes aprisionam, em contraste, força vem de fortaleza, e é isso que uma força política faz: fortalece os membros enquanto coletivo e fortalece o posicionamento, gerando o debate construtivo. Ela transitou por várias forças políticas, algumas que foram desfeitas, sempre lutando para garantir mais espaço para as mulheres. Atualmente está na força política revolução solidária, na qual ela tem facilidade para trazer mulheres negras. Em 2019, na Bahia, aconteceu o encontro de mulheres do PSOL/Brasil, nessa ocasião elas se organizaram e conquistaram uma vaga para a Setorial Nacional, para a qual Berenice indicou uma companheira da sua força política, que era mulher preta, atualmente essa mulher é dirigente nacional da setorial de mulheres do PSOL, isso é o que Berenice quer: lutar, fazer enfrentamentos para que mais mulheres cresçam.

A força política de Berenice no PSOL também indicou a candidata à vice-prefeitura de Salvador e ao Senado, então dentro da sua tendência política, ela não encontra dificuldades para inserir mais mulheres. Entretanto, em relação ao partido como um todo, há barreiras, especialmente quando se trata de colocar as candidaturas femininas na primeira faixa, para receber recursos financeiros. Nesses casos os enfrentamentos são maiores, ela percebe que há menos desgaste quando se trata de candidaturas masculinas e isso pode desmotivar as mulheres dentro do partido.

O espaço no PSOL/Bahia para as mulheres é construído com muita garra e enfrentamento, a setorial de mulheres recebe 5% do fundo partidário, proporcionando uma

certa independência, isso permite à Berenice, enquanto uma das dirigentes da setorial de mulheres, realizar atividades e cursos de formação nos municípios, visando fortalecer as mulheres dentro do partido. Então a setorial de mulheres, para Berenice, é uma forma de lutar pelos espaços e fortalecer as mulheres no partido, independente de reunir mulheres de forças políticas diferentes, pois o propósito é um só. Ela relata, por exemplo, um episódio de violência sofrido pelas mulheres, no congresso nacional de 2021, em que a setorial de mulheres convocou todas as mulheres a gravarem um vídeo de apoio às companheiras que sofreram violência, para constranger os homens que cometeram a violência, demonstrando que todas estão unidas na busca pela construção do espaço feminino dentro do partido.

Para aumentar a participação de mulheres negras, periféricas, lésbicas dentro do PSOL, Berenice acredita que ser necessário realizar uma escuta com estas mulheres, levantando as dificuldades enfrentadas nos processos de candidatura, de filiação, de participação no partido. Isso porque ela não pode falar no lugar de fala de outras mulheres que possuem outros marcadores sociais, diferentes do dela. A partir desta escuta, é preciso partir para construir um documento, a ser encaminhado para discussão dentro do partido, a fim de que sejam construídos mecanismos que atendam às necessidades identificadas, sanando-as. Esse processo já está sendo construído por ela e por sua força política, a Revolução Solidária.

#### *9.1.2.5 Trajetória Política*

A primeira candidatura, para deputada federal, de Berenice foi em 2014. Foi um período complicado porque o partido ainda não recebia fundo eleitoral. Ela estava trabalhando no setor hoteleiro e a única alternativa para manter o emprego e a campanha foi trabalhar no turno da madrugada, durante o dia, participava dos atos e mobilizações da campanha. Ela fez absolutamente tudo sozinha na campanha: coordenou, financiou, fez a mobilização. No final da campanha, estava exausta. Ela obteve 911 votos

Em 2018 Berenice se candidatou novamente à deputada federal, quando recebeu verba, o valor não era muito alto, mas ela já conseguiu estruturar um pouco melhor a campanha e, como ela não estava trabalhando, foi mais tranquilo participar de todos os atos da campanha. Nesta eleição ela obteve 1.500 votos.

Em 2020 Berenice formou a chapa de candidatura coletiva para vereança “Pretas por Salvador”. Uma das três mulheres que compuseram essa candidatura coletiva era conhecida sua, em um outro momento elas foram da mesma força política e construíram a setorial de mulheres juntas. Esta companheira apresentou uma outra, Bianca. Unidas as três, elas

acertaram todos os detalhes e começaram a fazer campanha. A inspiração de Berenice e suas companheiras para a chapa coletiva foi a chapa coletiva pernambucana com cinco mulheres, “Juntas”, que em 2018, “Juntas”, foi eleita para o cargo de deputada estadual.

Berenice avalia como positiva a campanha em uma chapa coletiva. Na época, Bianca entrou em trabalho espiritual, ficando recolhida durante boa parte da campanha, participando apenas na reta final. Mas ela e Maria nada de cada uma ir para um lugar diferente, porque juntas nos lugares, a campanha se fortalecia e Berenice não tinha a sensação de estar sozinha, como aconteceu em 2014. Nessa campanha elas conseguiram a maior verba do partido, o que facilitou ter uma coordenação de campanha contar com mobilização para acompanhá-las nas atividades, produzir material gráfico diversificado, atendendo as diferentes pautas a serem debatidas com os diferentes grupos da população, contar com três automóveis para o deslocamento da equipe etc.

Com uma verba maior foi possível fazer uma mobilização maior, então uma candidatura com poucos recursos financeiros se torna muito mais difícil. Este é um enfrentamento que o PSOL vem levando a cabo: buscar garantir verba do fundo eleitoral, para que os candidatos possam fazer a campanha, não dependendo de contribuição privada, pois para Berenice quem investe na campanha, quer retorno. Na medida em que o PSOL é contra essa dependência, há a defesa do fundo eleitoral e investimento para que o partido obtenha este fundo.

A candidatura coletiva “Pretas por Salvador” foi beneficiada financeiramente pelo fato de Berenice e sua companheira, Maria, terem sido indicadas como candidaturas prioritárias de suas forças políticas, duplicando os recursos de “primeira faixa”, que são os mais altos, uma vez que se referem a situações prioritárias. Além disso, a chapa foi registrada no cadastro de pessoa física de Maria, que é mulher negra e lésbica, condições que ampliam o montante de recursos para a campanha pelo fato de ter fundos específicos para minorias. Todo o montante reunido contribuiu para o desenvolvimento de uma campanha forte que resultou no total de 3.635 votos. Berenice confessou que, no início, as pessoas não acreditavam na chapa, porém, as três se mantiveram sempre confiantes.

Em 2022 Berenice se lançou para deputada estadual, pela chapa coletiva “Pretas pela Bahia”, com mais três companheiras, conquistando um total de 6.270 votos. Elas ampliaram os votos na capital, Salvador, em relação ao total conquistado pelas “Pretas por Salvador”, segundo Berenice, essa multiplicação se deve à construção que foi feita durante a campanha e ao longo do mandato das pretas por Salvador nesses dois anos.

A votação das “Pretas por Salvador” e das “Pretas pela Bahia” na Pituba, bairro de classe média de Salvador, foi superior ao conquistado em bairros da periferia. Bernadete avalia que isso se deve ao fato de o voto na Pituba ser mais ideológico, destacando o êxito do PSOL na conquista deste eleitor. Ela ainda conclui que, atualmente, a população das periferias vive muita carência, com demandas assistenciais, que as Pretas não conseguem dar conta, elas não conseguem levar cesta básica, asfaltar a rua, essas são demandas efetivadas por quem ocupa o poder público, por quem dispõem de muitos recursos para ações clientelistas. Já a classe média não depende disso, então não está sujeita a compra de votos e vota orientada por ideologia.

#### *9.1.2.5.1 Câmara Municipal de Salvador*

Todos os dias na Câmara Municipal de Salvador, Berenice e suas companheiras do mandato coletivo, fazem enfrentamentos, em especial com vereadores que se negam a reconhecer o mandato coletivo, que afirmam que se o delas é coletivo, os deles também são, pois obtiveram muitos votos e que representações importantes votaram neles. Além disso, a companheira Maria, cujo CPF está vinculado à diplomação, sofre violência política constantemente, sendo chamada de “mimizenta” e de “chorona” por causa de seu comportamento emocionado no púlpito, em razão da representação espelho que desempenha, manifestando sua posição enquanto mulher negra, lésbica, candomblecista, gorda. Os vereadores também a denominam de “Maria quica pelo salão”, em referência a uma bola, já que ela é uma mulher gorda.

Já com Berenice, alguns vereadores lançam olhares de desprezo, por ela ser uma mulher negra e que aquele espaço não é para mulheres negras. Então Berenice considera a Câmara Municipal de Salvador um ambiente opressor, machista e conservador, árido para uma mulher estar lá sozinha e o mandato coletivo as fortalecem para fazer esse enfrentamento. Além disso, Berenice acredita que com o tempo se vai conhecendo as facetas e mecanismos do ambiente, sendo possível impor respeito, mesmo com os enfrentamentos diários.

#### *9.1.2.5.2 Candidaturas coletivas*

Berenice integra, na Bahia, o primeiro mandato coletivo e, conseqüentemente, a primeira candidatura coletiva da Bahia. Ela acredita que esse formato é um novo modelo de fazer política, que fortalece o mandato e fortalece as pessoas que o compõe esse mandato. Estão surgindo, cada vez mais, candidaturas coletivas pelo Brasil, então, para ela, essa é a nova forma de fazer política.

A partir da experiência, Berenice aponta que para uma candidatura coletiva funcionar é necessário que as pessoas que irão compô-la se conheçam, comunguem dos mesmos ideais. Ela compara a candidatura coletiva a um casamento, que compartilha as mesmas ideias, mesmo existindo divergências, é necessário dialogar e entrar em um consenso. Ela relata que por falta de consenso muitas candidaturas estão se desfazendo, seja porque a dona do CPF exonerou as companheiras, seja porque a dona do CPF desistiu e o mandato acaba sendo substituído por suplentes.

Berenice e suas companheiras têm orientado pelo interior da Bahia sobre o funcionamento das candidaturas e mandatos coletivos, buscando fortalecer essa nova forma de fazer política, que não está mais pautada na competitividade, mas sim no coletivo. Busca-se, ainda, a regulamentação para essas candidaturas.

### *9.1.3 Trajetória de Joana*

Nome fantasia: Joana

Local de origem: Teresina/PI

Ano de nascimento: 1987

#### *9.1.3.1 Trajetória familiar*

Joana é uma mulher negra, periférica que nasceu em Teresina/PI, onde viveu até 2018, quando se mudou para Salvador/BA, mas sua família ainda mora lá, mas a sua família tanto a paterna quanto materna, não são de Teresina.

A família materna era do interior do Maranhão, e após o falecimento do bisavô de Joana, eles migraram para o interior do Piauí, para cultivar em umas terras que o bisavô tinha, entretanto, com a seca, não conseguiram produzir e migraram de cidade em cidade até chegarem em Teresina, em busca de emprego e acesso à educação, que sempre foi uma preocupação da família, mesmo os patriarcas sendo semianalfabetos. Já a família paterna de Joana era do interior do Piauí, trabalhavam com o extrativismo e a agricultura, e com a seca, migraram também para Teresina em busca de emprego, e passaram a ser operários em fábrica de tijolos.

Boa parte da família materna de Joana permanece morando na periferia de Teresina, outra parte saiu da periferia, devido ao acesso ao consumo a partir dos anos 2002, então como o acesso à educação sempre foi prioridade para a família, muitos tios de Joana, ingressaram na universidade, depois foram aprovados em concursos públicos, e com o acesso também aos programas habitacionais, eles acabaram saindo da periferia.

Os avós paternos de Joana quando foram morar em Teresina, moraram em uma ocupação, e coincidentemente essas terras, eram terras da União, que posteriormente foram usadas para construir a Universidade Federal do Piauí, e o pessoal da ocupação foi realocada para um terreno ao lado, e depois de um período esse bairro se tornou um bairro de elite. Então os avós de Joana continuavam pobres, mas morando em um bairro elitizado, com vizinhos ricos, que os respeitavam muito por ser um dos primeiros moradores do bairro, e por existir uma relação construída na igreja católica.

Durante uma reforma em casa, Joana e seus pais foram morar com os seus avós paternos, os vizinhos eram o prefeito, a secretária de saúde, pessoas ligadas a política da sociedade, além disso a família de Joana frequentava essa igreja, que era a igreja de Nossa Senhora da Vitória, considerada a paróquia dos ricos da cidade, nunca frequentaram a igreja do bairro em que morava, apenas essa igreja, e isso faz muita diferença para ela, pois ela tinha contato direto com a elite da cidade, mesmo a família sendo muito pobre, eles morarem na periferia, muitas vezes tendo que contar as moedas para pegar transporte público.

Mesmo morando em um bairro periférico, as relações de Joana não foram construídas nesse bairro, mas sim no bairro de seus avós, através da igreja e da escola, e os pais empregavam todos os esforços para que eles realmente não tivessem contato com as pessoas do bairro, pois existiam ocupações muito próximas e a questão da violência era muito presente. Então Joana e seu irmão, tinham uma rotina em que eles só iam para escola, igreja e casa. Por causa da situação econômica enfrentada tanto pela família paterna, quanto materna, os pais de Joana faziam o maior esforço para que ela tivesse uma educação de qualidade, e Joana gostava muito de estudar, porque ela sentia que isso a aproximava dos pais.

Durante a adolescência Joana teve um namorado, que não era da mesma escola que ela, mas que frequentava a mesma igreja, e era da elite da cidade, pois era filho, de um advogado e de uma bancária.

Em 2011, em razão de conflitos familiares, em decorrência do posicionamento político à esquerda de Joana, ela passa a morar sozinha. E em decorrência da militância partidária, ela muda-se constantemente de Estado, morando com amigos nos Estados em que passa, possuindo atualmente, residência no Rio de Janeiro e vendo a sua família apenas duas vezes por ano, o que ela considera um fator que a impossibilita de ser mãe ou ter um companheiro.

#### *9.1.3.2 Trajetória de trabalho*

Durante a adolescência Joana trabalhava informalmente, na loja de bijuterias de seu tio. Seu primeiro trabalho formal, foi quando completou 18 anos. Posteriormente ela

conseguiu um trabalho no TRE, mas teve que sair, pois seu tio era servidor público do TRE, e nesse período foi aprovada a Lei de nepotismo. Depois, trabalhou em uma escola com oficinas de educação em direitos humanos, através de um edital do MEC, mas em 2016, com o golpe sofrido pela presidente Dilma, o programa foi cortado, e Joana passou um tempo vivendo do dinheiro que tinha juntado naquele programa.

Ao se filiar ao PSOL, e começar a militar ela passou a ser chamada para trabalhar na coordenação de várias candidaturas, espalhadas pelo Brasil. Então hoje, a questão da militância, para Joana, é uma forma de emprego.

### *9.1.3.3 Trajetória estudantil*

Joana sempre frequentou escolas privadas, mesmo os pais não tendo dinheiro para custear, eles sempre fizeram questão que ela frequentasse uma escola de qualidade, então ela como tinha um rendimento escolar muito bom, fez concurso de bolsas e foi contemplada, estudando assim, durante o ensino fundamental em uma escola católica e no ensino médio em uma escola preparatória para Universidade. Essas escolas ficavam distantes do bairro em que morava, era necessário um deslocamento de 50 minutos de ônibus, até os 12 anos de idade os pais a levavam de ônibus ou ia de carona com um vizinho que estudava na mesma escola, após os 12 anos passou a ir de ônibus sozinha ou ainda de carona com o vizinho.

A sua relação na escola sempre foi muito tranquila, fez grandes amigos, tinha uma relação boa com os professores por ser muito estudiosa. Foi também muito participativa durante esse período, participava de feiras, campeonatos esportivos e qualquer mobilização. Mas na escola em que estudou não tinha grêmio estudantil, por ser uma igreja católica, o único grupo articulado juvenil que Joana participou, foi o grupo de jovens da igreja católica.

A primeira mobilização, que ela participou nesse período, foi quando estava na oitava série e os professores da escola privada fizeram uma paralisação por melhores salários, então ela acompanhou a caminhada, porque achava válida a pauta, inclusive deu uma entrevista para um jornal local defendendo a pauta da categoria.

Durante o período escolar Joana não sofreu racismo, pois seus pais faziam “malabarismos” para apagar a negritude dela, além disso o ambiente elitizado que frequentava, bem como a sua personalidade comunicativa, que permitia com que ela fizesse amizade com todos, fez com que ela adentrasse esses espaços, sem sofrer qualquer tipo de preconceito, e que a sua origem de classe fosse camuflada. Além disso, por causa das relações de amizade do pai dela, construídas na igreja católica, o pai conseguia para ela vários

ingressos de festas da cidade, ela ganhava muitas roupas seminovas e “descoladas” da filha do patrão do pai, que faziam com que todos quisessem ser amigo dela.

No ensino médio Joana também conseguiu uma bolsa, e um desconto no cursinho preparatório para pré-vestibular, vinculado a essa escola ela conseguiu esse desconto na mensalidade, porque o dono da escola era da mesma igreja que sua família. E para manter a bolsa Joana estudava muito, mas foi algo que sempre fez por prazer também, ela sempre gostou muito de estudar, como forma também de se aproximar dos pais, que gostavam de ter uma filha que era uma boa aluna. Já seu irmão, não estudava na mesma escola que ela, pois não tinha rendimentos escolares tão bons quanto o dela.

No final do ensino médio, Joana fez vestibular para universidade federal, para estadual, e para uma privada. Na universidade estadual ela foi aprovada no curso de comunicação (jornalismo) e na Federal em Direito, então ela se matriculou nas duas, para cursar ao mesmo tempo.

Quando começou a se envolver em projetos de extensão no curso de Direito, ficou inviável para ela conciliar o curso de Comunicação, pois além dos projetos de extensão ela jogava futebol, então ela desistiu do curso de Jornalismo, e continuou apenas no de Direito.

Na fase escolar os pais de Joana faziam muito esforço para apagar a sua identidade enquanto mulher negra, mas na Universidade as coisas começaram a mudar. A sala em que cursava direito a maioria eram homens brancos. Eram 50 alunos, 10 mulheres, sendo 06 negras, das quais, 03 eram Joana e suas duas amigas da época da escola, e ela começou a se sentir desconfortável em relação a isso, além de que o pessoal da sua turma era muito rico mesmo, o pessoal da escola não era tão ricos quanto o pessoal da universidade, os colegas de sala de Joana, eram filhos de grandes empresários, prefeitos de cidades do interior, do presidente da Fecomércio. Ela passa a triangular a sua experiência em uma comunidade, no projeto de extensão, e o espaço da sala de aula, então ela passa a perceber que ela se aproximava muito mais das pessoas que estavam na comunidade do que com as pessoas na sala de aula, e aí ela passou a entender de fato que não era uma mulher branca.

E isso se firma quando estava ocorrendo na Universidade a feira do Convênio Brasil e África, que era um programa do governo federal que abria vagas dos cursos para pessoas da África, e eles vinha estudar, ficavam sem bolsa e para arrecadar dinheiro realizam essa feira. Nessa feira Joana decidiu fazer tranças no cabelo, ela nunca tinha alisado o cabelo porque ele possuía cachos mais abertos, não fica “armado”, ela conseguia prender e deixar nos padrões. E quando ela chega em casa com as tranças, o pai, um homem negro a questiona e afirma que

ela não é negra que ela é morena. Diante disso Joana sentiu a necessidade de participar do núcleo de pesquisa em identidades negras, e ela passou a ter mais contato com pessoas negras, começou também a fazer mais elaborações teóricas com base nas leituras marxistas e de Paulo Freire, presenciou as pessoas assumirem sua sexualidade, passarem pelo processo de transição capilar, e com isso foi desenvolvendo a sua identidade, e sentindo pertencente a um grupo.

#### *9.1.3.4 Trajetória nos movimentos estudantis e sociais*

A primeira participação de Joana em movimentos sociais se deu com o ingresso na UFPI, através do projeto de extensão Cajuína, que era uma assessoria jurídica popular. Ela ingressou nesse coletivo, porque a mãe soube que o filho de uma pessoa importante, do seu meio social participava, então ela pediu a Joana que participasse também.

Esse projeto era embasado teoricamente por Paulo Freire, e ele era destinado a educação popular em direito nas comunidades, e possuía três eixos, Juventude, Idosos e Comunicação Popular. Joana se inseriu no eixo de Comunicação Popular, pois possuía relação com a o curso de Comunicação, o qual estava cursando também, então ela ficou responsável pela rádio comunitária. Depois de um período essa rádio foi fechada, com a justificativa de que eles não poderiam ensinar direitos para as pessoas.

Joana, nesse projeto também construiu uma oficina de orçamento participativo, o que não gerou interesse nos moradores, pois eles acreditam que mesmo participando as coisas não mudam. E isso gerou um conflito interno para Joana, pois ela começa a desconstruir a experiência política que tinha vindo dos amigos do seu pai, sobre a social-democracia e a oportunidade de igualdade, em que se todos tiverem oportunidades iguais, todos irão ascender socialmente, e passa a conviver mais com a realidade do bairro, percebendo que a sua realidade econômica, se assemelha muito mais ao pessoal da comunidade, e aí ela passa a querer se organizar politicamente com o pessoal da comunidade. Entretanto, ela precisou se desligar do projeto de extensão, pois começou a trabalhar.

Joana participou, em Brasília, de um evento realizado em parceria do Ministério da Justiça, Ministério da Educação e OAB, para discutir os rumos da Educação Superior, ela percebe o conflito que há entre o que é ensinado em sala de aula e o que é a realidade na comunidade em que atuou no projeto de extensão, e a partir de então ela volta decidida a atuar, ingressa no conselho universitário com o objetivo de fazer um debate sobre o REUNI e políticas públicas para a educação nas universidades, mas ela não era organizada em nenhum movimento social ou partido político.

Joana militou também um período na UNE, para se aproximar mais dos debates da Universidade, pois no direito isso não era constante, já que era um curso formado majoritariamente por homens brancos, e ela passou a frequentar e ajudar a organizar os encontros nacionais, regionais. E então ela começou a fazer esse debate de políticas públicas na educação superior com mais gente, e se tornar uma referência para os alunos de direito, pois ela era uma mulher negra, em um ambiente com maioria de homens brancos. Nesse período estavam surgindo os primeiros coletivos de mulheres com debates feministas, mas Joana não participou de nenhum, porque ela não se identificava individualmente com nenhum. Ela se identificava com a política geral, e por isso passou a se aproximar da oposição de esquerda da UNE.

Joana, a buscava conhecer todos os posicionamentos políticos, em especial os da oposição de esquerda no ambiente universitário, na maioria dos espaços que buscou conhecer não se identificou, porque para ela os coletivos ligados ao PSOL tinham pautas interessantes, mas ela considerava muito pequeno. Ela se identificou mesmo com um coletivo ligado ao PSTU, mas esse coletivo não tinha em Teresina, era apenas uma referência nacional, e ela, com mais alguns amigos, que tinham o mesmo posicionamento que o dela, criaram um coletivo com diretrizes semelhantes ao que ela tinha se identificado, que foi o primeiro coletivo de negros de direito, da Federação Nacional de Direito, que buscava se organizar e discutir as políticas públicas para a população negra que estavam sendo implementadas na Universidade. Então foi o primeiro Movimento negro que ela participou de fato, o qual ela considerava o seu “quilombinho”, porque só apenas em 2017 que ela se organiza de fato no Movimento Negro.

Para Joana, o movimento estudantil é muito importante pois resgata a memória histórica das lutas e coloca as pessoas como protagonistas das próprias histórias. E nos movimentos estudantis a presença de mulheres era maioria, em especial no coletivo fundado por Joana, as mulheres estava mais em uma posição de organização, elas coordenavam os eventos, garantiam as estruturas, faziam as falas, e os homens não participavam das tarefas, sendo necessário sempre chamar atenção deles, de que aquele espaço era uma construção coletiva.

#### *9.1.3.5 Relação com partidos políticos*

O primeiro contato de Joana com a política, foi um contato mais referencial, através das relações construídas na igreja, pois os amigos da família eram políticos, como por exemplo o prefeito da cidade. E nesse período ela não entendia a política como presente no

cotidiano, mas sim como algo feito apenas por políticos, mas ela adorava eleições, principalmente porque em algumas eleições aconteciam comícios na sua casa, organizados por seus pais. Gostava também de assistir propaganda eleitoral, e queria tirar o título eleitoral para poder votar e ser candidata. Nesse período o referencial para Joana era PSDB, porque seu pai apesar de não ser filiado, ele tinha relação muito próximas com os dirigentes do partido em Teresina.

Joana começou a militar politicamente em 2000, mas não era filiada em nenhum partido, pois ela não se via organizada em nenhum outro espaço, pois ela achava o PCdoB muito radical e ela não gostava do PT, por causa da polarização e do posicionamento político à direita dos seus pais, além das críticas que fazia em relação aos desenvolvimentos e implementação das políticas públicas, em especial as voltadas para a educação, já que ela nesse período ela começou a estudar mais sobre políticas públicas de educação e sistemas de avaliação.

Após participar de uma mobilização que resultou no congelamento das tarifas de transporte público, pelo período de 06 anos, Joana entendeu que ela precisava se organizar coletivamente, que não adiantava estar apenas organizada no ambiente acadêmico, sem levar essas pautas para fora, e conseguir a transformação da realidade, e o partido político proporcionaria isso, essa representatividade que ela precisava para elaborar e propor políticas públicas. E nesse contexto, ela conhece o PSOL e se filia.

#### *9.1.3.6 Relação com o PSOL*

Joana se filiou ao PSOL em 2011, naquele momento o PSOL em Teresina era muito pequeno, formado em sua maioria por trabalhadores bem mais velhos, e Joana, desejando ampliar o partido começa um movimento para filiar mais pessoas.

No ano seguinte, ela viaja para Fortaleza para acompanhar a campanha de uma candidatura a prefeito, e se anima com a movimentação, e quando ela retornar para o Piauí, ela começa a conversar com as pessoas, na tentativa de oxigenar o partido, mesmo encontrando barreiras em relação aos filiados mais velhos, que se posicionavam contra essa movimentação. Assim, ela passa a organizar internamente o partido, filiando mais pessoas jovens, conseguindo, inclusive, que um companheiro do partido ~~se~~ torna-se diretor executivo da UNE. Na construção do Congresso Nacional do PSOL, mudou toda a diretora do PSOL de Teresina, assumindo os cargos, pessoas mais jovens. Então Joana, concretizou o seu objetivo de oxigenar o partido no Piauí.

Nas eleições de 2014, Joana, foi novamente para Fortaleza, ficou 03 semanas participando da campanha de uma candidatura, e ela se encantou por essa atribuição, e decidiu que era aquilo que queria fazer. Mas em 2016, ela pensa em sair da militância do partido, porque acredita que já tinha militado demais, e que já tinha feito muita coisa pelo PSOL do Piauí. Porém foi chamada para ajudar a construir a candidatura de Linda Brasil, em Aracaju, primeira mulher trans eleita para a câmara de vereadores de Aracaju, com 2.000 votos.

Quando acabou a eleição, ela decidiu voltar para Teresina, mas o pessoal do partido solicitou que ela fosse para o Rio de Janeiro, auxiliar na campanha do segundo turno, que infelizmente não foi eleita, mas trouxe muita experiência para Joana. Quando finalizou essa campanha, Joana voltou para o Piauí e decidiu dar um tempo na militância, mesmo tendo vivido coisas legais, ela tinha as perspectivas profissionais dela, então ela se afastou do partido, e foi cursar farmácia, em uma Universidade.

Durante o curso de farmácia, ela começa a organizar a Marcha da Maconha, em Teresina, o que a reaproximou da militância do partido, e foi solicitado que ela viajasse pelo interior da Bahia, para fazer as plenárias, apresentar as teses da força política que fazia parte, e tirar os delegados.

Joana foi, conseguiu êxito nesse processo, conseguindo tirar dessas plenárias o nome do candidato ao governador do estado que pertencia a sua força política. E daí surgiu o convite para ela, permanecer em Salvador coordenando a campanha desse companheiro, ela aceitou. Entretanto, houve o assassinato da vereadora Marielle Franco, que deixou Joana assustada e com medo, primeiro por ter conhecido e trabalhado com Marielle na campanha do segundo turno no Rio de Janeiro, e segundo a fez refletir sobre o que é ser uma mulher negra na política, então ela retorna para o Piauí.

Com muita insistência do pessoal do partido, Joana retorna para Salvador, para coordenar a campanha, mesmo com medo, principalmente pelo avanço da extrema direita, e por ser um lugar que ela não conhecia ninguém e precisava coordenar a campanha de um homem branco, que ainda que fosse um aliado, tinha momentos que era necessário um embate entre eles.

Durante esse processo de coordenação de campanha Joana teve muita dificuldade, porque o candidato era um homem branco, que já tinha sido candidato duas outras vezes, estava sempre na posição de presidente do partido, um pouco mais conservador, que não estava muito aberto ao novo, e ela era uma mulher negra, de 30 anos, em um processo de amadurecimento político, que estava naqueles espaços pautada nas experiências de construir o

novo. Então, diante disso, ela era desqualificada constantemente, ele a provocava constantemente, o que provocou um desgaste emocional enorme em Joana, mas que persistiu pela motivação do que era a campanha nacional.

O candidato fora eleito e Joana passa a ocupar o lugar dele na secretaria geral do partido, naquele momento a executiva do partido era formada basicamente por homens, e Joana passa por processos de violências e de invisibilização, na medida em que ela não tinha acesso as senhas dos sistemas e e-mail, e os outros dirigentes achavam que não tinham mesmo que dar a senha para ela, posteriormente ela teve a remuneração cortada, sem qualquer justificativa, até ser demitida do cargo, em meio a pandemia, quando teve que empreender muitos esforços para se manter na cidade.

Joana aponta que essas violências também são enfrentadas por outras companheiras do PSOL Bahia, que acabam se afastando desses espaços, mas o que ameniza é que existe uma setorial de mulheres fortalecidas, que luta em defesa de maior ampliação desses espaços para as mulheres.

No geral, Joana manteve boas relações com o pessoal do partido, mas algo que ela observou no PSOL Bahia, em relação aos demais estados é que as relações no PSOL Bahia são mais líquidas, as alianças não são sólidas e se pautam muita mais nas relações pessoais do que institucionais, são sempre as mesmas pessoas, nos mesmo lugares, se solidificando, em um momento algumas alianças são rompidas, outras são construídas, depois desfeitas, mudam-se as tendências de nome, mas não as pessoas que a compõem, então na visão das pessoas dos outros estados o PSOL Bahia é uma bagunça.

Mesmo diante desses processos de violência, Joana encara como experiências que a ajudaram amadurecer e criar uma blindagem para permanecer nesses espaços e construir resultados positivos, em relação a renovação do partido, conseguindo que pessoas mais jovens, com menos de 40 anos ocupassem cargos na executiva estadual e nacional.

Joana acredita que para o PSOL Bahia tem dificuldade de crescer, porque a Bahia é governada pelo PT, com um progressismo muito limitado, que também é presente em alguns membros do PSOL, além de que no momento do racha entre o PT, que originou o PSOL, não houve deslocamento de grandes figuras públicas para o PSOL Bahia. Além disso, Joana acredita que dentro do partido não existem táticas eleitorais para privilegiarem as novas figuras que surgem, como mulheres negras, pessoas jovens, especialmente em relação aos financiamentos em que essas candidaturas sempre ficam na última faixa de financiamento, dentro do partido. E isso para ela, favorece as eleições das mesmas figuras do partido.

Em 2022 Joana teve a oportunidade de trabalhar na candidatura de uma figura pública indígena que foi eleita deputada federal, em São Paulo, com uma votação muito grande, e para Joana foi uma grande experiência construir coletivamente essa candidatura, principalmente conseguir visualizar que a política pode ser feita através de outros valores, diferentes dos que estão postos.

Joana, através da tendência política que participa, viajou, durante um período para alguns países europeus e da América do Sul, para participar de congressos mundiais e reuniões com os parlamentos para discutir sobre o avanço da extrema direita no Brasil, e a necessidade de uma renovação política, especialmente nos partidos de esquerda, para frear esse avanço. E a partir dessas participações, Joana passou a assumir a Secretária de Relações Internacionais do PSOL.

Com as experiências de Joana, ela afirma que no PSOL de outros estados existe muito espaço de abertura, principalmente para a nova geração, e isso, para ela, foi demonstrado com os resultados positivos das eleições federais de 2022, em que mostrou a possibilidade de uma nova forma de fazer política, e como isso possibilitou as eleições de mulheres indígenas, mães. Mas no PSOL Bahia, esse processo de renovação já é muito mais difícil, mas está caminhando para acontecer, pois Joana passou um período viajando pelo interior da Bahia, buscando filiar pessoas, e houve uma cidade da Bahia, em que foi criado um diretório municipal só de mulheres, e elas já estão se preparando para disputar as eleições de 2024.

## **9.2. Elementos centrais das trajetórias das lideranças entrevistadas do PSOL/BA**

### *9.2.1 Resumo Trajetória Clarissa*

Clarissa é uma mulher que se autodeclara negra, em que pese em alguns locais ela ser lida como uma mulher branca, é oriunda de uma família de classe média da cidade de Vitória, no estado do Espírito Santo. Engravidou muito jovem, residindo junto com o seu companheiro, que assim, como ela era militante do PSOL, na casa da sua mãe, posteriormente ambos se separaram, tendo Clarissa vivenciado violências no processo em que perdeu a guarda do seu filho para o genitor.

No período em que tramitava o processo de guarda, Clarissa estava na cidade de Feira de Santana, Bahia, a passeio com seu namorado, atualmente companheiro, e encontrou o apoio dele e de sua família, para enfrentar o momento difícil em que vivia, fazendo com que ela decidisse residir em Feira de Santana, até o presente momento.

Ela e o seu atual companheiro se conheceram em 2008, período em que ela foi candidata à vice-prefeita de Vitória, os dois faziam parte da mesma força política do PSOL, posteriormente se reencontraram em São Paulo, no período em que Clarissa residia lá, exercendo o trabalho de coordenação de campanha de um determinado candidato. Hoje eles são casados e tem uma filha, que é uma menina branca, e Clarissa pauta a sua educação baseada no feminismo, na consciência de raça e classe.

A Clarissa sempre fora atribuída muitas responsabilidades, desde nova, como por exemplo, os cuidados com o seu irmão mais novo, e isso a tornou uma mulher responsável e comprometida e que sempre buscou se posicionar e seguir o caminho no qual acredita, mesmo tendo passado por diversos processos de violência, como já abordado.

O ensino fundamental, Clarissa cursou em uma escola pública de aplicação que ficava no campus da Universidade Federal, a qual ingressou através de sorteio, onde teve contato com as primeiras mobilizações estudantis e assembleias. No ensino médio, Clarissa, conseguiu uma bolsa para estudar em uma escola particular, a qual era frequentada pela elite de Vitória, nesse período ela passou a vivenciar como questão de raça influenciava na sexualidade, tendo em vista que apenas ela e uma colega de classe, que era negra retinta, tinha dificuldades de se relacionar afetivamente. Além disso, ela passou a dar escova em seu cabelo, que era uma parte identitária muito importante para ela, demonstrando assim, que o racismo em que convivia diariamente, a impactava de forma inconsciente, naquele período, pois hoje, Clarissa consegue fazer uma leitura, de que naquela época, o fato de usar o seu cabelo escovado ou apenas preso, era um reflexo do racismo.

Durante o ensino superior, na Universidade Clarissa, passa a ter o seu segundo contato com os movimentos estudantis, e lá ela passa a militar de fato, em vários fóruns, coletivos e movimentos sociais, tais como o Fórum de Vidas Negras. E dali que surge o seu debate teórico a respeito do feminismo, a fazendo perceber que ela era feminista, desde o ensino médio, em que mesmo, timidamente, já construía um debate sobre a liberdade sexual. Entretanto, dentro do movimento estudantil Clarissa, conseguia identificar o machismo presente, e a posição de subalternidade na qual as mulheres eram colocadas, quando eram organizados eventos, e as mulheres é que tinham toda a responsabilidade de construir e garantir toda a estrutura dos eventos.

Clarissa, militou em alguns movimentos sociais, tais como o MST, em Vitória, através de estágio de vivências, no qual ela observou situações cotidianas, nas quais o machismo se fazia presente. Militou também no movimento negro, e posteriormente quando foi morar em

Feira de Santana, ajudou a construir uma ocupação. Toda a trajetória de Clarissa nos movimentos sociais, especialmente em Feira de Santana, a fizeram conhecer as estruturas dos movimentos sociais, bem como criar conexões e fortalecer relacionamentos, contribuindo assim, para o aumento do seu capital social, que posteriormente, foi convertido em capital político.

Clarissa sempre encarou a militância partidária como uma forma de trabalho, viajando, para outros Estados para coordenar campanhas partidárias, e tendo poucos trabalhos formais, e os que teve tiveram estrita ligação com as relações estabelecidas dentro da organização partidária. Tendo em vista, que para as mulheres que se dedicam a vida política, aqui não limitado só a cargos políticos, mas também a militância partidária, encontram certas dificuldades para conciliar a carreira política com os vínculos formais de emprego. Informalmente vendeu artigos de prata e de sexy shop para complementar a renda, bem como exerce a função de doula, por incentivar a prática do parto humanizado, em decorrência a violência obstétrica sofrida, que podemos apontar como mais uma violência de gênero sofrida por Clarissa.

A primeira participação de Clarissa na política foi no ano de 2008, quando já era filiada ao PSOL, e foi necessário, mesmo sem vontade, e dúvidas a respeito, que Clarissa se candidata-se a vice-prefeita de Vitória, tal candidatura foi um processo traumático para Clarissa, que pouco se recorda as vivências daquela campanha, mas lembra-se que não participava das tomadas de decisões, e que principalmente não ajudou a construir nada relacionado a candidatura. A sua segunda participação, ocorreu em 2020, como candidata a prefeita de Feira de Santana, em uma decisão coletiva, que mais uma vez sobrepuja os interesses do partido, sobre os interesses individuais, nesta candidatura, Clarissa participou de cada etapa, ajudou a construir de fato, a candidatura, entretanto, após as eleições, no período de prestação de contas, ela sofreu violência política, de membros do próprio partido, da qual resultou a sua inelegibilidade para o ano de 2024.

Diante do que ocorrera nas eleições de 2008, bem como nas eleições de 2020, verificamos que Clarissa passou por processos de violência política, que a impactaram de maneira significativa, tendo inclusive a sofrida no ano de 2008, criou uma espécie de bloqueio emocional, que impedia que Clarissa, novamente se colocasse a disposição do partido para pleitear qualquer cargo político. E a violência sofrida em 2020, funcionou como uma espécie de gatilho, fazendo com que a mesma, rememorasse o processo violento de 2008, tendo inclusive, que retornar a psicoterapia.

Em que pese, o PSOL ser um partido de esquerda, com pautas relativas à equidade de gênero, Clarissa aponta que a relação entre PSOL Bahia e as mulheres, é uma relação complexa, pois os homens que estão no cargo de poder não tem interesse em ceder espaço para que as mulheres os ocupem, tampouco respeitam resoluções internas que proporcionem a equidade de gênero, e que todas as conquistas internas das mulheres foram frutos de muita luta, e fortalecimento do coletivo através da setorial de mulheres. Fazendo assim, com que percebamos que mesmo dentro de partidos políticos posicionados à esquerda, o machismo, ainda impede que as mulheres ocupem os espaços de tomadas de decisão.

Diante disso, Clarissa acredita que a baixa representatividade feminina nos espaços de tomada de decisões não se dá exclusivamente pela disposição das mulheres em participar do processo eleitoral, mas sim em razão do machismo, tanto da sociedade como um todo, quanto dentro do próprio partido, e que só uma reforma política, que responda as desigualdades no processo eleitoral, seja aplicando penalidades mais firmes a quem descumprir as regras, especialmente as relativas a equidade de gênero, conseguiria garantir de forma mais ampla a participação feminina.

### *9.2.2 Resumo Trajetória Joana*

Joana é uma mulher negra, periférica de Teresina (Piauí), entretanto sua família, tanto paterna, quanto materna, não são oriundos de lá, são do interior do Piauí e do interior do Maranhão, que devido à seca e a situação de vulnerabilidade que vivenciaram se mudaram para Teresina. Para a família de Joana, a educação era um meio de ascender socialmente e ter acesso a bens de consumo, por isso, os estudos de Joana sempre foram incentivados, e para ela ser estudiosa a aproximava de seus familiares.

Diante disso, Joana sempre estudou em escolas e cursinhos pré-vestibulares, particular, na condição de bolsista, tendo em vista as relações sociais que seus pais construíram com a elite de Teresina, através da Igreja Católica. Logo, Joana, durante a sua adolescência sempre transitou entre a elite, e com as roupas caras e ingressos para festas, que seu pai conseguia para ela, através dessas relações, além de “malabarismos” que ele fazia para tentar apagar a negritude dela, nunca teve dificuldades em se relacionar com as pessoas ou sofreu racismo, em que pese ser uma mulher negra.

A sua autoidentificação como uma mulher negra, moradora de um bairro periférico, aconteceu quando ela ingressou na Universidade Federal, no curso de Direito e passou a participar de um projeto de extensão, que visava a operacionalização de uma rádio popular com programas informativos acerca dos direitos. Logo, com a aproximação com a

comunidade Joana passou a perceber que a sua realidade se assemelhava muito mais a realidade daquela comunidade, do que a do ambiente da Igreja Católica, em que frequentava, fazendo com que despertasse nela a necessidade de entender e estudar mais sobre identidades, o que posteriormente, a fez entender os processos pelo qual passou e se sentir pertencente de fato, a um determinado grupo social. Pois, em que pese as suas relações sociais serem construídas com a elite, ela era moradora de um bairro periférico, a família não tinha recursos econômicos, passavam por algumas privações, o que a fazia não se sentir parte, de fato da elite, tampouco do bairro, tendo em vista, que seus pais sempre empreenderam grandes esforços, para que ela e seu irmão não tivessem relações com as pessoas do bairro, por ser considerado um local violento.

O primeiro movimento estudantil do qual Joana participou, foi fundado por ela e por alguns colegas, que foi o primeiro coletivo de Negros de Direito, da Federação Nacional de Direito, o qual buscava discutir e organizar as políticas públicas, implementadas na Universidade, para a população negra. O que trouxe para Joana grande visibilidade, tendo em vista ser uma das poucas mulheres negras que cursavam Direito na Universidade Federal, e que fundou um coletivo, que até então, era apenas uma referência nacional.

Joana se identifica tanto com a discussão sobre políticas públicas e educação, que decidiu se filiar ao PSOL, por entender que para transformar a realidade, especialmente a realidade da educação brasileira, ela precisava estar organizada coletivamente, para além dos muros da Universidade, pois só assim teria representatividade. No período em que se filiou ao PSOL, este era majoritariamente formado por homens mais velhos, então Joana, após conhecer a realidade do partido em Fortaleza, iniciou um movimento de filiação em massa, para fortalecer e oxigenar o partido, e conseqüentemente acabou encontrando barreiras por parte dos diretores, mais velhos.

Com a filiação em massa, e as articulações do Congresso Nacional do PSOL, foi possível a renovação de toda a diretoria, para pessoas mais jovens, concluindo, assim, Joana, o seu objetivo de oxigenar o partido em Teresina.

Diante disso, Joana passou a militar ativamente no partido, viajando por vários estados brasileiros, para auxiliar nas coordenações de campanhas de candidaturas importantes dos diretórios estaduais e municipais. Durante o período nas coordenações, Joana obteve vários sucessos, aqui entendidos como a eleição das candidaturas em que trabalhou, mas também enfrentou episódios de violência política, especialmente no PSOL Bahia. Tais episódios de violência ocorriam por ela ser uma mulher negra e muito jovem, e se davam através da

invisibilização, cortes de remuneração e de senhas para acessar os sistemas necessários ao desempenho da função.

E com o que ela vivenciou, em conjunto com que as outras companheiras sofriam, Joana aponta que o partido também é um espaço em que o machismo se perpetua e dificulta o acesso das mulheres aos cargos eletivos bem como de direção dentro dos partidos, apontando também a setorial de mulheres como um espaço em que as companheiras de partido se fortalecem e brigam juntas para ocupar os espaços. Além disso, para Joana, com base no observado no PSOL em outros estados, no PSOL Bahia as relações são mais líquidas, que são pautadas pelos relacionamentos individuais em detrimento dos relacionamentos institucionais. Joana encara essas violências sofridas, como forma de experiência e fortalecimento para permanecer ocupando esses espaços, bem como para incentivar que outras mulheres também ocupem esses espaços.

Joana teve poucos trabalhos formais, pois encara a militância e organização partidária como forma de trabalho, inclusive hoje, estando a frente da secretaria de comunicações internacionais do PSOL, e acredita que tivesse um trabalho formal isso a afastaria das atividades partidárias. Outro fator, que Joana também aponta que seria um entrave a sua militância partidária, seria a constituição de um relacionamento ou de filhos, tendo em vista não possuir, uma residência fixa, mudando-se de estado para estado, constantemente, o que dificulta até mesmo a sua convivência com sua família (pais, irmãos, avós, etc).

No que tange a família, a opinião e bem-estar de sua família tem um grande peso para Joana, que não se candidata, para não gerar desconforto entre a família, tendo em vista seus posicionamentos diante de temas caros a sociedade que são extremamente divergentes, preferindo assim, agir nos bastidores, e empoderar mulheres, especialmente mulheres jovens a ocupar os espaços de tomadas de decisão, que a tanto tempo nos foi preterido. Além disso, Joana acredita que só a partir de um processo renovatório, que vem ocorrendo com o tempo, é que a velha política pode ser modificada, abrindo-se espaço assim para que mais mulheres ocupem cargos eleitorais.

### *9.2.3 Resumo Trajetória Berenice*

Berenice é uma mulher negra retinta, da periferia de Salvador que passou por diversos abandonos desde a sua infância, a qual morou em diversas cidades do interior e vários bairros da capital, em decorrência de ter sido abandonada por sua mãe, e posteriormente por seu pai, em decorrência de falta de condições financeiras. Na adolescência/fase adulta, foi abandonada

ainda grávida por dois companheiros, e seu terceiro a abandonou, após dois anos de um relacionamento tóxico, no qual Berenice sofreu tanto violências físicas quanto psicológicas.

Assim, como muitas mulheres negras, periféricas e mães solas, Berenice teve dois de seus filhos assassinados, homicídios que que entraram para a cifra oculta, estando sem solução até o presente momento.

Diante da morte violenta de seus filhos, bem como de todo o processo de abandono sofrido, Berenice entrou em depressão, ficando acamada, em estado vegetativo, contando apenas com a solidariedade de uma vizinha, que ia alimentá-la todos os dias.

Diante a constante mudanças de cidades e bairros, Berenice teve a sua vida escolar interrompida no Ensino Fundamental I, retomando os estudos apenas na fase adulta, ainda assim, com muita dificuldade, pois era mãe solo e necessitava trabalhar para garantir o sustento dos seus filhos, e só conseguiu tal reingresso pela possibilidade de seus filhos frequentarem uma creche, tendo assim, um local seguro e com alimentação garantida.

Após a conclusão do Ensino Regular, Berenice ingressou no curso técnico em Enfermagem, e posteriormente, através do PROUNI conseguiu uma bolsa para cursar o Ensino Superior, em uma instituição privada. Após o assassinato de um dos seus filhos, ela trancou o curso, retornando um período depois, o que também não foi fácil, tendo em vista, que nesse período ela já residia em uma ocupação, bem como a auxiliava na construção da mesma, então muitas vezes falta água e Berenice ia para a faculdade suja de terra. Em que pese Berenice já estar militando e ter uma consciência política, na Universidade em que estudou esse debate não era feito.

Mas para Berenice conciliar a militância, especialmente a de ocupação, com a faculdade começou a se tornar complicado, o que a levou a se afastar da militância e manter o foco completamente na Universidade, até finalizar o curso.

Como é mãe solo, Berenice sempre precisou trabalhar para prover o seu sustento e o de seus filhos, desse modo ela trabalhou no sindicato dos rodoviários e na rede hoteleira, mas a primeira experiência de trabalho, foi na infância, na casa de uma família, como babá, na qual ela não era remunerada e morava com seus patrões, exercendo assim, uma espécie de trabalho análogo à escravidão, que infelizmente é a realidade de muitas mulheres negras brasileiras.

Conforme colocado acima, Berenice trabalhou no sindicato dos rodoviários, mesmo não sendo uma trabalhadora da categoria, isso se deu em razão, de ter sido contratada para organizar uma passeata, e ter se identificado com a pauta, assim permanecendo no sindicato,

por um período, até mesmo sem ser remunerada, assim identificando esse período, como o início da sua militância, pois ela passou discutira pauta dos trabalhadores, aliada a questão de classe, e raça, tendo em vista, ser uma mulher preta, ocupando um espaço, ainda que não fosse dirigente, que era formado em sua maioria por homens.

Após esse período Berenice, em conjunto com alguns companheiros fundaram o Sindicato dos Agentes Penitenciários da Bahia, pois Berenice desejava construir um espaço de luta pela classe trabalhadora, que fosse algo, de fato, construído por ela. Após quatro anos da instituição do sindicato, Berenice sofreu uma dispensa violenta, a qual sequer recebeu verbas rescisórias. Dispensa essa, que inclusive fez com que Berenice tentasse suicídio. E para se reconstruir do impacto que foi esse desligamento forçado, ela passou a militar mais ativamente nas ocupações, tendo inclusive realizado intercâmbio em ocupações por diversos estados para ganhar mais experiência, que pudesse contribuir para a construção das ocupações em Salvador. Importante ressaltar que Berenice, atualmente ainda reside em uma ocupação, e optou por militar nesse movimento, tendo em vista, também sofrer com problemas, referentes a falta de moradia.

O primeiro contato de Berenice com partidos políticos, se deu através do PT, que se filiou quando trabalhava no sindicato dos rodoviários, ela ficou militando no partido, durante o período de 13 anos, entretanto, se desfilou por entender que o partido não abria espaços para que os militantes crescem dentro do partido. Após se desfiliar do PT, se filiou ao PSOL, e levou consigo várias pessoas, que faziam parte dos sindicatos em que ela militou.

Em razão da quantidade de pessoas que se filiaram juntamente com ela, as portas do partido, inclusive da diretoria estadual, se abriram para ela, fazendo com que ela ocupasse cargos na executiva estadual do partido. Entretanto, quando se filiou existia uma ausência de mulheres no partido, e diante disso Berenice, passou a construir estratégias e militar para trazer mais mulheres ao partido. Além disso, Berenice pontua que o espaço para mulheres no PSOL é construído com muita luta e enfrentamentos, especialmente pela setorial de mulheres que tem sido um ponto de fortalecimento para que mais mulheres ocupem espaços dentro do PSOL e da política institucional.

Berenice, atualmente é vereadora de Salvador, em um mandato coletivo, mas ela já teve outras experiências com candidaturas, a vereadora e Deputada Estadual, nas quais não obteve sucesso, por diversos fatores, mas especialmente pelo financiamento, o qual era pouco e impossibilitava de desenvolver uma campanha que alcançasse um maior número de eleitores. Nessa candidatura coletiva, que resultou na eleição do mandato coletivo, a faixa de

financiamento já foi maior, o que possibilitou que a candidatura alcançasse proporções maiores, e conseqüentemente fosse eleita.

Mesmo tendo superado a barreira de acesso a cargos eletivos, na Câmara de vereadores Berenice e suas companheiras de mandato, sofrem violência política, por parte dos demais vereadores, o que torna a atividade legislativa mais dificultosa e cheia de enfrentamentos constantes.

Berenice, acredita que para que mais mulheres do PSOL se sintam dispostas a participar do processo eleitoral é necessário que as suas demandas e necessidades sejam escutadas, para que assim se construa soluções, visando uma maior participação dessas companheiras.

### **9.3 Cotejo das trajetórias: pontos centrais**

Os estudos bibliográficos, a respeito de representação, muitas vezes, coloca a representação feminina, apenas em uma categoria, fazendo parecer que as mulheres, sempre terão interesses idênticos, apenas por ser mulheres. Entretanto, é fato que os indivíduos ocupam ao mesmo tempo, diferentes posições, com pressões e estigmas diferentes, por exemplo, em que pese todas as três entrevistadas se autodeclarem mulheres negras, apenas Berenice é uma mulher negra retinta, e Clarissa, em alguns ambientes é lida com uma mulher branca, por ter uma pele negra mais clara.

Além disso, Joana e Berenice se reportam moradoras de periferia, entretanto, a sua relação com esses espaços se deu de forma muito distinta, enquanto Joana cresceu afastada da realidade do seu bairro, por uma blindagem de seus pais, Berenice, vivenciou a realidade de morar em vinte uma periferia de Salvador, e ainda sofreu com problemas de moradia, não possuindo, portanto, uma residência própria, fazendo com que ela tivesse a necessidade de se mudar constantemente.

Outro marcador social que diferencia as mulheres, em especial as entrevistadas, é a questão do trabalho formal. Joana e Clarissa, tiveram empregos informais durante o período da faculdade, pois contavam com o auxílio financeiro de seus pais, já Berenice, desde muito jovem, manteve vínculos de trabalho formal, haja vista ser a única responsável pelo sustento próprio e de seus filhos, que aqui já importa destacar, que diferente das demais, Berenice é mãe solo, de três rapazes, entre os quais dois foram assassinados.

Um fator também que se demonstra como um marcador social importante na identificação de vivências distintas entre as mulheres, é relativo à educação formal. Joana e Clarissa, iniciaram os estudos muitos jovens, tendo cursado universidades federais. Já

Berenice, teve uma evasão escolar na sua trajetória acadêmica, retomando, tardiamente (com vinte e um anos de idade), e só posteriormente, após seus filhos terem uma certa independência econômica, ela pode cursar um ensino técnico e uma universidade, através do PROUNI.

Assim, diante das diferenças apontadas, com base em marcadores sociais, pode-se concluir, que a adoção de uma política de quotas que garanta a representação política feminina, sem perpassar também, por esses marcadores, impõem a sobreposição de uma categoria sobre a outra. Entretanto, existe a impossibilidade de se garantir a representação política de todas essas clivagens de forma conjunta, o que resulta na aplicação de mecanismos de cota e na eleição de mulheres, pelo simples fato de serem representantes femininas, desconsiderando essas diferenças.

## 10. CAPÍTULO IX: INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Conforme a análise das trajetórias das entrevistadas foi possível a construção de categorias, as quais são temas comuns nas três trajetórias que condensam um campo de tensões e lutas, para as quais passaremos ao debate

### 10.1. Mulher e política

Quando se trata de representação política, especialmente sobre sub-representação de grupos minoritários, como as mulheres, importante ressaltar que as injustiças as quais os grupos sociais estão sujeitos, aqui especialmente as mulheres, muitas vezes são ignoradas, como por exemplo, todas as entrevistadas alcançaram cargos diretórios dentro do partido político, ajudaram a construir candidaturas, duas até se candidataram a cargo político, tendo uma logrado êxito, então ao se olhar isoladamente a ascensão das mesmas, sem considerar as suas trajetórias, acredita-se que foi fácil ocupar aqueles espaços, entretanto da análise de suas trajetórias verifica-se que todos os espaços de poder, os quais transitaram, foi por consequência de enfrentamentos e superações.

Nesse sentido, o pensamento de Fraser (2001) sobre a injustiça socioeconômica, aplica-se a esse processo das entrevistadas, especialmente em relação a Berenice, que sofreu privação de recursos econômicos e materiais, inclusive de moradia, e de educação, o que seriam fatores que se caracterizariam como obstáculos para que ela participasse da política.

Ainda nessa linha, para diminuir essas injustiças, se faz necessário a representação de grupos minoritários, conforme Young (2016) estabelece que as práticas representativas diferenciadas são um importante instrumento que visa estabelecer a justiça e inclusão política, visto que pessoas diferentemente posicionadas tem experiências diferentes, histórias e compreensões sociais decorrentes daquele posicionamento. O que ela chama de *perspectiva social*, ou seja, “o ponto de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições que neles ocupam.

Diante disso, a participação das entrevistadas no sistema representativo, tendo em vista que suas experiências colaboram para o exercício de uma representação pautada na perspectiva social. Então Clarissa, quando vivenciou a violência obstétrica, buscou estudar e se tornar doula, defendendo assim pautas relativas ao fim da violência obstétrica e o parto humanizado, além de que o processo de perda de guarda do seu filho, também contribuiu para que ela defendesse a implementação de creches, para que as mães tivessem locais seguros para deixar seus filhos, enquanto buscam o seu sustento. Nesse diapasão, Berenice ao fazer enfrentamentos contra o extermínio da população negra, e por moradia digna, representam

grupos minoritários, que vivenciam as mesmas situações que elas, e precisam ter os seus interesses representados.

Diante disso, é que se faz necessário a representação de grupos, pois eles trazem perspectivas e singulares interpretações sobre uma mesma questão, entretanto a lógica social estabelece a preservação de posições e reproduções de papéis que acabam ocasionando a exclusão de grupos menos privilegiados.

O que é ilustrado por todas as entrevistadas quando narram as dificuldades que as mulheres têm, dentro do próprio partido, na Bahia, como as regras definidas em conferências nacionais, a respeito da paridade de chapas majoritárias, que foi, como narrado por uma das entrevistadas, uma resolução nacional, a qual no congresso, de definição de candidaturas a chapa majoritária do governo do estado, não foi respeitado, sendo apresentado, e escolhida uma candidatura masculina. Além disso, as violências políticas sofridas pelas entrevistadas, para que essas se sentissem desestimuladas a continuar naquele espaço, podem ilustrar a manutenção das estruturas sociais e a exclusão das mulheres nos espaços de tomadas de decisão.

Corroborando com o argumento da manutenção das estruturas sociais e dos papéis dos agentes, importante ressaltar que a dicotomia entre a esfera pública e privada, também é um fator que gera a sub-representação das mulheres na política, que visa, conforme Miguel e Biroli (2014) segregar a política de das relações de poder da vida cotidiana, negando assim, o caráter político e conflitivo das relações familiares e de trabalho. Logo a esfera pública, guarda relação com a impessoalidade e a cidadania inerente a qualquer indivíduo, em detrimento a esfera privada guarda as relações pessoais e individualizadas.

Dessa maneira, têm-se aliado ao papel de gênero construído socialmente, que à mulher é resguardado o espaço da esfera privada, que a sua vida e suas relações devem ser pautadas na esfera privada, exigindo-se, portanto, dedicação exclusiva à vida doméstica e familiar, o que dificultaria a participação feminina na esfera privada.

Nesse sentido, Clarissa, nos aponta, em sua primeira experiência política, como candidata a vice-prefeita de Vitória, a dificuldade em que era, ainda que com o auxílio do seu companheiro, conciliar a agenda de campanha com a maternidade, tendo inclusive, se ausentado de alguns compromissos, por não conseguir se deslocar com uma criança pequena e todos os aparatos necessários para aquela criança. Mais para frente, na sua experiência enquanto candidata a prefeita de Feira de Santana, ela também evidencia o quanto era difícil conciliar a vida doméstica com a campanha, tendo em vista que para conseguir estar nos

eventos e compromissos, ela tinha que acordar muito mais cedo, ou dormir muito mais tarde, do que de costume, para deixar todas as tarefas domésticas organizadas, bem como o cuidado com a filha, tendo finalizado a campanha muito cansada.

Outra narrativa que nos aponta essa dificuldade é a trazida por Joana, que por conta da vida política que leva, viajando por vários estados e países, optou por não casar e ter filhos, pois sabe, que a constituição de uma família, a faria abdicar de transitar por esses espaços de tomadas de decisões. Tendo em vista, que hoje, ela já abdica do contato frequente com seus pais, que só encontra uma vez por ano.

Assim, conseguimos perceber que a construção dos papéis de gênero, pautada na vida doméstica como atribuição feminina, representa um fator de subrepresentatividade, por se demonstrar um obstáculo, pois a conciliação de uma vida pública com os cuidados domésticos, gera uma sobrecarga física e mental daquela mulher, fazendo com que ela opte por abandonar a esfera pública, já que após a constituição da família, não é oportunizado, socialmente, que essa mulher abandone a vida privada e as relações familiares.

Ainda nesse sentido, a literatura tem trazido que as mulheres ao ingressarem na esfera pública, levariam consigo o mesmo jeito da esfera privada, relacionada a uma política de desvelo, voltada ao cuidado com os que a cercam, a qual seria necessária para a minimização da agressividade do ambiente político. (MIGUEL, 2012).

Mas do relato das entrevistadas, depreende-se que as mulheres não atingiram os espaços de poder, baseados nessa necessidade trazida pela literatura, mas sim por um processo de resistência a dominação imposta, como forma de ver as suas pautas representadas, além de que quando conquistam os cargos eletivos, como narrado por Berenice, não há uma minimização da agressividade desses ambientes, pelo contrário, o ambiente se torna ainda mais agressivo em relação a elas, que sofrem violência política, racismo, sexismo, gordofobia, etc, e que é necessário fazer um enfrentamento diário.

Ainda, no que tange o comportamento da esfera privada, especialmente relativo a divisão sexual do trabalho doméstico, Bourdieu (2002) afirma que a divisão entre sexos é algo natural, que está em todas as coisas, e está incorporado nos corpos, nos *habitus* dos agentes, formando assim estruturas de dominação, na qual os indivíduos são moldados para agir conforme esse *habitus*, assim as mulheres são moldadas a agir conforme o papel de gênero, baseado nessa divisão sexual do trabalho, e tal reflete, diretamente nos pensamentos e ações, fazendo assim, surgir a percepção de vocação, a qual faz com que as vítimas de dominação

cumpram, de forma pacífica, sem se questionar, as tarefas subalternas que lhe são atribuídas, devido as virtudes de submissão, docilidade, etc.

Assim, é que as expectativas criadas sobre o comportamento dos corpos, tendem, através do desencorajamento, a fazer desaparecer a vontade de realizar atos que não são esperados de mulheres, como narrado por Joana, que apesar de se posicionar, no sentido de que para existir uma transformação no sistema político, é necessário a renovação política, ela nunca se colocou como candidata a nenhum cargo eletivo, para não entrar em conflito com seus familiares, tendo em vista o seu posicionamento à esquerda, e a expectativa de seus pais de que ela tivesse um posicionamento diferente.

Além disso, Clarissa, ainda que tivesse uma mãe liberal, permitindo que ela participasse de qualquer espaço que achasse conveniente, existia uma contrapartida de que ela deveria ainda assim, continuar cumprindo com as suas responsabilidades, como as tarefas doméstica, os cuidados com seu irmão, e os cuidados com seu filho, inclusive, como prefalado, sendo um dos fatores que comprometeu a sua participação ativa na campanha para prefeitura de Vitória, pois assumir todos os compromissos e se deslocar até eles, com um bebê, era muito dificultoso.

A literatura também tem apontado como um óbice a maior participação da mulher na esfera política o diferente acesso entre homens e mulheres à recursos econômicos e sociais.

No que tange a construção dos recursos sociais, é dado pelos estudos sobre a temática que a ascensão a cargos políticos, tem relação direta com o acúmulo de capital social e consequente conversão para capital político, e o fato das mulheres estarem alijadas de uma vida pública, muitas se dividindo em jornadas de trabalho formais e jornadas de trabalhos domésticos, ou só de trabalhos domésticos, dificulta a construção de relações sociais que possam vir a se converter em capital político. Assim, para os homens seria muito fácil essa construção e conversão de capitais.

Ocorre que para a mulher construir esse capital, é necessário que ela esteja inserida em movimentos sociais, partidos políticos, tendo em vista que os partidos políticos são fontes pelas quais a sociedade expressam suas demandas, demandas essas que podem ser convertidas em políticas públicas (KINZO,1993), o é que possível verificar de acordo com as entrevistas, tendo em vista que todas as entrevistadas participaram de movimentos sociais, e elas inclusive apontam que a partir do movimento social, elas conheceram muitas pessoas, compreenderam o funcionamento de várias redes, possibilitando construir um capital social, que as levaram a ocupar espaços de tomadas de decisão.

Clarissa, com o engajamento em movimentos estudantis e movimento negro, foi convidada para ser vice-prefeita de uma capital de destaque no Brasil, além de ser convidada para coordenar uma campanha eleitoral em outro estado, posteriormente, participar da primeira ocupação realizada em Feira de Santana, permitiu a construção do seu capital social, que depois foi reconvertido em capital político, possibilitando ela de presidir o diretório municipal do PSOL, da segunda maior cidade da Bahia, bem como se candidatar a prefeita de Feira de Santana.

Já no caso de Joana, a sua participação nos movimentos estudantis e nos projetos de extensão da Universidade, possibilitou que ela enxergasse não se sentir pertencente aqueles grupos, e organizasse uma sede de um coletivo de grande relevância nacional no Piauí, tornando-se reconhecida e admirada, e posteriormente ingressasse no PSOL, e proporcionasse uma filiação massiva, gerando uma oxigenação do partido, o que a fez assumir, posteriormente cargos altos na executiva nacional do partido, como a Secretária de Relações Internacionais.

Em relação à Berenice, a sua participação em sindicatos, e movimentos de moradia, permitiu que quando se filiasse ao PSOL, levasse consigo várias pessoas, o que já gerou, automaticamente para ela, cargos de relevância na Executiva Estadual, desde que se filiou até o presente momento, bem como força dentro do partido para que conseguisse benefícios, que levam a maior participação feminina dentro do partido.

Assim, na contramão, do que é posto, para muitas mulheres, as entrevistas, diante de muita resistência e enfrentamos, conseguiram construir os capitais, trazidos pela literatura, como necessários, para que adentrassem no campo político, subvertendo, a lógica social de que as mulheres são destinadas a esfera privada.

Outro fator que a literatura aponta como causa da subrepresentatividade feminina são os partidos políticos, estudos apontam que o relacionamento entre mulher e partido político é muito mais sazonal do que contínuo, no sentido, de que elas participam das bases, através da militância, organizam as campanhas das candidaturas e eventos, tendo pouco espaço para crescer e galgar possíveis candidaturas. Nesse sentido, a experiência vivenciada por Berenice no PT, reforça tal entendimento. Berenice, foi filiada ao PT durante treze anos, participando da militância e organização de movimentações e campanhas, entretanto decidiu se desfiliar ao perceber que o partido não dava espaço para militância crescer dentro do partido, sempre permanecendo na liderança do partido as mesmas figuras, em sua maioria homens.

Nesse sentido, importante ressaltar que segundo a literatura o PT é um partido que foi criado, fora do âmbito parlamentar, através dos movimentos sociais, diferentemente do PSOL que foi criado internamente por intelectuais e parlamentares, que se desvincularam do PT, conforme citado na seção que trata sobre o nascimento do PSOL, não fazendo, portanto, os movimentos sociais, parte desse processo de criação, em que pese, os intelectuais e parlamentares terem levado a sua experiência de movimentos sociais para o partido. (MORAES, 2017). O vivenciado por Berenice, corrobora tais estudos, na medida em que ela foi filiada ao PT, e posteriormente, se filia ao PSOL, levando ao partido toda a sua experiência relativa à militância em movimentos sociais, especialmente, movimentos de moradia, e de sindicatos.

Diante dessa origem baseada em uma divisão do PT, o PSOL assim como o PT, com características de partidos já institucionalizados, atrai para o seu interior as tendências (MORAES, 2017), que são movimentos, dentro do partido, que são muito mais sólidas, em que pese existir divergências, entre elas, uma não anula a outra, coexistindo e construindo o partido, conforme relatos de Berenice, que inclusive diferentemente do sinônimo correntes políticas, ela gosta de utilizar forças políticas, pois traz uma conotação de fortalecimento dos posicionamentos membros enquanto coletivo, gerando debates que fortaleceram e enriqueceram o partido.

Nesse sentido, é possível categorizar o PSOL no modelo de descentralização trazido por Duverger (1980), especialmente no de descentralização ideológica, no qual é possível “conceder certa autonomia às diversas “frações” ou “tendências” constituídas no âmbito do partido, pela influência subministrada a cada uma nos comitês dirigentes, pelo reconhecimento de uma organização separada etc.” (Duverger, 1980, pg. 89). Desta maneira, tal categorização nos é útil na medida em que a natureza das tendências nos permite identificar a atuação descentralizada do partido, o qual possui outros espaços decisórios atuando de forma autônoma, a exemplo das setoriais.

Com a criação desses núcleos, especialmente os setoriais, o PSOL passa a dividir as decisões, que até então, eram tomadas exclusivamente, pelas tendências, com os setoriais, que são espaços criados por militantes, com o apoio das direções. Entretanto, a decisão a respeito das disputas internas, são tomadas pelas tendências políticas (GENTIL, 2018).

Importante, pontuar que as tendências internas do PSOL são centrais nos espaços decisórios dos partido, tendo em vista, que a maioria das decisões tomadas pelo partido são baseadas nas decisões tomadas pelas tendências, demonstrando assim a relevância das

tendências para organização e ação do partido, e essas tendências foram formadas a partir de uma remodelação das tendências que vieram do PSTU e do PT, no movimento de criação do partido, tendo em vista que o PSOL nasceu a partir de uma ruptura de parlamentares do PT, não se organizando assim, a partir de elites, tendo, portanto, conforme já mencionado, sua organização interna bastante similar ao PT, especialmente no que se refere as disputas de tendências. (Mainwaring, 2012).

Conforme esse modelo de divisão interna adotada pelo PSOL, que tem fontes, como exposto acima, no PT, bem como o PT governar o estado da Bahia, a dezesseis anos, foi nos apontado pelas entrevistadas como se dá essa relação entre o PSOL e o PT na Bahia. Clarissa, nos aponta, que o governo do PT na Bahia, está mais voltado para a ideologia de extrema esquerda, especialmente no que tange, as políticas de segurança pública, e que existe uma ala do PSOL, que deseja dialogar com o PT, mas não em uma relação de tensionamento à esquerda, que é o que deveria, para ela, se propor o partido, mas sim em uma relação de submissão, para garantir espaço e estrutura, mas essas relações são feitas a base da “troca de favores”, o que impede o avanço e crescimento do PSOL na Bahia.

Esse pensamento, é o mesmo compartilhado por Joana, que acredita também que o progressismo limitado do PT dificulta o crescimento do PSOL, que com o racha não acabou deslocando grande figuras públicas, que acabaram permanecendo no PT, o que também é considerado por ela um fator que impede o crescimento do PSOL Bahia.

Ainda no que tange os partidos políticos, as mulheres, encontram dificuldades internas em relação as candidaturas, no que tange as escolhas internas e financiamento das campanhas, encontrando-se várias candidaturas femininas, jovens e negras em faixas não prioritárias para o financiamento da campanha, o que dificulta a maior representação das mulheres, bem como o processo renovatória da política e do próprio partido, conforme o exposto pelas entrevistadas que narram situações em que decisões nacionais acerca da composição de chapas paritárias de gênero não foram respeitadas nas disputas internas, bem como de candidaturas femininas, que obtiveram votação expressiva, em detrimento de alguns homens, mas não foram colocadas na faixa prioritária para financiamento.

E nesse contexto, entra a setorial de mulheres, que tem intervenções tanto a níveis estaduais, quanto nacionais, buscando o empoderamento feminino e a construção de espaços para essas mulheres. Os setoriais, são espécies de órgãos não deliberativos, que fazem parte dos partidos, e visam a elaborar, formular propostas, conforme seu âmbito de debate, bem como visa também a intervenção direta, e são organizados nacionalmente, a partir de

temáticas sociais. E desta maneira, a setorial de mulheres, apesar das diferenças políticas, relativas as tendências, tem características de unicidade, intervindo na consolidação dos espaços femininos dentro do partido (MORAES, 2017). Neste sentido, todas as entrevistadas se posicionam, afirmando a relevância da setorial de mulheres, na Bahia, para a consolidação desses espaços, especialmente pelas lutas para que as candidaturas femininas figurem entre as faixas prioritárias de recebimento de financiamento, e criação da paridade de gênero para disputas internas, além de que hoje, a setorial de mulheres recebe 5% do fundo partidário, o que garante certa autonomia, para realizar atividades e cursos de formação que visem o fortalecimento e ingresso de mulheres no partido.

Para além, da problemática dos financiamentos, as mulheres dentro dos partidos enfrentam também a questão do machismo, mesmo dentro partidos de esquerda, que conforme as revisões literárias, são os mais propensos a promover a participação das mulheres (LOPES e CARNEIRO, 2021), em que pese estudos apontarem que na região do recôncavo baiano o PSD e o Republicanos abrem mais espaços para as mulheres do que o próprio PT, que está a dezesseis anos no governo do estado e a frente de diversas prefeituras do recôncavo baiano (FERREIRA e LIMA, 2021), demonstrando que a inclusão das mulheres no partido não se dá exclusivamente pelo fator ideológico, mas também se dá por pressões internas das filiadas, ilustrando que para além da ideologia, a mobilização interna é um fator que tensiona o campo , trazendo alterações intrapartidárias na lógica de gênero. (LOPES e CARNEIRO, 2021).

E nesse sentido, a entrevistada Clarissa, nos desabafa que por se tratar de um partido que está posicionado, de fato a esquerda, e é progressista, ela acreditava que seria muito mais fácil ser mulher dentro do PSOL, entretanto, na prática ela visualiza que é muito difícil, especialmente por comportamentos machistas, refletidos no financiamento, no tratamento, no tempo e na disponibilidade.

Inclusive, conforme estudos realizados por Barreira e Gonçalves (2012) apud Lopes e Carneiro (2021) os próprios dirigentes partidários enxergam que o número reduzido de candidaturas femininas decorre de uma falta de consciência do verdadeiro papel exercido por elas ou pela impossibilidade de compatibilidade entre as funções historicamente destinadas a elas e a performance que é exigida para o exercício da atividade política. Além disso os próprios dirigentes não conseguem enxergar que dentro do partido existem segregações, atribuindo esse déficit a atividades que não guardam relação com o partido político.

Contudo, as narrativas das entrevistadas nos permite, visualizar que dentro do partido o machismo encontra-se muito presente, fazendo com que estas se sintam desestimuladas a prosseguir na carreira política, como ocorreu com Joana, que durante o período em que assumiu um cargo na diretoria executiva estadual do PSOL Bahia, teve suas senhas de acesso aos sistemas trocadas, sem seu consentimento, teve discussões com figuras importantes do partido, que tentava descredibilizar a sua militância e trajetória construída no espaço do partido, por ela ser mulher, e mulher jovem, além, de sofrer um corte na remuneração, e só posteriormente, uma demissão abrupta, no meio da pandemia, sem receber qualquer valor rescisório, e morando em um estado, em que não era o seu estado natal, longe de seus familiares, que pudessem, naquele momento, ser um ponto de apoio.

Além disso, Joana, aponta que essa situação não ocorreu isoladamente com ela, que mesmo com esses entraves permanecendo lutando por seu espaço dentro do partido, mas também aconteceu com outras companheiras, que acabaram desistindo de se fazer presente nesses espaços.

Contudo, como mecanismo, visando a maior representatividade das mulheres, as filiadas passam a pressionar, e aqui, também, muito forte, através da atuação da setorial de mulheres, pela criação de mecanismos, que possibilitem uma maior participação interna das mulheres, como as cotas internas de gênero (Sachet (2008) apud Lopes e Carneiro, 2021), que conforme amplamente narrado pelas entrevistadas não é observado e sequer respeitado, o que para Clarissa torna o processo de ser mulher dentro do PSOL muito mais complicado, pois existem figuras masculinas, dentro do partido, que não concorda em renunciar os seus privilégios, abrindo espaço para as mulheres, ou mesmo não trazendo esse debate como central.

Mesmo com essa dificuldade ao respeito as cotas internas, e a abertura de espaços para as mulheres, a setorial de mulheres se mostra, pela narrativa das entrevistadas o principal ponto fortalecedor da presença feminina no PSOL, investindo assim em campanhas para uma filiação em massa de mulheres, o que segundo as entrevistadas, tem trazido um bom resultado, tendo em vista que o número de mulheres filiadas aumentou, especialmente o número de mulheres negras, e Berenice atribui isso, além do trabalho realizado pela setorial de mulheres, a identificação com as pautas sociais trazidas pelo partido, na qual as mulheres passam a se enxergar enquanto sujeitos dentro daquelas pautas, e ao assassinato de Marielle Franco, que criou um movimento pela perpetuação do legado a vereadora, que foi chamado de “sementes de Marielle”.

Entretanto, mesmo com o aumento no número de filiadas, o número de candidatas ainda se encontra dentro do limite estabelecido pela legislação (trinta por cento) conforme os gráficos, relativos as eleições de 2016 e 2020, na Bahia, trazidos na seção (colocar o número do capítulo).

Ao serem questionadas, a respeito do que pode ser feito para aumentar o número de candidaturas femininas, Berenice pontuou que seria necessário a realização de uma escuta das mulheres filiadas, a respeito das dificuldades enfrentadas por elas tanto no processo de filiação, quanto no de candidatura, para a partir disso ser confeccionado um relatório, para ser discutido dentro do partido, para que dessa discussão saiam resoluções de construção e aplicação de mecanismos para atender as demandas dessas mulheres, fortalecendo as suas presenças dentro do partido e impulsionando novas candidaturas. Ela também nos aponta, que tal procedimento já está sendo construído, através da força política que faz parte, a revolução solidária.

Já, Clarissa nos aponta, que uma reforma política, pensada na perspectiva da maioria, tendo a ampla participação da sociedade, visando pensar e propor uma reforma política profunda, que de fato respondesse as questões das desigualdades presentes nos processos eleitorais, aplicando punições mais rígidas para o descumprimento das legislações seria a solução para uma maior participação feminina nas eleições.

Para Joana, esse processo de uma maior participação das mulheres nos pleitos eleitorais, perpassa a questão de uma ampliação de visão institucional, para os processos renovatórios, buscando conscientizar as pessoas, especialmente as mulheres, oferecendo também suporte as mesmas, para a necessidade das suas candidaturas e como essas candidaturas podem contribuir para a oxigenação do sistema eleitoral brasileiro.

No que tange, o procedimento de renovação política, um dos mecanismos tanto apontados por Joana, quanto por Berenice, que também possibilitam uma participação feminina na política, são as candidaturas coletivas, modalidade essa também adotada por Berenice, que a fez assim ocupar uma cadeira no legislativo de Salvador. Importante ressaltar, que essa modalidade de candidatura, ainda não é permitida pela legislação vigente. Então, o registro de candidatura é feito no CPF de uma das companheiras de candidatura, mas na prática todas exercem a atividade legislativa, dividindo, assim, também o salário de parlamentar.

E elas trazem essa importância das candidaturas coletivas, na medida em que há um fortalecimento do mandato, bem como das pessoas que compõem esse mandato, pois quando

essa candidatura é eleita, muitas vezes ele não é reconhecida como legítima pelos outros parlamentares, e elas podem fazer esse enfrentamento pelo reconhecimento de legitimidade em conjunto, além de que, como nos aponta Berenice, o ambiente político, especialmente da Câmara de vereadores é violento, e as companheiras de mandato, uma fortalece a outra, para que façam os enfrentamentos necessários.

Além disso, quando a candidatura é coletiva, o financiamento do partido é um pouco maior, especialmente se cada uma dessas candidatas representar uma tendência diferente, como ocorreu com Berenice, que cada uma delas, representava uma tendência, sendo colocadas, individualmente, na faixa de candidaturas prioritárias, por suas tendências. E o financiamento maior, permite realizar uma campanha maior, com mais gastos e que alcance um número maior do eleitorado, o que foi comprovado na prática, por Berenice, que junto com suas companheiras, foram eleitas, constituindo assim, o primeiro mandato coletivo da Bahia.

Contudo, as candidaturas coletivas têm que ser algo bem alinhado entre as mulheres que farão parte dessa candidatura, Berenice, exemplifica, fazendo uma analogia ao casamento, pois se houver divergências que não possam ser solucionadas através do diálogo, e a pessoa a qual registrou a candidatura, desistir ou exonerar as demais companheiras, o mandato inteiro cai, então é necessário que todas tenham valores muito bem definidos e alinhados.

E por acreditar nessa modalidade, como uma forma de maior participação política das mulheres, Berenice, tem viajado pelo interior da Bahia, realizando cursos de formação a respeito dessa modalidade de candidatura e preparando mais mulheres, para que constituam candidaturas coletivas, para as próximas eleições.

## **10.2. Mulher e Movimentos Sociais**

Outra categoria que se mostrou presente nas trajetórias das entrevistadas, e que se faz necessária a análise, é a relação com os movimentos sociais, tendo em vista que todas antes de iniciarem as atividades político partidárias, participaram de movimentos sociais. Segundo a literatura os movimentos sociais podem ser caracterizados como ações coletivas, constituídas por atores sociais, que se articulam coletivamente, com a intenção de propor mudanças ou a manutenção de algumas relações sociais. E estes são compostos por atores sociais, com identidades e interesses diferentes e particulares, mas que de alguma forma expressam interesse mútuo, relativo à demanda em que o movimento social abarca. (MOCELIN, 2009)

Conforme, a narrativa das entrevistadas, verificamos que os movimentos sociais em que elas militaram, guardam relação direta com as suas identidades enquanto mulheres

negras, e com as vivências e realidades em que estavam inseridas. Clarissa, por exemplo, é uma mulher negra de classe média, que se considera feminista, logo os movimentos sociais em que militou inicialmente, guardavam relação com a questão do feminismo e da juventude negra. Já Berenice, também mulher negra, periférica, mãe solo, que desde a infância sofreu com a questão de moradia, não tendo uma moradia fixa, se inseriu nos movimentos relativos à moradia. E Joana, assim como as demais, uma mulher negra, mas que as suas vivências perpassavam pela internalização da importância da educação, militou em movimentos sociais que tinham como pauta a educação pública.

Nessa perspectiva, os movimentos sociais possibilitam às pessoas comuns a se organizarem coletivamente, para que suas demandas sejam ouvidas nos ambientes de tomada de decisões, e ocorra a transformação de políticas públicas relacionadas a demanda pleiteada. E daí que surge a importância de pessoas ligadas a movimentos sociais participarem de partidos políticos, para que as suas experiências embasem a construção de políticas públicas, conforme o exposto pela entrevistada Berenice.

Além disso, o movimento social é sustentáculo de transformações sociais, na medida em que, na situação narrada por Berenice e por Clarissa, relativo as ocupações, essas não podem existir sem o movimento social, tendo em vista, que ele que garante a bandeira de luta e possibilita uma representatividade, na medida em que possibilita a regulação da convivência, nas ocupações, ou seja, as pessoas respeitam as figuras que estão na liderança da ocupação, por essa representar na prática, uma bandeira de luta.

Em que pese os movimentos sociais, serem pautados por bandeiras de luta, isso não exclui a existência do machismo e de violência que as mulheres, sofrem nesses espaços, e isso nos é relatado pelas experiências vivenciadas por Clarissa e Berenice. Clarissa, expõe que na militância de um movimento social, houve a construção de um fórum, no qual as mulheres foram as únicas que se responsabilizaram pela construção desse espaço, enquanto os homens ficavam bebendo. Situação não diferente é a narrada por Berenice, que enquanto liderança de uma ocupação, já sofreu violência verbal e invisibilização, em decorrência do machismo, e do racismo.

Outro ponto que merece destaque, relativo aos movimentos sociais, é que eles possibilitam o acúmulo de capital social, que favorece o ingresso dos agentes no campo político, sendo convertido, posteriormente, dentro do campo, em capital político, tornando possível a sua movimentação e o tensionamento das estruturas deste campo. (BOURDIEU,1989).

Nesse sentido, o ingresso de Berenice, com a conseqüente ascensão, imediata a um cargo na Executiva do PSOL Bahia, se deu em relação a construção desse capital social, a partir da sua militância em movimentos sociais, quando ingressam no partido, por influência dela, uma grande quantidade de pessoas. Além disso, ela afirma que a sua transição por cargos da Executiva, sempre foi muito tranquila, por causa dessa relação que possui com movimentos sociais, o que gera mais base de apoio e eleitores para o partido, o que é bem-visto, e o desejado, pelos dirigentes partidários.

A militância de Clarissa em movimentos sociais, na cidade de Feira de Santana, possibilitou para ela, a construção de articulações sociais, que a levaram a presidência do diretório municipal, bem como a candidatura a prefeitura de Feira de Santana, em 2020. Além de que a experiência adquirida, nos movimentos sociais, é um diferencial na hora da condução das discussões do partido e construção de projetos políticos para as candidaturas o que é feito por Clarissa, em Feira de Santana.

Para Joana a militância, especialmente a construção de um primeiro coletivo para estudantes negros de Direito, possibilitou que ela se torna conhecida, adquirindo capital social e por conseguinte, conseguisse filiação em massa para o PSOL de Teresina, renovando assim, e oxigenando o partido, que era em sua maioria formado por homens velhos, o que viabilizou o alcance de cargos relativos à comunicação internacional do partido.

Ademais, os conflitos nos quais os movimentos sociais se estruturam, tem a especificidade de extrapolar o âmbito restrito de demandas pontuais no interior dos subsistemas aos quais estão vinculados diretamente às disputas relacionadas às formas de organização da vida em sociedade. Assim, percebe-se que os movimentos sociais que atuam na manutenção ou transformação da manutenção de políticas públicas, são aqueles que sempre expressam conflitos mais extensos, no tocante aos diferentes projetos políticos, de organização da sociedade. Desta forma, os movimentos sociais estão passíveis de ser inseridos nas disputas relacionadas ao subsistema para defender os modelos dominantes contra a percepção de ameaças por modelos alternativos. (TATAGIBA, ABERS e SILVA, 2018).

Relativo a essa colocação literária, Berenice pontua sobre a importância dos movimentos sociais, especialmente o de moradia, na tentativa de diálogo com o governo do estado, para rever a questão de política pública de moradia, tendo em vista que o Programa habitacional que possibilitou acesso a moradia, as camadas mais pobres da sociedade, colocou a população na periferia, sem acesso, a transporte público, e as políticas de saúde e educação,

próximas as suas moradias, além de não ter a preocupação em relação a segurança dos moradores, resultando na mistura de bairros, que possuem rivalidades em razão de disputa de território, relacionado ao tráfico de drogas, além de problemas infra estruturais das moradias. Entretanto, esse diálogo não tendo sido feito, por indisponibilidade do Governador, em debater, tais pautas. Entretanto, tal narrativa, reforça a colocação do movimento social como um vetor de contraposição aos projetos políticos, que não atendem à demanda de um grupo social.

### **10.3. Mulher e Sindicato**

Os sindicatos se estabeleceram durante o período de desenvolvimento do capitalismo, e são instituições que visam melhorar as condições de trabalho e defender as reivindicações da classe trabalhadora. Essas reivindicações é que levam os trabalhadores a se organizarem em sindicato. E os sindicatos se configuram em um contexto ideológico heterogêneo e pluripartidários, nos quais os trabalhadores que atuam tem diferentes graus de evolução da consciência.

E a partir disso, o movimento sindical tem a atuação, no sentido de transformar a consciência imediata, inserindo cada trabalhador na luta até despertar a consciência política e apercepção de seu papel enquanto agente de transformação (LIMA, 2004).

Admirando essa organização dos trabalhadores, para reivindicar melhores condições para classe trabalhadora, é que Berenice se insere, pela primeira em espaços públicos, ela foi contratada, inicialmente para organizar uma mobilização do sindicato dos rodoviários, depois se encantou pela luta que passou a militar no sindicato, sem qualquer remuneração, e sem também ser uma rodoviária, e sem também exercer qualquer cargo diretivo, ela fez parte apenas da mobilização.

Esse sindicato, era composto majoritariamente, por homens negros, sendo Berenice uma das poucas mulheres, e mulher negra que fazia parte desse sindicato. Entretanto, esse debate de raça não era feito nesse espaço, tampouco ela enxergava criticamente, a posição em que ocupava no sindicato.

No que tange, a participação da mulher em sindicatos, bem como o posto de agente de mobilização, ocupado por Berenice, os debates teóricos são construídos, com base nos relatos históricos, os quais demonstram que os espaços de sindicato eram esmagadoramente masculinos, sendo a participação feminina limita a manifestações espontâneas, que não era originadas por uma prática política, organizada e até mesmo planejada. (SADENBERG, REIS, FERREIRA e BONFIM, 2000).

A entrevista Berenice, também relata que ao adquirir a prática do campo dos sindicatos, ela se desligou do sindicato dos rodoviários, e construiu, em conjunto com agentes penitenciários terceirizados, o sindicato de agentes penitenciários, assim infere-se que Berenice adquiriu, segundo a teoria bourdieusiana, o *habitus*, necessário para transitar o campo dos sindicatos, possibilitando que ela criasse o seu próprio espaço de militância.

Importante, ressaltar, que em que pese, os sindicatos estarem relacionados com a luta da classe trabalhadora, diferente do partido político que tem por objetivo organizar politicamente a classe, com finalidades de traçar uma estratégia de luta visando o alcance de um objetivo específico, eles não se limitam, podendo alcançar o campo político, sofrendo assim, influência do partido político (DE LIMA, 2004). E isso é muito bem ilustrado, pela trajetória de Berenice, em relação a militância em partido político, que se iniciou quando filou-se ao PT, no período em que fazia parte da mobilização dos sindicatos rodoviários, demonstrando assim, a forte influência que os partidos políticos exercem em relação aos sindicatos.

Ademais, a construção da rede de relações dentro do sindicato, também possibilitou a conversão do capital social em capital político, que se mostrou necessária e potente, momento em que Berenice se filia ao PSOL, como amplamente debatido nas seções anteriores.

#### **10.4. Mulher e Raça**

Importante, pontuar que enquanto mulher negra que se movimenta politicamente, sua pele preta vem antes de sua condição de mulher, tendo em vista o movimento estado unidense, pelo sufrágio universal, no século XIX, o qual mulheres brancas, ligadas ao movimento sufragistas, reivindicavam, de forma urgente, a sua emancipação política, em primeiro plano, em detrimento a emancipação política do homem negro, alegando a supremacia do homem negro, em relação a elas, estando assim, as mulheres negras excluídas de reivindicação, inclusive sendo proibidas de votar durante um período( DAVIS, 2016).

Percebe-se que esse movimento de silenciamento de mulheres negras se manifesta ainda nos tempos atuais, e em destaque, nas trajetórias políticas e acadêmicas das entrevistadas. E ao compararmos as trajetórias, especialmente a de Berenice, que se reporta uma mulher negra retinta, com a de Clarissa, uma mulher negra de pele clara, que em outros estados, fora do eixo Sul e Sudeste, pode ser lida como uma mulher branca, e Joana, que apesar de ser uma mulher negra, teve a sua negritude apagada de todas as formas por seus pais, conseguimos perceber a diferença no acesso a educação, no acesso aos espaços sociais e de poder, para Clarissa e Joana, torna-se muito menos dificultoso a transição por esses

espaços, do que para Berenice, que além de sofrer com a violência de gênero, também sofre com o racismo.

Afinal, assim ilustrando conceito de “o Outro” - que escancara a objetificação de corpos femininos -, de Simone Beauvoir, Grada Kilomba(2017) acertadamente esclarece o lugar da mulher negra na estrutura racista hegemônica patriarcal, sendo o “Outro do Outro”, que ocasiona a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos.

Na história de Clarissa, percebe-se a sutileza da subjugação dos corpos femininos, em especial, negros. Repetindo-se na história como homens, diante da sua disposição de poder, tomam decisões políticas em nomes das mulheres, ilustrado no momento, da primeira candidatura de Clarissa, a vice-prefeita de Vitória, em que não foi oportunizado a Clarissa, tomar a decisão de candidatura, baseada em seus interesses pessoais, mas pensando na coletividade e crescimento do partido, bem como na não inserção dela nos atos de campanha, tendo sido uma mera participação figurativa.

As entrevistadas Berenice e Joana também destacam como partidos à esquerda podem se aliar à estrutura branco hegemônica não permitindo o crescimento de vozes femininas dentro da política, como forma de silenciamento, porém, é através do fortalecimento de mais participação política de mulheres negras, principalmente organizadas estrategicamente em partidos, que é possível construir candidaturas de mulheres negras.

Nesse sentido, vale citar o entendimento de Joice Berth (2019) com relação ao empoderamento em que toda e qualquer ação pensada sob a perspectiva do empoderamento, tem como objetivo primordial a mudança social, tanto coletiva, quanto individual, em relação as estruturas de poder que foram organizadas para ser hierarquizadas em detrimento da escassez de grupos sociais que estão situados na base.

Corroborando com a teoria do empoderamento, enquanto fator de modificação da realidade e estratégia de resistência para a manutenção dos sujeitos femininos no campo político, temos a setorial de mulheres do PSOL, que conforme amplamente relatado pelas entrevistadas é um ponto de fortalecimento para essas mulheres, que através de diversas ações e enfrentamentos, coloca em prática o empoderamento, como forma de demonstrar que a esfera pública também é um espaço feminino.

Outro mecanismo, que também pode ser visto com um fator de empoderamento é o mandato coletivo das Pretas por Salvador, pois constrói maior força para a imagem da mulher na política, demonstrando que existem mecanismos que podem dar conta de driblar o que está posto dentro do campo político, tensionando as estruturas deste campo e as modificando

Ademais, as histórias das entrevistadas se encontram e se contrapõem quando o assunto é a maternidade, e como esse trabalho não remunerado molda o corpo da mulher negra, que mesmo após o período escravista foi imposto o lugar de cuidado. Portanto, não é de se estranhar que uma criança negra seja doada para ser serviçal da mulher branca em tempo não tão remotos, que fora o que aconteceu com Berenice. Afinal, a branquitude encontra sempre estratégias para manter seus privilégios.

E dessa maneira, a vivência ou não da maternidade dita nas histórias das entrevistadas, definem as suas limitações para se desenvolver na Academia e na Política. Pois, enquanto mulheres negras, o racismo atravessa a maternidade em forma de violência obstétrica, por quê “o corpo da mulher negra é forte”, em forma de genocídio da população negra, por quê a pele negra é pele alvo, em forma de solidão da mulher negra, que precisa supostamente “escolher” entre o amor e a militância, causando adoecimento de corpos femininos negros.

Adoecimento esse que limita os acessos a oportunidades. Entendendo a educação como possibilidade de crescimento na pirâmide de classes pela população negra, o relato da entrevistada Berenice, quando conta que escolheu passar privações financeiras, e até mesmo fome, para voltar a estudar e assim, transforma a sua realidade social e de seus filhos, frisa a importância de políticas públicas para a manutenção da população negra nos espaços de ensino. E nesse sentido, BARRETO (2015) aponta em sua pesquisa que as ações-afirmativas incentivam o acesso e permanência de estudantes de renda familiar baixa, oriundos de escolas públicas, negros, indígenas e quilombolas, nas instituições privadas e públicas.

Contudo, ainda tem-se muito a progredir, haja vista que os estudantes do sexo masculino estão mais concentrados nos cursos da área de ciências exatas, enquanto as estudantes do sexo feminino estão mais concentradas em cursos das áreas de humanidades e ciências biológicas (BARRETO, 2015), ou seja, mulheres têm ocupado mais espaços nos cursos de remontam a posição de cuidado, em especial, como as entrevistadas Clarissa e Berenice, justamente pela construção dos papéis sociais, que moldam as mulheres, especialmente as mulheres negras, para essa posição de cuidado, as socializando para enxergar tal colocação, como uma vocação, que faz com que elas cumpram com “alegria” esses papéis predeterminados e as desestimulando atos que não são esperados por mulheres. (BOURDIEU,2002).

E todo esse processo de violência simbólica, supracitado, encontra fortes bases na família, pois esta impacta diretamente na participação dos indivíduos nas mais diversas esferas da vida.

Por exemplo, a família de Joana, sempre a incentivou a galgar alto nível na carreira acadêmica, e assim Joana, como forma também de se aproximar dos pais, ingressou no ensino superior. Além disso, a família determina como serão dispostos os papéis de gênero, não só dentro da própria família, mas também em outros campos sociais, embasando, portanto, relações de gênero injustas e violentas, limitando as possibilidades de autonomia feminina (BIROLI, 2010), ao mesmo tempo em que marca os encargos das mulheres na esfera privada e dos homens na esfera pública. E nesse sentido, a narrativa de Clarissa, nos permite perceber, que em que pese sua mãe apoiar suas decisões a respeito da participação tanto na política, quanto em movimentos sociais, faz com que ela se comprometa a conciliar as tarefas de ambas as esferas, não a possibilitando optar por priorizar exclusivamente a esfera pública, como aconteceria com um homem.

Diante dessa socialização, voltada para a construção do papel da mulher, especialmente da mulher negra, enquanto responsável pelos cuidados com os outros é que se legitima o argumento utilizado na política de desvelo, a qual as mulheres levariam uma contribuição diferente à esfera política, pautada no cuidado com o outro, minimizando, assim, a agressividade da esfera política, promovendo a superação da política dos interesses, o que reforça os discursos relacionados a subalternidade feminina.

Ocorre que na prática, ainda que tenha a socialização voltada para o cuidado, ao adentrar o campo político, as mulheres preocupam-se com a transformação da realidade social, o que fica evidenciado, com o relato das entrevistadas, que levam como principais pautas o desenvolvimento de políticas públicas sociais, que transformem realidades semelhantes as vivenciadas por elas.

Além disso, inseridas no campo político, a violência política é constante, conforme também os relatos delas, que é necessário se fazer enfrentamentos constantes, o que ocasiona a incorporação do *habitus* daquele espaço, demonstrando que as mulheres conseguem se moldar aquele ambiente, e ir além, rompendo com a política do desvelo.

## 11. CAPÍTULO X: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho, foi pesquisar os elementos das estratégias de resistências a favor da representação feminina no PSOL/Bahia por alguma de suas lideranças, partindo do levantamento das trajetórias de vida de algumas lideranças da Executiva do PSOL (BA), bem como identificando as estratégias que são utilizadas para fortalecer a representação feminina a partir das trajetórias de dessas lideranças femininas da Executiva do PSOL (BA).

Diante disso, foram realizadas discussões a respeito das formas de representações baseadas na perspectiva social, que permite abranger uma maior representatividade de grupos minoritários, buscando uma minimização das injustiças culturais, demonstrando assim, que gênero não é só uma diferenciação baseada na política econômica, mas também em padrões culturais. E para combater a injustiça cultural, é necessária uma desconstrução do androcentrismo e do sexismo cultural, sendo pensada uma sociedade em que exista a possibilidade de construção de novas identidades e diferenças que possam ser elaboradas e desconstruídas embasada na igualdade social.

Bem como foi discutido a respeito da Lei de cotas eleitorais, seu funcionamento e avanços no Brasil, dialogando com o histórico da participação da mulher na política no Brasil e na Bahia.

Outro elemento, discutido na pesquisa e que fundamenta os resultados encontrados, relativos aos mecanismos de resistência das lideranças do PSOL/BA, é a formação e funcionamento do PSOL, tanto a nível nacional, quanto estadual, uma vez que a sua constituição e funcionamento se dá por meio das tendências políticas, e é através dessas tendências, que os movimentos de resistências das lideranças ganham forma e força, além disso essa discussão, possibilitou, através de dados estatísticos, visualizar que existe um aumento no número de filiações, entretanto o número de candidatas, permanece obedecendo o percentual obrigatório da legislação, os 30% (trinta por cento), o que nos permitiu também, através das entrevistas verificar a implementação da estratégia de escuta dessas mulheres sobre as dificuldades encontradas no processo eleitoral, e no processo de filiação, para que haja a construção de um documento, contendo essas dificuldades, para posterior debate partidário, com resoluções, para solucionar essas dificuldades e possibilitar uma maior participação feminina nos processos eleitorais.

Além disso, foi abordado também a indispensabilidade de uma conciliação entre a vida pública e a vida privada, como um fator que interfere na entrada da mulher na esfera

política, especialmente quando se considera os diferentes ciclos da vida, que podem ser fragmentados conforme a maternidade e a situação conjugal, tendo em vista a divisão sexual do trabalho doméstico, que em algumas estruturas familiares perpetuam a violência simbólica em relação as mulheres, as deixando de fora da esfera pública, por não possuírem o *habitus*, e os capitais necessários para transitar no campo político.

Outro elemento que importa também na baixa representatividade de mulheres na política, pode ser atribuído também aos mecanismos internos dos partidos políticos, aqui especialmente, o PSOL/BA como a problemática dos financiamentos das campanhas eleitorais e do machismo presente no próprio partido, fazendo com que o partido, seja visto como um espaço pouco democrático, que visa a manutenção das estruturas como são, sem o compartilhamento de poder entre homens e mulheres.

E para driblar tais obstáculos, a análise da trajetória das entrevistadas nos permite, observar elementos que configuram a resistência nesse campo, bem como mecanismos que visam aumentar a participação feminina na política, tais como a setorial de mulheres do PSOL, as candidaturas coletivas, que através da teoria do empoderamento, fortalece as mulheres que já estão no partido, bem como buscam trazer mais mulheres para os partidos.

Além disso, a análise das categorias abordadas nas biografias, nos possibilitou verificar que o trânsito entre outros partidos políticos, movimentos sociais, movimentos estudantis e sindicatos, possibilita a construção de uma rede de relações, que importa na aquisição de capital social, que no momento oportuno, como no ingresso ao partido político, é convertido em capital político, o que é um elemento que de certa maneira, possibilita a manutenção e ascensão das mulheres a cargos diretivos dentro do partido.

As pesquisas com a temática representatividade política feminina tem avançado no Brasil, especialmente no que tange os financiamentos eleitorais e as chances de sucesso das candidaturas femininas, bem como dos fatores que as distanciam da esfera pública, e de conseqüente de cargos de tomadas de decisão. Entretanto, no que tange a temática dos mecanismos de resistência utilizados por mulheres que já ocupam cargos de liderança nos partidos, especialmente em partidos de esquerda, para a ascensão, manutenção e incentivo às outras mulheres para ocupar esses cargos, os estudos teóricos ainda precisam avançar, e é nesse sentido, de contribuir com os avanços dos estudos a respeito desta temática, que a presente pesquisa se materializa.

Além disso, a presente pesquisa visa também, contribuir com os estudos teóricos metodológicos acerca da representatividade feminina na política, especialmente em partidos

de ideologia de esquerda, bem como contribuir com os estudos nacionais e locais sobre o PSOL, contudo, o intuito da pesquisa não é esgotar toda a temática, possibilitando a realização de novas pesquisas a respeito das modificações nos elementos de resistência de mulheres lideranças nos partidos, tendo em vista renovação constante nos mecanismos eleitorais e sociais.

## REFERÊNCIAS

(IBGE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características da população de Gov. Mangabeira**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/governador-mangabeira/pesquisa/23/25888?detalhes=true>. Acesso em: 13 ago. 2021.

\_\_. Tribunal Superior Eleitoral. Estatísticas Eleitorais [2016, 2020]: resultados. Brasília, DF: TSE [2021 e 2022]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado/eleitores-filiados-por-sexo-e-faixa-etaria>. Acesso em: 13 ago. 2022.

\_\_. Tribunal Superior Eleitoral. Estatísticas Eleitorais [2016, 2020]: resultados. Brasília, DF: TSE [2021 e 2022]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 13 ago. 2022.

ABERS, R. N.; SILVA, M. K.; TATAGIBA, L. MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 105, p. 15-46, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/7Z3vLtvbrTykKtSfx39QSXs/?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2022.

ALMEIDA, M. A. F. **Feminismo na Bahia 1930 - 1950**. 2016. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1986. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19647>. Acesso em: 14 jul. 2021.

ANIAS, E. C. **Gênero, Raça e Participação Política**: trajetórias de mulheres negras no campo político no recôncavo da Bahia (2012-2016). 2016. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/pgcienciassociais/dissertacoes-de-mestrado/category/20-2016>. Acesso em: 26 nov. 2020.

ARAÚJO, C. Participação política e gênero: algumas tendências analíticas recentes. **BIB**, São Paulo, v. 2, n. 52, p. 45-77, jun. 2001. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-52>. Acesso em 20 jun. 2020.

ARAÚJO, C. Participação política e gênero: algumas tendências analíticas recentes. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 52, p. 45-77, 5 jul. 2001. Disponível em: <https://exposicao.enap.gov.br/items/show/242>. Acesso em: 13 ago. 2021.

ARAÚJO, C. Partidos Políticos e Gênero: Mediações na rota de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, Paraná, v. 24, p. 193-2015, jun. 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3724/2972>. Acesso em: 14 jul. 2022.

AVELAR, L. **Mulheres na elite política brasileira**: canais de acesso ao poder. São Paulo: São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1996. 94 p.

BARRETO, P. C. S. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 48, n. 16, p. 39-64, abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/n9DcCPYSvPJQpmwGcXTgRLv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2022.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com imagem, texto e som: um manual prático**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 516 p.

BEHRING, E. R. **Crise e pandemia: quando a exceção é regra geral**. Org. Leticia

BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019. 184 p.

BLAY, E. A. INQUISIÇÃO, INQUISIÇÕES: aspectos da participação dos judeus na vida sócio-política brasileira nos anos 30. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 105-130, jun. 1989. Disponível em: [10.1590/ts.v1i1.83335](https://doi.org/10.1590/ts.v1i1.83335). Acesso em: 14 jul. 2022.

BLAY, E. A. Social Movements and Women's Participation in Brazil. **International Political Science Review**, v. 6, n. 3, p. 297-305, jul. 1985. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/019251218500600304?journalCode=ipsa>. Acesso em: 14 jul. 2022.

BLAY, E. A.; SOEIRO, S. A. The Political Participation of Women in Brazil: female mayors. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, Chicago, v. 5, n. 1, p. 42-59, out. 1979. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdf/10.1086/493682>. Acesso em: 14 jul. 2022.

BLAY, E. **As prefeitas**. Rio de Janeiro: Avenir, 1981.

BOLOGNESI, B. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral? **Paraná eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política**, v.1, n.2, p. 113-129, jun. de 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/pe/article/view/42736>. Acesso em 20 jun. 2020.

BOPPRÉ, A. T.; CANUTO, A. A. **PROGRAMA E ESTATUTO DO PSOL**. 2010. Disponível em: <https://psol50.org.br/partido/estatuto/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

BORN, C. G, Trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 5, p. 240-265, jun. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/ZRFBD4Y4DN5FF9tjvfkM3dm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2022.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrend Brasil, 2002. 160 p.

BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007. 324 p.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 1-24, jul. 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522011000100008](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008). Acesso em: 26 nov. 2020.

BOURDIEU, P. **Ofício de sociólogo**. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes. 2007.

BOURGUIGNON, Natalia. **Entenda o que foi a Scuderie Le Cocq e a relação com a política no ES**. 2022. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/politica/entenda-o-que-foi-a-scuderie-le-cocq-e-a-relacao-com-a-politica-no-es-1022>. Acesso em: 14 jul. 2022.

BRANCO, H. Castello; CAMPOS, Milton Soares. **Código Eleitoral - Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965**. 1965. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965>. Acesso em: 13 ago. 2021.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD**. Índice de desemprego. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=resultados>. Acesso em: 02 de dez. 2020.

CÂNDIDO, J. J. **Direito eleitoral brasileiro**. São Paulo: Edipro, 2016. 16 ed.

CERVI, E.U., BORBA, F. Os diretórios partidários municipais e o perfil sociodemográfico de seus membros. **Revista brasileira de ciência política**, n.28, p. 65-92, jan-abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/qbsnm7VHDCqbvDSmFBQvFtn/?lang=pt>. Acesso em 20 jun. 2020.

CORRÊA-PINTO, M. C. **A dimensão política da mulher**. São Paulo: Edições Paulinas, 1992. 473 p.

COSTA, M. D. **Ampliação da Participação Feminina no Governo Local**: um trabalho de Sísifo? *Papers da Fundação Konrad Adenauer Stiftung*, Rio de Janeiro, n. 30, 1997. p. 35-54.

CUNHA, F. C. L. **A dinâmica da marginalização feminina nos espaços eletivos de poder**: um estudo sobre as cotas eleitorais de gênero na câmara de deputados (1994-2018). 2019. 52 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39087>. Acesso em: 14 jul. 2022.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. 248 p.

DANTAS, M. A. **Isolamento Social Voluntário e Processos criativos**. 1993. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Psicologia Humana, Psicologia Social, Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro. 1993.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Edunb, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109>. Acesso em 20 jun. 2020.

FRASER, N. Reconhecimento sem ética? **Revista Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/JwvFBqdKJnvndHhSH6C5ngr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2020.

FERREIRA, Maria Inês Caetano; LIMA, Isis Keiko Kataoka. Mulheres na Política no Recôncavo da Bahia em 2016: Quem são as vereadoras eleitas? **Revista Feminismos**, Salvador, v. 2, n. 9, p. 272-298, ago. 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/43636/25973>. Acesso em: 06 abr. 2023.

GENTIL, V. M. **Um lugar ao sol: o partido socialismo e liberdade :: psol :: e novos arranjos políticos da nova esquerda**. 2018. 251 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/17045/2/Tese%20-%20Vinicius%20Miranda%20Gentil%20-%202018%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GILLIGAN, C. **In A Different Voice: psychological theory and women's development**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. Record, 2009.

GRIJÓ, L. A. **Origens Sociais, Estratégias de Ascensão e Recursos dos Componetes da chamada "geração de 1907"**. 1998. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 1998.

GROSSI, M. P.; MIGUEL, S. M. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 167-206, jan. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/D3mtYCb7yv3yQkKqgkv4Xrn/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2020.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. II.

HELENA, H. **Programa aprovado no Encontro Nacional de fundação do P-SOL**. 05 e 06 de junho em Brasília. Disponível em: <https://psol50.org.br/partido/programa/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

HTUN, M. A política de cotas na América Latina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 225-230, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/z6tNyFXHdFWFYQQxtHqWHZb/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2020.

HTUN, M.; POWE, T. J. Gender, parties and support of equal rights in the Brazilian Congress. **Latin American Politics And Society**, Oxford, v. 48, n. 4, p. 83-104, 2006. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-politics-and-society/article/gender-parties-and-support-for-equal-rights-in-the-brazilian-congress/0EA8E5511CBDD9E48E96513A14419759>. Acesso em: 20 jun. 2020.

KARAWEJCZYK, M. **As filhas de Eva querem votar**: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil. 2013. 398 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72742/000884085.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 jul. 2022.

KATZ, R. S.; MAIR, P. Changing Models of Party Organization and Party Democracy. **Party Politics**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 5-28, jan. 1995. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354068895001001001>. Acesso em: 14 jul. 2022.

KILOMBA, G. **Plantation Memories**: episodes of everyday racism. Münster: Unrast Verlag, 2016. 151 p. Disponível em: <https://goo.gl/w3ZbQh>. Acesso em: 14 jul. 2022.

KIRCHHEIMER, O. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 349-385, abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/7BgQ7j3mmPzp7BsDRDSfFgc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2022.

KIRCHHEIMER, O. **El camino hacia el partido de todo el mundo**: teoría y sociología críticas de los partidos políticos. Anagrama, 1980.

LANDE, C. H. **Política de grupo e política diddica: notas para uma teoria**. Tradução para fins didáticos de Group politics and dyadic politics: notes for a theory. In: SCHMIDT, S. W. et al. (Org.). Friends, followers and factions; a reader in political clientelism. Berkeley, University of California Press, 1977a. p. 506-510.

LIMA, C. L. **A relação partido e sindicato: Um estudo de caso**. 2004. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2004. Disponível em:

[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7508/1/2004\\_CristianeLeyendeckerdeLima.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7508/1/2004_CristianeLeyendeckerdeLima.pdf).

Acesso em: 06 abr. 2023.

LOPES, M. S.; CARNEIRO, I. C. **A paridade entre os gêneros na direção do Psol do Ceará: avanços e limites**. Feminismos, Salvador, v. 9, n. 2, p. 186-214, ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/43673/25968>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MAINWARING, S. Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o brasil numa perspectiva comparativa. In: MAINWARING, S. **Estudos Eleitorais**. Brasília: SEBRAE, 1991. p. 335-381. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/1119>. Acesso em 20 jun. 2020.

MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. **Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa**, Lisboa, v. 38, n. 167, p. 277-293, 2003. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3977>. Acesso em: Acesso em 20 jun. 2020.

MANSBRIDGE, J. Should blacks represent blacks and women represent women? A contingente “yes”. **The journal of politics**, v. 61, n.3, p. 628-657, Aug. 1999. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.2307/2647821>. Acesso em: Acesso em 20 jun. 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

MARQUETTE, F. R.; VANZELLA, J. M. M. Compreendendo a Sociedade Civil e a Esfera Pública Política de Habermas. **Revista Jurídica Direito & Paz**, Lorena, v. 1, n. 10, p. 140-159, ago. 2018. Disponível em : [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_bol\\_2006/84259AE48B387FB3E050A8C0DD016DD5](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/84259AE48B387FB3E050A8C0DD016DD5) . Acesso em: 26 nov. 2020.

MATOS, M.; CYPRIANO, B.; BRITO, M. Cotas de gênero para o reconhecimento das mulheres na política: um estudo comparado de ações afirmativas no Brasil, Argentina e Peru. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, 13. Pernambuco, 2007. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1434/1/td\\_1645.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1434/1/td_1645.pdf). Acesso em 20 jun. 2020.

MATOS, P. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 63, p. 143-160, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/sWkvwtLhcVtHqmddvzmqTnz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MICHELS, R. **Os Partidos Políticos**. São Paulo: Senzala, 1980.

MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 20, p. 115-134, jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GZdWQw5qbZmzfNnNhMq6j4F/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MIGUEL, L. F. Desvelo e interesse na teoria feminista. In: BIROLI, F; MIGUEL, L. F. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo, Belho Horizonte: Editora Horizonte, 2012.

MIGUEL, L. F. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 18, n. 51, p. 123-140, fev. 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KsmNcpQnt7TTB5TxGkjQBQx/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 20 jun. 2020.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Teoria política feminista**: textos centrais. Niterói: Editora Eduff, 2014.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Rev. Estud. Fem.** v.18, n. 3, Florianópolis, set/dez. p. 653- 678, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v18n3/v18n3a03.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2020.

MONTAGNER, M. Â. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 17, p. 240-264, jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/4rnVYZV69bZbRqfVVrFqNvc/abstract/?lang=pt#:~:text=Trajectories%20and%20biographies%3A%20notes%20for%20a%20Bourdieusian%20analysis&text=Nesse%20artigo%2C%20procuramos%20analisar%20o,em%20sua%20teoria%20da%20pr%C3%A1xis..> Acesso em: 14 jul. 2022.

MORAIS, M. M. **A estrutura organizacional do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)**. 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, (Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19932>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MOUTINHO, L. Discursos normativos e desejos eróticos: a arena das paixões e dos conflitos entre negros e brancos. **Sexualidade, Gênero e Sociedade**, [s. l], v. 11, n. 20, p. 1-8, maio 2004. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/n20.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

PANEBIANCO, A. **Modelos de Partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 568 p.

PATEMAN, C. Women and Consent. **Political Theory**, Stanford, v. 8, n. 2, p. 149-168, maio 1980. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/PATWAC>. Acesso em: 20 de jun. 2020.

PHILLIPS, A. ¿Deben las feministas abandonar la democracia liberal? In: CASTELLS, C. **Perspectivas feministas en teoría política**. Barcelona: Paidós, 1996. p. 80-98. Disponível em: <https://seminarioteoriasocialfeministaunpsjb.files.wordpress.com/2016/04/philips-deben-las-feministas-abandonar-la-democracia-liberal.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020

PHILLIPS, A. **The Politics of Presence**. Oxford: Oxford University Press, 1998. 224 p.

PHILLIPS, A. **Which equalities matter?** Londres: Polity, 1999.

PINHEIRO, L. S.; GUIMARÃES, D. M. Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 803-818, set. 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2121>. Acesso em: 14 jul. 2021.

PSOL. **Programa e Estatuto**. Disponível em: <https://psol50.org.br/partido/programa/>. Acesso em 13 ago. 2021.

PSOL. **Refundar a esquerda para refundar o Brasil**. Disponível em: [http://www.espacoacademico.com.br/041/41ms\\_cpoupopular.htm](http://www.espacoacademico.com.br/041/41ms_cpoupopular.htm). Acesso em: 13 ago. 2021.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019. 112 p.

RODRIGUES, L. C. **Explorações sobre gênero e poder: a voz e a vez da mulher na política**. 2002. 193 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

SACCHET, T. Political parties and Gender in Latin America: an overview of conditions and responsiveness. IN: GOETZ, A.M. (org) **Governing women: Women political effectiveness in context of democracy and governance reform**. New York: Routledge, 2008.

SARDENBERG, C. M. B. *et al.* Mulheres e Sindicatos: presença feminina no sindtêxtil-bahia nos anos 50. In: COLEÇÃO BAHIANAS, 6., 2001, Bahia. **Anais [...]** . Bahia: Neim/Ufba, 2001. p. 1-23. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6877/1/MULHERES%20E%20SINDICATOS.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

SANTOS, S. M. A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 214-241, 30 ago. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/113972>. Acesso em: 20 jun. 2020

SCOTT, J. C. **Political clientelism**: a bibliographical essay. In: SCHMIDT, S. W. et (Org.). *Friends, followers and factions; a reader in political*. University of California Press, 1977. p. 483-505.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10, 10., 2013, Florianópolis. **Repensando os entraves à participação política feminina com Pierre Bourdieu**. Florianópolis: Anais Eletrônicos, 2012. 12 p. Disponível em: [http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1372204757\\_ARQUIVO\\_TrabalhocompletoFazendogenero10.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1372204757_ARQUIVO_TrabalhocompletoFazendogenero10.pdf). Acesso em: 20 jun. 2020.

SILVA, J. C. G. PARTIDO DOS PROFESSORES: elite partidária e evolução política do partido socialismo e liberdade (psol). **Paraná Eleitoral**: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política, Paraná, v. 2, n. 1, p. 63-98, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/pe/article/view/42757>. Acesso em: 14 jul. 2022.

Simposio Mévicano mencano del netrgación sobre la mujer, 1., 1977, México. **Aspectos da participação política da mulher no Brasil**: as prefeitas. México: El Colégio de México, 1977.

SOUZA, R. B. Formas de pensar a sociedade: conceitos de habitus, campos e violência simbólica em bourdieu. **Ars Historica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 139-151, jun. 2014. Disponível em: [dialnet.unirioja.es](http://dialnet.unirioja.es). Acesso em: 26 nov. 2020;

SUPLICY, M. Coisa Pequena. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-3. 30 set. 1996.

SUPLICY, M. Novos paradigmas nas esferas de poder. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 4,n.1, p. 126-137, jan.- jun. 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16662>. Acesso em: 20 jun. 2020.

TABAK, F. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1983. 171 p.

THIRY-CHARQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-53, jan. 2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S00346122006000100003&script=sci\\_abstract&tlng](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S00346122006000100003&script=sci_abstract&tlng). Acesso em: 26 nov. 2020;

TORRES, C. L. Representação feminina: entraves para o desempenho eleitoral de mulheres. **Revista Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 23, p. 365-392, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/237063>. Acesso em: 20 jun. 2020

TATAGIBA, L.; ABERS, R.; SILVA, M. K. MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Editora Unesp, 2021. Cap. 4. p. 105-138. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8601/1/Movimentos.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

VARIKAS, E. Refundar ou reacomodar a democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 65-94, jan. 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43903926>. Acesso em: 20 jun. 2020.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VICENTE, S. M. R. S. G. Subcomandante. **Refundar a esquerda para refundar o Brasil**. 2004. Disponível em: <https://rebellion.org/refundar-a-esquerda-para-refundar-o-brasil/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

WEBER, M. Metodologia das Ciências Sociais. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2016. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4.ed. Brasília: EdUNB, 2012.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/346M4vFfVzg6JFk8VZnWVvC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2020.

YOUNG, I. M. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

YOUNG, I. M. **Justice and the Politics of Difference**. Princeton: Princeton University, 1990.

### Apêndice I: Roteiro de entrevista



**Roteiro de Entrevista**

**semiestruturada**

1. Onde você nasceu?
2. Sua família é desta região?
3. Você estudou até que ano?
4. Qual escola você estudou?
5. Quais as suas dificuldades na escola?
6. Participou de movimento estudantil?
7. Você se considera feminista?
8. Como se aproximou do feminismo?
9. Como você enxerga o feminismo?
10. Você trabalha?
11. Qual seu primeiro trabalho?
12. Quantos trabalhos teve?
13. Como virou Doula?

14. Como e por que você iniciou a participação na política?
15. Alguém de sua família já participou da política? quem e como?
16. Quando entrou no PSOL?
17. Como entrou para o PSOL?
18. Por que o PSOL e não outro partido?
19. Você participou de outros partidos? quais? por que saiu deles?
20. Como se tornou presidente do diretório municipal?
21. Em que foi baseada a decisão de concorrer a prefeitura no ano de 2020?
22. Você foi eleita? Quantos votos obteve?
23. Como você avalia a quantidade de votos obtidos? Por que você recebeu essa quantidade? Você pensava receber menos ou mais votos? Por quê?
24. Como você avalia a campanha? O que foi positivo? O que foi negativo? Por quê?
25. Quais as dificuldades enfrentadas por uma mulher que concorre ao cargo de Prefeita em Feira de Santana?
26. Enfrentava críticas por causa da política?
27. Sofreu ou sofre violência política? Como ocorreu?
28. O que pensa sobre a constante violência política sofrida por mulheres?
29. 19. Como seus familiares enxergam a sua militância política?
30. Como as pessoas do partido te enxergam enquanto presidente do diretório municipal?
31. O partido incentiva a formação política de mulheres? De que maneira?
32. Você acredita que dentro do PSOL as chances de candidaturas de homens e mulheres são apoiadas e incentivadas da mesma forma?
33. Como enxerga a política partidária na Bahia em relação as mulheres?
34. O que você acha que tem que mudar no processo eleitoral para as mulheres participarem da política?
35. O que você acha que tem que melhorar no PSOL para as mulheres participarem da política?

## Apêndice II

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

A senhora está sendo convidada para participar da pesquisa intitulada “LIDERANÇAS FEMININAS NO PSOL BAHIA: TRAJETÓRIAS DE RESISTÊNCIA, sob a responsabilidade da pesquisadora: Isis Keiko Kataoka Lima. Esta pesquisa se justifica pela intenção de aprofundar o debate sobre estratégias de resistência a favor da representação feminina no PSOL/BA por algumas de suas lideranças. Para coletar os dados a pesquisa se valerá da aplicação de entrevista semiestruturada presencialmente e através da plataforma Google Meet.

O presente estudo pretende contribuir na compreensão da sub-representação feminina na política, e na necessidade de ocupação desses espaços para a efetivação de direitos e fortalecimento da democracia. Se a entrevistada quiser, poderá realizar uma pausa na entrevista. Tudo isso para minimizar os riscos e deixar a participante mais à vontade. Dessa forma, caso haja anuência em participar, informamos que duas vias deste termo de consentimento livre e esclarecido serão assinadas na página final pela senhora e pela pesquisadora responsável, Isis Keiko Kataoka Lima, sendo que uma das vias será entregue a senhora.

Solicito gentilmente que leia atentamente este termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) antes de decidir a sua participação voluntária na pesquisa. Gostaria de informar que a senhora pode se recusar a participar da pesquisa ou retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Portanto, não terá prejuízos e, a sua privacidade, seu nome ou qualquer outro dado será mantido em sigilo. Informo também que todos os documentos dessa pesquisa ficarão sob a posse da pesquisadora responsável por um período de cinco anos e que será garantida a indenização, o ressarcimento e a assistência integral e gratuita diante de eventuais danos ou despesas decorrentes da pesquisa. Além disso, esta pesquisa não incorre em nenhum custo ao participante da pesquisa.

Informo também que os participantes terão acesso aos resultados da pesquisa através da publicação da dissertação no site do programa de mestrado (<https://www.ufrb.edu.br/pgcienciassociais/>) e na biblioteca do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL/UFRB), localizada na R. Mestro Irineu Sacramento, S/n - Centro, Cachoeira - BA, 44300-000.

Para dúvidas ou maiores informações, a entrevistada poderá entrar em contato com a pesquisadora Isis Keiko Kataoka Lima, através do e-mail: [isiskeikoadv@gmail.com](mailto:isiskeikoadv@gmail.com) ou pelo telefone (75) 983672616 . Dúvidas sobre questões éticas da pesquisa também poderão ser esclarecidas junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFRB (CEP/UFRB), colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. Foi criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, que fica localizado no endereço: Rua Rui Barbosa, 710, Centro, prédio da Reitoria, Cruz das Almas-Bahia. CEP:44380-000 ou o entrevistado (a) poderá entrar em contato através do e-mail [eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br](mailto:eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br), ou nos seguintes contatos de telefone: (75) 9 9969-0502 e (75) 36216850.

Pesquisadora:

Participante da pesquisa:

Cachoeira, / /2022.